

***Portugal na Grande Guerra: a construção do «mito» de La Lys
na imprensa escrita entre 1918 e 1940.***

Henrique Manuel Gomes da Cruz



Trabalho de Mestrado em História Contemporânea

Departamento de História

Março de 2014

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Fernando Rosas, Professor Catedrático, do Departamento de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Professora Doutora Maria Alice Samara.

[RESUMO]

[ABSTRACT]

Palavras-chave: I Guerra Mundial, Corpo Expedicionário Português (C.E.P.); Batalha de La Lys; «mito» de La Lys; imprensa.

O presente trabalho procura enquadrar a participação portuguesa na Grande Guerra à luz das variações da política interna. A entrada de Portugal na Grande Guerra foi sempre polémica e não mereceu o unanimismo que se verificou na maioria dos países beligerantes. Desde muito cedo, a sociedade portuguesa dividiu-se entre os que eram a favor da participação portuguesa na guerra e os que eram contra. A acrescer a estas divisões políticas juntamos as dificuldades de um país pobre e atrasado em participar na guerra mais desenvolvida e mortífera de sempre: nomeadamente as questões logísticas do treino, transporte e manutenção de um contingente militar a combater num país estrangeiro. A situação do nosso contingente enviado para a França (C.E.P.) foi piorando gradualmente, pois a falta de apoio político traduziu-se na incapacidade de substituir as tropas em combate. Chegados a Abril de 1918, o C.E.P. foi atacado e vencido pelo exército alemão, tendo, para todos os efeitos acabado enquanto força autónoma de combate. A derrota de La Lys, foi, contudo, transformada numa grande jornada de «valor» e «coragem» do soldado português. Na criação, ampliação e divulgação do «mito» de La Lys, que atravessou três regimes políticos (I República, Ditadura Militar e Estado Novo), a imprensa teve um papel crucial, em particular nos anos que medeiam entre o final da guerra e o início da década de 40 do século XX.

Keywords: I World War; The Portuguese Expeditionary Force (PEF); Battle of La Lys; La Lys “myth”; press

The present paper tries to frame the Portuguese participation in the Great War in the light of the changes and variations in internal policy. Portugal's entry into the Great War was always controversial and did not deserve the same unanimity as in most belligerent countries. From early on, Portuguese society was divided into those who were in favor of Portuguese participation in the war and those who were against it. Adding to these political divisions were the difficulties of a poor and underdeveloped country in participating in the most developed and deadly war ever: namely logistical issues including training, transportation and maintenance of a military contingent to fight in a foreign country. The situation of our contingent sent to France (CEP) was gradually

getting worse, because the lack of political support resulted in the inability to replace troops lost in combat. In April 1918, the CEP was attacked and defeated by the German army and was no longer regarded as an independent fighting force thereafter. However, the military defeat was responsible for the creation of the “myth” of La Lys. In this “myth” the Portuguese soldier was portrayed as a hero, who before an overwhelming force, behaved with great courage and sacrificed himself for the good and glory of his homeland. In the creation, amplification and spreading of the “myth” of La Lys, which spanned three political regimes (1st Republic, Military Dictatorship and the New State), the press played a crucial part, particularly in the years between the end of the war and the beginning of the 40s in the twentieth century.

Agradecimentos pessoais

Para os meus pais, António e Maria, pelo seu apoio e pela crença que depositam em mim.

Para a minha mulher, Amélia, pela paciência com que aturou os meus humores e as minhas ausências. Por ela o agradecimento não seria necessário, mas, por isso mesmo, torna-se ainda mais indispensável.

Sem eles nada disto teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, pela sua inestimável presteza e sabedoria, a ajuda dos meus orientadores os Professores Doutores Fernando Rosas e Maria Alice Samara, pois sem a sua inteligência e clareza esta obra não existiria. Quaisquer erros, falhas e omissões são da minha exclusiva responsabilidade.

Introdução

A participação portuguesa na Grande Guerra foi uma das mais importantes decisões políticas da I República. Importante, mas simultaneamente controversa, polémica e “ (...) *surpreendente, mesmo para quem procure compreender o espírito da época e do que estava em jogo, a forma como, a golpes de puro voluntarismo, os afonsistas e seus apoiantes arrastaram o Portugal rural, massivamente analfabeto, rudimentarmente industrializado, sofrendo já de uma terrível situação social, económica e financeira, para a mais vasta, sofisticada, mortífera e dispendiosa guerra que a humanidade tinha até então conhecido.*”¹ Uma decisão de tal magnitude acentuou o problema do apoio popular do regime republicano bem como as divisões internas dentro das forças republicanas.

Desde o início da guerra que o campo político se dividira entre os chamados intervencionistas e anti-intervencionistas. No primeiro grupo encontravam-se, grosso modo, “(...) *os sectores mais radicais e jacobinos do republicanismo – parte do Partido Evolucionista mas, fundamentalmente, o Partido Democrático*”² bem como o “(...) *o escol intelectual e artístico da República.*”³ Do segundo faziam parte os “(...) *monárquicos, unionistas, os seguidores (pouco numerosos) de Machado Santos e o resto do pequeno P.S.P.*”⁴

Os propósitos dos intervencionistas assentavam em três grandes princípios, tal como foi referido por vários autores, de entre os quais Nuno Severiano Teixeira na obra *O poder e a guerra 1914-1918, objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*. **Em primeiro lugar**, a defesa das colónias portuguesas tanto da cobiça alemã, como de uma hipotética tentação por parte da Inglaterra em as ocupar ou utilizar como moeda de troca numa negociação bilateral com a Alemanha, pois ainda estava fresca na memória nacional a negociação «secreta» de 1898 que chegou a prever a partilha das colónias portuguesas entre Ingleses e Alemães. A revolução de 1910, aos olhos britânicos, acentuara o risco de desmembramento político da nação⁵ e, conseqüentemente, das nossas colónias, situação a que

¹ ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernandes (Coordenação), *História da primeira república portuguesa*, Parte III a guerra, artigo “A República e a Grande Guerra” de Fernando Rosas, Tinta-da-china, Lisboa, 2010, pág. 247.

² TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O poder e a guerra 1914-1918, objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996, pág. 21.

³ ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernandes (Coordenação), *Op. Cit.*, pág. 268.

⁴ Idem, *Ibidem*, pág. 269.

⁵ O 5 de Outubro foi recebido com alguma desconfiança e frieza pela nossa «velha» aliada. Por isso, não surpreende que a Grã-Bretanha apenas reconheça a república portuguesa a 11 de Setembro de 1911, algumas semanas após o reconhecimento da França e dos E.U.A, sendo que o primeiro país a fazê-lo foi o Brasil a 22 de Outubro de 1910.

os Ingleses não assistiriam passivamente. Uma eventual intervenção britânica nas colónias portuguesas assegurar-lhes-ia “(...) *um acesso directo às riquezas e às posições estratégicas do ultramar português, até ali utilizáveis indirectamente, através da aliança e de outros meios, mais ou menos relacionados com a aliança, como desviaria elementos concentrados pela Alemanha no Norte da Europa, designadamente meios navais, para outras paragens.*”⁶

Em segundo lugar, uma intervenção portuguesa, como aliado de pleno direito da Inglaterra, conferiria o almejado prestígio internacional à jovem república portuguesa, distinguindo-a da neutralidade espanhola⁷ e concedendo-lhe ainda eventuais benesses num futuro tratado de paz.

A estes acresce ainda um **terceiro objectivo** de crucial importância política: a nossa intervenção na guerra permitiria, de acordo com os seus defensores, reforçar internamente o regime republicano, “(...) *fragilizado pela indiferença popular, pela hostilidade dos monárquicos e católicos e por querelas intermináveis entre os três partidos já mencionados [Democrático, Evolucionista e Unionista] e outras facções mais pequenas, mas mesmo assim perigosas*”.⁸

Do lado anti-intervencionista, defendia-se uma posição mais “recatada” e cautelosa. Segundo uma parte dos agentes que podemos identificar como pertencentes a esta posição, a intervenção no conflito, na eventualidade de um ataque alemão às nossas colónias, deveria limitar-se ao teatro de guerra africano. Portugal, ainda segundo eles, não devia precipitar-se (a perspectiva de uma guerra rápida em Agosto de 1914 era o cenário mais previsível), devendo aguardar serenamente pela decisão dos Britânicos e pelo desenrolar dos acontecimentos.

Os dois campos apenas convergiam em dois pontos: a obrigatoriedade de respeitar a «velha aliança» com a Inglaterra, na eventualidade de ela vir a ser invocada, e a defesa do território ultramarino português. Já quanto à participação na guerra europeia as clivagens eram profundas e irreconciliáveis.

A declaração de guerra alemã em Março de 1916 precipitou a nossa entrada no conflito europeu, mas não pôs termo a estas diferenças. No seu rescaldo, e com a «Nação» rejubilando de «ardor nacionalista» ainda foi tentada uma solução «à francesa», com o governo de União

⁶ MARTÍNEZ, Soares, *A república portuguesa e as relações internacionais (1910-1926)*, Editorial Verbo, Lisboa, 2001, pág.128. Sobre este tema ver também a obra de Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra: objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996,

⁷ A este respeito Medeiros Ferreira diz-nos o seguinte no artigo “Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU”, editado na revista *Política Internacional*, Vol. 1, nº6 de 1993: “A decisão dos responsáveis da I República em empenharem Portugal na beligerância ao lado dos aliados, destinava-se, em grande parte, a distinguir Lisboa de Madrid na política europeia e internacional. Com efeito, mantendo-se neutra a Espanha durante a I Guerra Mundial, a beligerância de Portugal nesta volta a diferenciar as alianças extra-ibéricas dos dois estados peninsulares.”, pág.130.

⁸ ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernandes (Coordenação), *Op. Cit.*, pág. 268.

Sagrada. Todavia, as divergências profundas entre as principais forças políticas e sociais impediram esse desiderato. O ministério foi formado, mas apenas com elementos do partido democrático e evolucionista, ficando de fora os unionistas de Brito Camacho, os socialistas, bem como, naturalmente, os católicos e os monárquicos. Por essa razão, não é de estranhar que a subsequente mobilização do Corpo Expedicionário Português, (C.E.P.) o seu treino e transporte para a frente de guerra tivessem merecido os maiores elogios dos guerristas e as maiores críticas dos antigueristas.

Fruto desta divisão a permanência do C.E.P. na frente ocidental oscilou entre a exaltação e o receio de uma desgraça iminente. Desde o início que oficiais e políticos alertaram repetidamente para os perigos que representavam a falta de efectivos e as longas permanências dos soldados nas linhas da frente: a famosa questão do roulement.

Com a chegada de Sidónio Pais ao poder em Dezembro de 1917, que acumulava o cargo de Presidente do Ministério com a pasta da Guerra, foi implementado um novo sistema de roulement que revelou ser completamente impraticável, e que “*acabou tornando-se num dos piores instrumentos de abaixamento do moral das tropas.*”⁹

As atribuições do C.E.P. na Flandres que culminaram na derrota de La Lys devem-se, por isso, a dois grandes factores: em primeiro lugar, à dificuldade de formação do contingente militar, “*(...) não só pela carência de material de toda a espécie, como ainda, e principalmente, pela má vontade da grande maioria dos oficiais e praças em intervir (...)*”¹⁰. Se fora possível, a muito custo, enviar 55 mil homens para a Flandres, tornara-se gradualmente mais difícil garantir o normal abastecimento, descanso e substituição destes homens. O «abandono» do C.E.P. provocou uma enorme insatisfação entre as tropas portuguesas, quebrando-lhes o moral e a vontade de lutar, alarmando os ingleses, responsáveis pelo nosso sector.¹¹

Em segundo lugar, a situação política, económica e social que se vivia em Portugal, nomeadamente a instabilidade governativa, as divisões irreconciliáveis entre intervencionistas e

⁹ FRAGA, Luís Manuel Alves de, *Portugal na Grande Guerra. O recrutamento, a mobilização e o roulement nas frentes de combate. Factos e números*, Separata das actas do VII colóquio «Recrutamento militar em Portugal», 1996, pág. 37.

¹⁰ COSTA, Gomes da, *A Grande Batalha do C.E.P.* Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, 1919, pág. 44.

¹¹ A este respeito Gomes da Costa, no seu livro, *A Grande Batalha do C.E.P.* refere nas páginas 62 e 63 que a 2ª Divisão, fruto do seu grau de fraqueza moral e numérica, “*(...) não estava em condições de suportar um embate do inimigo (...)*”, para mais à frente, na página 65 afirmar que “*(...) Desde Julho de 1917, que eu vinha reclamando do C.E.P., contra a falta de efectivos, (...)*”. Finalmente, Gomes da Costa informa que aquando da reunião com o General Douglas Haig no dia 6 de Abril, este informara-o de que estava a par da situação do contingente português e que ia envidar todos os esforços para assegurar a recomposição dos efectivos. Apesar de Gomes da Costa ter ficado com a impressão que as tropas portuguesas se iriam manter por mais algum tempo na frente de batalha, a verdade é que o General Inglês, possivelmente alarmado com o estado do C.E.P. marcou a ordem de rendição para 9 de Abril.

anti-intervencionistas agravou as dificuldades mencionadas anteriormente. A indiferença e, em alguns casos oposição, patenteada pela maioria da população em relação à intervenção portuguesa na guerra europeia transformou-se, gradualmente, em profundo horror quando surgiram relatos da situação que o C.E.P. enfrentava nas trincheiras e o agravamento substancial das condições de vida nos anos de 1917 e 1918. Por todas estas razões, o dezembrismo é, também, uma revolta contra a guerra, contra os «intervencionistas» e contra a «carestia» de vida, que a guerra agravava de sobremaneira.

O choque da derrota de La Lys em 9 de Abril de 1918, aos olhos dos antigueristas, era a confirmação dos seus piores receios. Todavia, do lado guerrista, La Lys entrava na galeria das glórias militares lusitanas. Imediatamente após a batalha iniciou-se o processo de «mitificação» de La Lys e, consequentemente, da intervenção portuguesa na Grande Guerra. Num clima de grande emoção, esta «mitificação» cumpria dois grandes objectivos: por um lado, escondia eventuais erros e omissões de natureza política na preparação e operacionalização do C.E.P. Por outro lado, a criação de uma imagem mítica de glória e abnegação nacionais em torno do sacrifício dos soldados, gerava uma imagética de unidade nacional que mitigava as fracturas políticas e sociais manifestadas ao longo de todo o conflito.

A construção do «mito»

Pretendo agora concretizar o que entendo por mito da participação portuguesa na guerra e de La Lys, analisando brevemente as formas como ele foi construído e integrado na memória nacional. Por mito compreendo toda a construção narrativa em volta da intervenção portuguesa na guerra, que se iniciou ainda em pleno conflito e que prosseguiu e se acentuou no pós-guerra. Esta construção narrativa, que realçou cirurgicamente alguns factos em detrimento de outros, permitiu a formação de uma imagem, nem sempre fidedigna, mas doravante axiomática, da participação portuguesa na guerra, influenciando gerações de portugueses e condicionando a própria produção historiográfica.¹²

Quando surgiu o primeiro trabalho de natureza historiográfica (o capítulo “Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918” inserido na História de Portugal de Damião Peres, de que falaremos adiante), cerca de 15 anos após o fim da guerra, já os elementos fundamentais do mito estavam

¹² O professor Nuno Severiano Teixeira em *O Poder e a Guerra*, teorizou com profundidade a questão do mito da participação portuguesa na guerra, e a minha concepção teórica é muito influenciada pelas suas ideias.

perfeitamente estabelecidos e bem inculcados na memória nacional: “ (...) *Naulila e La Lys, inscrevem-se, a partir de então, na já longa gesta dos portugueses, recuperando o passado e reactualizando a sua genealogia heroica. Nasce, então, uma interpretação patriótica e uma imagem heroica da participação portuguesa na guerra de 1914-1918. A Grande Guerra entrava, assim, na galeria dos mitos nacionais e o mito da Grande Guerra acabaria por projectar-se na própria historiografia.*”¹³

Ou seja, muito antes de ter sido escrutinada pela História, já a participação portuguesa na Grande Guerra fora mitificada. O mito tinha, todavia, um objectivo político concreto: atenuava e mitigava velhas querelas entre intervencionistas e não-intervencionistas, permitindo simultaneamente que os dois lados convergissem num vector crucial: “*O valor militar do soldado português, o mesmo é dizer, o seu heroísmo*”, encerrando dessa forma “ (...) *a questão política da guerra*”¹⁴

O mito foi criado e alimentado ao longo de décadas de três formas: **em primeiro lugar**, através das associações de combatentes, com especial destaque para a Liga dos Combatentes que “ (...) *difundida capilarmente por todo o país, foi o elo de ligação entre os antigos combatentes e o espaço de sociabilidade privilegiado onde se cultivou a memória heróica da grande guerra.*”¹⁵ Foi de facto a Liga dos Combatentes a grande responsável pela promoção dos cultos patrióticos de homenagem aos soldados portugueses apadrinhando, entre outras, as celebrações do 9 de Abril, as romagens ao túmulo do soldado desconhecido, a venda do capacete e os dois minutos de silêncio.

Além disso, foram surgindo, um pouco por todo o país, monumentos de homenagem aos combatentes da Grande Guerra, recordações visíveis e públicas do esforço militar português.¹⁶ Nos quartéis, a partir de 1920, são colocadas lápides simbólicas ostentando os nomes dos oficiais, sargentos e praças caídos na Flandres. Finalmente, no dia 9 de Abril de 1921 foi acesa, na sala do capítulo do Mosteiro da Batalha, a chama votiva dos soldados portugueses mortos em África e em França, cerimónia que contou com a presença de altas individualidades, nomeadamente o Presidente da República, António José de Almeida e o Marechal Joffre.

O espaço público foi portanto o veículo preferencial usado durante as décadas de 20 e 30 para celebrar a participação portuguesa na guerra. Estas solenidades deixavam pouco

¹³ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Op. Cit.*, pág.19.

¹⁴ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Op. Cit.*, pág. 26.

¹⁵ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Op. Cit.*, pág. 27.

¹⁶ Consultar a este respeito a obra inovadora de Sílvia Correia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial. Entre a experiência e o mito*. Dissertação de Doutoramento em História Política e Institucional Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

espaço para a crítica e para a dissensão. Destinadas a criar uma imagem de unidade nacional, utilizando para isso o sacrifício último dos oficiais, sargentos e praças, estas comemorações ajudaram a criar o *pathos* heróico que marcou a visão da guerra nas décadas seguintes.

Em segundo lugar, o mito foi também difundido pelas publicações de memórias da guerra de ex-oficiais do C.E.P. Nos anos subsequentes ao fim do conflito surge um conjunto relativamente vasto de memórias da guerra da Flandres, onde La Lys ocupa um lugar de destaque. Realçaria, entre outros, *Memórias da Grande Guerra* de Jaime Cortesão; *A Malta das Trincheiras* de André Brun; *Livro da Guerra de Portugal na Flandres. Descrição militar histórica do C.E.P., recordações das trincheiras, da batalha e do cativoiro. Figuras, factos e impressões*, de David Magno; *Os portugueses nas trincheiras da Grande Guerra* de Bento Esteves Roma; *Na Ceplândia – retalhos da Grande Guerra 1917-18* de Horácio de Assis Gonçalves; *Na Grande Guerra* de Americo Olavo e, em particular a obra do General Gomes da Costa *A grande batalha do Corpo Expedicionário Português. A batalha de La Lys*.

Esta série ou conjunto de publicações é particularmente relevante num país sem grande tradição memorialista e com uma elevadíssima taxa de analfabetismo. Em todas estas obras, há ideias enunciadas repetidamente tais como: o valor do soldado português; a sua capacidade de adaptação a uma realidade adversa; a sua bravura e bondade, por oposição à «traição» dos políticos e à má conduta de alguns oficiais. Estes livros são a forma encontrada pelos ex-combatentes de defenderem a sua posição enquanto grupo e de contarem a sua versão da história, que eles julgavam estar a ser adulterada pois: “(...) *é muito difícil para os que fizeram a guerra lutar nos campos das letras com os paisanos que a descrevem á rectaguarda em livros ou nos grandes jornaes. Para se desenhar em termos um acto heroico é preciso pelo menos um recuo de duzentos kilometros. De perto a heroicidade confunde-se demasiadamente com as cousas que de heroico não tem a mínima parcela. Além do mais, para um leitor paisanamente heroi só os mortos tem o direito de falar e nem todos tiveram a sorte de morrer para se poderem impor aos auditorios.*”¹⁷

São obras muito impressivas, que narram vividamente os aspectos mais marcantes das vidas dos soldados nas trincheiras e através da sua leitura consegue captar-se a experiência quotidiana dos combatentes da Grande Guerra. Aí encontramos todo o tipo de informações; os tempos de espera nas linhas da frente, a vida nas linhas mais recuadas, o convívio com as populações locais, as saudades de casa, a alimentação, a típica fórmula portuguesa do «desenrascanço», mesmo numa situação de guerra, e, é claro, a batalha de La Lys. Neste

¹⁷ BRUN, André, *A malta das trincheiras, migalhas da grande guerra 1914-1918*, Guimarães Editores, Lisboa, 1923, pág.13.

sentido, são obras insubstituíveis, mas que afloram superficialmente a questão política, que fora tão marcante e decisiva em Portugal. Do conjunto acima mencionado aquele que dedica maior atenção à questão política vivida em Portugal durante a guerra é o livro do General Gomes da Costa e gostaria, por isso, de lhe dedicar algumas linhas.

Sendo uma obra escrita por um comandante militar muito respeitado, este livro, além de abordar as questões militares, reflecte bastante sobre as condicionantes políticas, nomeadamente introduzindo uma análise séria sobre as causas da guerra e as razões da nossa participação.

Gomes da Costa desloca amiúde a sua análise do campo militar para o campo político, começando por desabafar que *“assim entrámos na guerra, a princípio contra a vontade da Inglaterra que nela não nos queria envolver, mas por fim, impelidos pela mesma Inglaterra que nos forçou a apreender os navios alemães surtos nos nossos portos, e de que ela precisava para os seus transportes.”*¹⁸, afirmando de seguida que a formação do C.E.P. foi *“difícilima, não só pela carência de material de toda a espécie, como ainda, e principalmente, pela má vontade da grande maioria dos oficiais e praças em intervir numa guerra cujas causas ignoram”*.¹⁹

Posteriormente, analisando a situação do C.E.P. na frente de guerra europeia, critica fortemente as decisões políticas, nomeadamente as que foram tomadas pelos Ministérios da União Sagrada e de Sidónio Pais. Segundo ele, a falta de rotatividade das tropas, conduziu a um prolongamento excessivo da permanência dos soldados nas linhas da frente o que, em última análise, abalou gravemente o moral das tropas e diminuiu a sua capacidade de combate: *“Desde Julho de 917 que eu vinha reclamando do C.E.P., contra a falta de efectivos, e, sobretudo de graduados, frisando a impossibilidade absoluta de garantir a defesa (...)”*²⁰. Gomes da Costa vai mais longe e afirma que à época alertara os políticos que se nada fosse feito declinaria a responsabilidade *“de qualquer futuro acontecimento menos feliz, por mim certo (...)”*.²¹ Além da falta de efectivos, Gomes da Costa considera ainda determinante o cansaço das tropas que, de acordo com a sua opinião, contribuiu para *“a desmoralização que se acentuou quando se viu que oficiais idos com licença a Portugal não regressavam às suas unidades, que não se davam licenças aos soldados, como se fazia às praças inglesas, e se lhes prometera, e a leviandade com que a imprensa portuguesa discutia essa questão das licenças.”*²² Esta desmoralização teve

¹⁸ COSTA, Gomes da, *Op. Cit.*, pág. 30

¹⁹ Idem, *Ibidem*, pág. 44

²⁰ Idem, *Ibidem*, pág. 65.

²¹ Idem, *Ibidem*, pág. 65.

²² Idem, *Ibidem*, pág. 66.

o seu momento mais visível com a recusa do 7 de Infantaria da 2ª Brigada em entrar nas trincheiras, “(...) *o que foi um verdadeiro desastre sob todos os pontos de vista.*”²³

Gomes da Costa procurou, desta forma, atribuir a *debacle* da La Lys mais a factores políticos do que a militares. Segundo este militar, se os governos da República tivessem cumprido as suas obrigações, a capacidade de resistência do C.E.P. teria sido muito superior. Escrito imediatamente depois da guerra (em 1920), notamos nesta obra algum «ajuste de contas» com os políticos da época, bem como uma tentativa de alijar eventuais responsabilidades dos militares. Mas mesmo tendo estes factores em conta, o livro é invulgar, uma vez que não é prática comum num regime liberal, onde as hierarquias militares estão subordinadas ao poder político, os primeiros criticarem tão abertamente as decisões dos últimos. Mais, numa altura em que se pretendia criar um clima de «unidade nacional» em torno da participação portuguesa na guerra, Gomes da Costa, reabre a questão política tão marcante durante os anos de 1914-1918.

Finalmente, e em terceiro lugar, o mito foi alimentado pelos programas/manuais escolares, nomeadamente os de História de Portugal e pela imprensa escrita. Em relação ao papel da imprensa, núcleo central desta investigação, guardaremos as nossas conclusões para o capítulo final. Por agora pretendo explicar sucintamente o papel dos programas/manuais escolares.

Os manuais publicados no rescaldo da guerra, procuraram ostensivamente reduzir a importância da participação portuguesa na guerra. No livro de João Soares, *A idade moderna e contemporânea*, um compêndio destinado aos alunos da V classe dos liceus, publicado em 1922, a única referência à presença portuguesa na 1ª Guerra Mundial resume-se a uma singela frase que rezava assim: “*Portugal entrou no conflito como aliado da Inglaterra*”.²⁴ Nada se diz quanto às razões que nos levaram a lutar ao lado dos ingleses, muito menos se referem as lutas políticas entre as diferentes facções, ou sequer as consequências económicas, financeiras e sociais da nossa participação no conflito.

Em 1930, o Decreto nº 18.885 que detalhava a forma como deveria ser ministrado o ensino da disciplina de História (através do método expositivo) ao mesmo tempo que aconselhava os professores a não divergir do que está no livro, pois sempre que tal sucede “(...) *se estabelece a confusão no espírito dos alunos.*”²⁵, colocava em plano de igualdade de tratamento, no capítulo dedicado à República, a intervenção de Portugal na Grande Guerra e a

²³ Idem, *Ibidem*, pág. 67.

²⁴ SOARES, João, *A idade moderna e contemporânea*, Coimbra Editora, Coimbra, 1922, pág. 266.

²⁵ Decreto nº 18.885, *Diário do Governo* 1ª Série, nº 225 de 27 de Setembro de 1930, pág. 2013.

travessia aérea de Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Esta comparação permitia, por um lado, anular as querelas políticas em torno da intervenção portuguesa, e por outro, promover valores tão importantes para o Estado Novo como a abnegação, a valentia e o sacrifício, revelados no passado recente pelos combatentes portugueses da Grande Guerra e agora pelos dois aviadores.

Ainda no período da Ditadura Militar, a 15 de Abril de 1932 é publicado o Decreto nº 21.103 que determinava a forma como deviam ser ministradas as várias disciplinas do currículo. Nos parágrafos dedicados à disciplina de História, o legislador entende que durante muito tempo o seu ensino (em particular o da História de Portugal) tem sido “(...) *negativista e derrotista*”.²⁶ Como consequência, este derrotismo tem dado aos jovens uma ideia errada do seu país. De forma a solucionar este problema a Ditadura propõe que, na falta de uma verdade absoluta, em virtude das múltiplas opiniões, o Estado possa definir “(...) *a verdade que convém à Nação*.”²⁷ E de que forma se transmitirá essa «verdade conveniente?» Em primeiro lugar, apenas aprovando os manuais escolares que reflectam a «verdade» do Estado, impedindo a chegada de ideias «derrotistas» aos bancos da escola. Em segundo lugar, através de um conjunto muito bem definido de formas de ensinar que privilegiavam a «contextualização» dos personagens e dos acontecimentos na época, evitando-se ao máximo as extrapolações para a actualidade. O ensino da História deveria ainda privilegiar a glorificação da história multiseular de Portugal como forma de fortalecer os vectores fundamentais da vida social, tais como “(...) *a família como célula social; a fé como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento da unidade e solidariedade nacional; o princípio da autoridade, como elemento indispensável do progresso geral; a firmeza do governo, espinha dorsal da vida política do país; o respeito da hierarquia, condição básica da cooperação de valores; e a cultura literária e científica*.”²⁸ Obviamente, por oposição, tudo o que pusesse em causa estes vectores fundamentais deveria ser alvo de censura por parte dos professores.

Com o advento do Estado Novo, o Decreto nº 27.084 efectua uma reforma curricular do ensino liceal, abandonando a distinção entre Curso Geral e Curso Complementar e a anterior bifurcação entre o ensino das letras e das ciências.²⁹ No seguimento desta reforma é publicado o Decreto nº 27.085 que procede a uma reformulação dos programas escolares. Assim, para a disciplina de História no 5º ano, no capítulo dedicado à Idade Contemporânea o programa

²⁶ Decreto nº 21.103, *Diário do Governo*, Iª Série, nº 89 de 15 de Abril de 1932, pág. 625.

²⁷ Idem, pág. 625.

²⁸ Idem, pág. 625

²⁹ Decreto nº 27.084, *Diário do Governo*, Iª Série, nº 241 de 14 de Outubro de 1936.

defende que se estude “(...) *A Grande Guerra (sem minúcias)*”³⁰ evitando-se desta forma a explanação das causas da intervenção portuguesa na guerra e as divisões que esta causara na sociedade portuguesa.

Para o 6º ano, totalmente dedicado à História de Portugal, o legislador define igualmente as regras de tratamento deste tema. Enquadrado pelas directivas acima indicadas, o professor devia informar os alunos que a I República fora um período de «caos» governativo e de «anarquia social». A intervenção na guerra era retratada como fruto duma decisão unilateral da facção «radical» do republicanismo, leia-se do Partido democrático, que apenas contribuíra para o agravamento das condições de vida dos portugueses. Cabia ao docente enaltecer o «espírito de sacrifício» e o «valor» militar do soldado português, de forma a criar uma imagem de «unidade nacional» e de «esforço patriótico». Observemos estes dois pequenos exemplos.

No *Sumário de História de Portugal* de Tomás de Barros, dizia-se a propósito do exército português que “(...) *quer em França, onde suportou batalhas formidáveis, como a de La Lis – 9 de Abril de 1918 – quer em Angola e Moçambique, deu sempre as mais brilhantes provas de heroísmo e valentia.*”³¹ No *Compêndio de História de Portugal* de José Matoso, as causas da intervenção portuguesa merecem já alguma reflexão, sendo que o manual dedica também algum espaço de análise a temas de política interna, glosando a retórica recorrente do Estado Novo que acusava a I República de ter sido responsável pela «ingovernabilidade» da nação e pelo «radicalismo». Ao contrário do que observámos na obra de Gomes da Costa, o governo de Sidónio Pais merece aqui muitos elogios, uma vez que terá contribuído para acabar com o “(...) *estado de agitação em que se encontrava o País desde a proclamação da República (...)*”, tendo posto termo “às perseguições religiosas” e “à tirania do Parlamento”³². No final do capítulo lá vêm a já tradicionais referências à batalha de La Lys e à bravura demonstrada pelos soldados lusitanos, que, apesar da esmagadora desvantagem numérica, lutaram corajosamente até ao fim. Recupera-se assim a designação cunhada por Jaime Cortesão que afirmara que La Lys teria sido o “*Alcácer-Quibir do C.E.P.*”³³ O manual realça ainda o facto dos sacrifícios feitos pelos portugueses na guerra terem permitido a manutenção das colónias.

Resumindo, o esforço combinado das celebrações públicas, da construção de monumentos evocativos, da publicação de livros de memórias, da acção da imprensa e da orientação dos programas/manuais escolares, permitiu a construção do mito, antes de a

³⁰ Decreto nº 27.085, *Diário do Governo* 1ª Série, nº 241 de 14 de Outubro de 1936, pág. 1265.

³¹ BARROS, Tomás de, *Sumário de História de Portugal*, Editora Educação Nacional, Porto, 1948, pág.178.

³² MATOSO, José, *Compêndio de História de Portugal*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1948, pág. 443.

³³ CORTESÃO, Jaime, *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, Reprint from the collections of the University of California Libraries, Lexington, 2012, pág.207.

historiografia começar a tratar o tema, de certa forma, condicionando o seu trabalho futuro. Quando surgiram os primeiros trabalhos historiográficos na década de 30, o país vivia já em ditadura, o que condicionou a produção historiográfica, sendo que esta última também se tornou em mais uma ferramenta da perpetuação do mito. Neste contexto, os temas políticos da guerra, tão marcantes durante a I República, foram secundarizados e, nalgumas situações apagados, em detrimento de uma narrativa que privilegiava o tratamento de tópicos como a «unidade nacional», a «coragem», a «galhardia» e o «sacrifício» do soldado português.

Objectivos e estrutura da dissertação

O presente trabalho começa por analisar a posição portuguesa perante o conflito até à declaração de guerra da Alemanha (capítulo I). No capítulo II foi retratado o processo de planificação, formação e operacionalização do contingente militar português, por um lado, e a forma como este se adaptou à realidade das trincheiras e se comportou até à batalha de La Lys, por outro. Finalmente, no capítulo III foi esmiuçado o tratamento que a imprensa fez da batalha de La Lys e da participação portuguesa na guerra, numa primeira fase, ainda na I República, posteriormente durante a Ditadura Militar, e, finalmente no período inicial do Estado Novo, mais concretamente até 1940. De certa forma, os dois primeiros capítulos fornecem o pano de fundo essencial para se compreenderem as conclusões apresentadas no último.

Na primeira parte, que corresponde aos dois primeiros capítulos, o presente trabalho retoma questões fundamentais tais como as razões da intervenção portuguesa na guerra e o papel que as dinâmicas internas da política portuguesa tiveram na operacionalização e comportamento do contingente português que lutou na Flandres até La Lys, de modo a desenhar um quadro mais completo do que foi a intervenção portuguesa. Na segunda parte, capítulo III, serão analisados em profundidade os seguintes temas: o papel desempenhado pela imprensa escrita na «mitificação» de La Lys e, em sentido mais lato, da participação portuguesa na guerra; a forma como a origem política de cada um dos jornais estudados condicionou o tratamento e construção do mito; como foi transmitida esta narrativa na imprensa ao longo do período que medeia entre o fim da guerra e o início da década de 40 do século XX e, finalmente, que continuidades e descontinuidades podem ser observadas no tratamento jornalístico ao longo do supracitado período de tempo.

Para responder às últimas quatro questões escolhi os jornais que segundo a minha opinião, permitem obter um tratamento mais abrangente do tema, escalpelizando sobretudo as

diferentes sensibilidades políticas do republicanismo. **O Século** e o **Diário de Notícias** são escolhas óbvias por serem referências do jornalismo português, que atravessaram vários regimes, tendo em muitos casos uma postura situacionista. **O Mundo** (por representar a facção do Partido Democrático apoiante da participação portuguesa na Guerra), **A República** (de sensibilidade evolucionista), **A Lucta** (de Brito Camacho que sempre se manifestou muito crítico em relação à entrada de Portugal no conflito) e **A Capital**, representam as facções mais importantes do republicanismo português. **A Batalha**, como órgão oficial da C.G.T. (Confederação Geral do Trabalho), espelha o pensamento de uma parte importante do operariado e do sindicalismo português, que se manifesta, desde o início, frontalmente contra a guerra e contra a nossa intervenção, nunca se associando, de forma alguma, ao clima patriótico que marcou todo este período. Nesse sentido, *A Batalha* surge, neste trabalho, como um contraponto às ideias dominantes na restante imprensa que, apesar de dissonantes nalguns aspectos, adere entusiasticamente à narrativa da intervenção portuguesa na guerra e ajuda a construir o mito. Para o período do Estado Novo escolhi o **Diário da Manhã**, o jornal «oficial» do Estado Novo.

A investigação incidiu particularmente sobre a importância da data de 9 de Abril entre os anos de 1918 a 1940. Pretendi com esta pesquisa, que não encontro sistematizada em outros estudos historiográficos, alargar o campo de análise sobre o tema de La Lys e da intervenção portuguesa no palco europeu da Grande Guerra. Apesar das obras de Luís Trindade, *Primeiras páginas: o século XX nos jornais portugueses; Repórteres e reportagens de Primeira Página*, organizada por Jacinto Baptista e António Valdemar e *Políticas da Memória da I Guerra Mundial. Entre a experiência e o mito* de Sílvia Correia, já terem aflorado as questões da imprensa e, no último caso, estudado exaustivamente a construção da memória da guerra, não existe um trabalho que estude a temática de La Lys através dos olhos da imprensa escrita, o que me parece peculiar, uma vez que a mesma foi utilizada como forma de difusão de posições políticas sobretudo durante a I República, tendo também relevância, apesar da censura durante a Ditadura Militar e Estado Novo – entre 1918 e 1940. De facto, até ao momento, a imprensa tem sido utilizada pelos investigadores como fonte para os seus estudos, mas não como o centro do estudo. Inclusivamente, perante a ausência/falhanço das políticas de propaganda por parte dos governos de União Sagrada, foi durante muito tempo a forma mais eficaz de formação de, pelo menos, uma parte da opinião pública.

O estudo destes periódicos ao longo do período referido anteriormente, permite-nos construir uma ideia do que foi a luta intensa que se travou pela memória e pelo significado de La Lys, e como esta data era importante na memória colectiva dos portugueses, ao ponto de

suplantar em prestígio e popularidade o «11 de Novembro», a data internacional comemorativa da Grande Guerra, “(...) com um evidente auge nos anos de 1921 e 1924, aquando da consagração e inumação dos soldados desconhecidos.”³⁴ Portugal é, neste domínio, um caso particular, pois nenhum outro país beligerante atribuiu importância central a uma derrota militar. Obviamente que os beligerantes não esqueceram Verdun, o Somme, Tannenberg ou Passchendaele, doravante sinónimos da «loucura» da Grande Guerra, mas não lhes dedicam uma cerimónia particular, optando por os recordar nas cerimónias do 11 de Novembro.

A imprensa teve, como pretende provar este trabalho, uma importância-chave na transformação de uma derrota militar num momento de exaltação nacional e na criação duma imagem mítica da batalha e da intervenção portuguesa na guerra. Dias após a batalha, com pouquíssimas informações disponíveis, os jornais nacionais começaram a imediatamente a desenhar os contornos gerais daquilo que viria a tornar-se a narrativa de La Lys, e que condicionará durante décadas todos os relatos e inclusivamente a historiografia. Estabelecida a «verdade» sobre La Lys em torno de conceitos como a «bravura», a «coragem», a «raça», e o «sacrifício», dos «heróis», contrariá-la equivalia a um crime de traição à pátria.

Gostaria finalmente de explicitar a minha escolha cronológica. Porquê até 1940?

Em primeiro lugar, pretendi estudar a evolução do tratamento dado pela imprensa ao longo dos três regimes que marcaram dois terços do século XX português: a I República, a Ditadura Militar e o Estado Novo. Era crucial para mim que se conseguissem determinar as continuidades e as rupturas que esta narrativa teve ao longo destas duas décadas.

Em segundo lugar, pouco depois da eclosão da II Guerra Mundial, era crucial entender de que forma o mito de La Lys fora, ou não, influenciado pela deflagração da guerra civil espanhola e de um novo conflito mundial e as subsequentes acções do governo português. Nunca podemos olvidar que La Lys, apesar de todo o «lustro» patriótico, remete sempre para a questão traumática da intervenção portuguesa na Grande Guerra. Inevitavelmente, se se viesse a materializar um novo conflito mundial, a posição do governo português (optasse ele pela neutralidade ou pela beligerância) poderia alterar algumas partes da «narrativa».

Em terceiro lugar, 1940 coincide também com a Exposição do *Mundo Português*, a manifestação nacional das grandes encenações fascistas de propaganda. Esta exposição assinala uma aposta mais consistente por parte da propaganda do Estado Novo na História de eras mais antigas, muito mais consensual para o regime, ao mesmo tempo que oblitera o

³⁴ CORREIA, Sílvia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial 1918-1933. Entre a experiência e o mito*, Dissertação de Doutoramento em História Política e Institucional Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pág. 240.

período mais conturbado da I República. A iconografia e a estética salazaristas enaltecem os valores da «raça» lusitana mas vão beber as referências históricas aos heróis da História de Portugal ligados à fundação e manutenção da nacionalidade, como D. Afonso Henriques, D. João I ou o Condestável, ou à «época de ouro» dos descobrimentos com a sua quase infindável lista de personagens «maiores do que a vida», e que concederam a Portugal o seu lugar «especial» na história da Europa e do Mundo. Naturalmente, neste clima de exaltação patriótica, é ainda dado particular destaque ao papel de Salazar e do Salazarismo na história mais recente de Portugal, mas não há espaço, nesta exposição para os heróis da República ou da Grande Guerra. A história mais recente do país, em particular a do período da I República, é secundarizada sendo repetidamente apontada como uma época breve de instabilidade, de caos (nas finanças e na política) e de radicalismo, por oposição ao Estado Novo que representava os valores da ordem, da regeneração e do progresso nacionais.

As limitações próprias de um trabalho desta dimensão não nos permitem aprofundar este tema da maneira desejada, pois uma análise de toda a imprensa existente nesta época não caberia aqui e necessitaria de muito mais tempo de investigação. Este trabalho pretende sim abrir o campo da investigação e chamar à atenção para o papel, por vezes negligenciado e subalternizado da imprensa na formação da memória nacional da intervenção portuguesa na Grande Guerra durante as primeiras quatro décadas do século XX português.

Escrever sobre a campanha portuguesa na Flandres, e em particular, sobre La Lys foi uma decisão arriscada mas consciente, pois não se trata de um tema fácil. Racine afirmou que quando se escreve História deve-se ter dois cuidados fundamentais: escolher um assunto que seja bom e agradável aos leitores e definir bem onde o assunto começa e acaba. Reconheço que falhei no primeiro, espero ter acertado no segundo.

Estado da Arte

Antes de iniciar a dissertação propriamente dita, desejo ainda fazer um pequeno balanço sobre a evolução da investigação histórica do tema da participação portuguesa na Grande Guerra realizada até ao momento. Todas as obras a seguir mencionadas foram essenciais para a elaboração deste trabalho e influenciaram as suas conclusões.

Em 1916, um pequeno opúsculo publicado pelo Comité *L'effort de la France et de ses alliés*, intitulado *L'effort Portugais*, de Paul Adam, acolhe com entusiasmo a recente adesão de Portugal à causa dos aliados. Num estilo grandiloquente, o texto louva a decisão de Portugal em intervir na guerra europeia em defesa da «civilização» e da «democracia», - um tema sempre caro aos intervencionistas -, para de seguida perorar sobre a «gesta» dos portugueses, desde a fundação da nacionalidade até à República. No final, um apêndice transcreve um discurso proferido por João Chagas, um dos indefectíveis da intervenção portuguesa na guerra europeia, em Bordéus a 28 de Junho de 1916.

O discurso de João Chagas reafirma a «vulgata» dos intervencionistas: lá encontramos a recusa da neutralidade portuguesa, a solidariedade para com a causa dos aliados e a defesa de princípios fundamentais como os da «civilização» e da «liberdade» perante a agressão «feudal» dos «tedescos».³⁵ No fundo, esta pequena obra procura atingir dois grandes objectivos: por um lado, acolher Portugal na causa aliada, em particular numa altura em que o futuro da guerra ainda estava por decidir, e em que qualquer «ajuda» militar, por mais insignificante que fosse, era sempre bem-vinda, e, por outro, certifica «internacionalmente» a justeza da nossa intervenção na guerra europeia e cauciona as decisões tomadas pelo governo de União Sagrada. Nesse sentido, é um documento com um impacto muito maior na política interna de Portugal do que no prestígio externo do nosso país.

Ainda durante o conflito (a 17 de Janeiro de 1917) surgiu no Diário do Govêrno o relatório da participação portuguesa na guerra europeia, onde se expunham as causas da guerra e as razões que conduziram à nossa intervenção militar, adjectivada de «lógica» e «inevitável». Emanado do governo e escrito nas vésperas do envio dos primeiros contingentes para a Flandres, as conclusões apresentadas no relatório reflectem naturalmente a versão «oficial» dos acontecimentos.³⁶

³⁵ Para ler o discurso de João Chagas na íntegra, consultar nos anexos o documento II.

³⁶ *Diário do Govêrno*, 1ª Série, nº 9 de 17 de Janeiro de 1917.

No rescaldo da guerra surgem, por um lado, os livros de memórias dos ex-combatentes e, em 1920, é publicada a compilação de documentos diplomáticos trocados entre as várias chancelarias durante o período da Guerra e que ficou conhecido como o “Livro Branco”. As informações contidas neste livro foram e ainda são uma importantíssima fonte de estudo para este período, e permitiram que se construísse uma história da intervenção portuguesa na guerra com bases mais sólidas e não fundada exclusivamente na luta político-partidária entre intervencionistas e não-intervencionistas.

Ainda na década de 20, mais concretamente em 1922, surge um primeiro esforço de compilação levado a cabo por Nuno Beja, de todas as obras que, de uma forma ou de outra, abordavam os temas da guerra e da intervenção portuguesa. O livro pode ser dividido em três grandes grupos: um primeiro que enumerava maioritariamente os livros de memórias de guerra. Um segundo grupo que enunciava as elegias feitas em honra dos combatentes portugueses na Grande Guerra. Finalmente, um terceiro grupo que destacava as publicações periódicas (nacionais e internacionais) e as obras que estudaram as consequências da guerra, tanto em Portugal como no resto do mundo.

Foi necessário aguardar 15 anos para termos o primeiro trabalho historiográfico da participação portuguesa na I guerra mundial: tratou-se do capítulo “*Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918*”, escrito pelo Professor Hernâni Cidade, englobado na História de Portugal de Damião Peres saída em 1933.

O autor inicia o seu artigo enunciando as razões da participação portuguesa no conflito. Segundo ele, era imprescindível respeitar a «velha aliança» com a Inglaterra, ao mesmo tempo evitando “(...) *as agressões alemãs, que por todas as forças estávamos recebendo [nas colónias]*.”³⁷ Surgia aqui pela primeira vez a dupla explicação clássica das razões que justificaram a participação portuguesa na guerra: o respeito da aliança com a Inglaterra e a defesa dos territórios ultramarinos.

A leitura do artigo pinta-nos um quadro de consentimento quase total à entrada de Portugal na guerra, com uma notável excepção. Hernâni Cidade afirma a determinado momento que o “*Embarque sem alarde, quasi à «capucha», que não cessava de recrutar partidários à campanha contra a intervenção – de efeitos sensíveis nas próprias resistências passivas e esboço de oposição rebelde à partida das tropas* (...)”.³⁸

Mais à frente, menciona-se a situação política interna para acusar os políticos da época, em particular Sidónio Pais, de terem criado uma situação que condicionou a capacidade de

³⁷ PERES, Damião, *História de Portugal*, Vol. VII, Portucalense Editora, Barcelos, 1935, pág. 501.

³⁸ Idem, *Ibidem*, pág. 505.

combate do C.E.P. O autor iliba, desta forma, os militares pelo desastre de La Lys, uma vez que “Aos repetidos, aflitivos telegramas em que o comandante do C.E.P. afirmava a urgente necessidade de reforços, respondiam os repetidos, fleugmáticos telegramas chamando oficiais para Portugal, menos gloriosas mas mais seguras, ou decretos como o que alongava o prazo das licenças, como aquele outro que, estabelecendo novo processo de expedicionários, originava a desmobilização, que se não faz sem escândalo, precisamente do batalhão que, já preparado para a partida, ingressara no movimento revolucionário (...)”.³⁹ Infere-se da leitura destas linhas que a chegada ao poder de Sidónio Pais, que não era propriamente um entusiasta da participação portuguesa no conflito europeu, condicionara o desempenho militar do C.E.P. Hernâni Cidade, de seguida, alerta os leitores para os perigos que a divisão na «frente interna» teve na condução militar da guerra e, em última análise, no desastre de La Lys. É bastante reveladora a quase ausência de crítica aos militares, por esta altura, uma peça crucial no xadrez político da ditadura.

No ano seguinte surgiu a obra de maior fôlego, até então, sobre a participação portuguesa na Grande Guerra: trata-se de *Portugal na Grande Guerra* da autoria do General Ferreira Martins.

Apesar de se tratar de uma obra de grande dimensão, e por essa razão, muito mais exaustiva do que o artigo de Hernâni Cidade, metodologicamente ambos seguem uma linha muito semelhante. Ferreira Martins volta a escamotear os conflitos internos que dividiram a sociedade portuguesa durante a I República, optando por realçar o valor militar do soldado português, que, apesar de todas as adversidades teria deixado nos campos da Flandres uma imagem *digna*.

A agitada conjuntura política portuguesa é referida, de forma quase imperceptível. Mas apesar de ligeiro, nota-se um tom crítico em relação à condução política da guerra que exemplifico com duas breves passagens: “*Bem conhecia o Comando Superior do C.E.P. a situação difícil e mesmo perigosa que atravessava, procurando remediá-la pedindo insistentemente reforços de Portugal, que, como já atrás vimos, não lhe eram enviados.*”⁴⁰, ou, “*De Portugal só chegavam motivos de desânimo, incitamentos que deprimiam.*”⁴¹

Quando fala de La Lys, o Ferreira Martins, reconhece, sem sombra de dúvida, ter-se tratado de uma derrota de enormes proporções para o C.E.P., mas acrescenta que a resistência luso-britânica obstaculizara a derradeira ofensiva alemã desempenhando por isso um papel

³⁹ Idem, Ibidem, págs. 507 e 508.

⁴⁰ MARTINS, Ferreira, *Portugal na Grande Guerra*, Vol. I., Ática, Lisboa, 1934, pág. 294.

⁴¹ Idem, Ibidem, Vol. I. pág. 298.

importante na futura vitória dos aliados. Não é, por isso, de todo inocente o nome dado ao capítulo onde se relatam as fases principais da batalha (*O Sacrifício*). Vislumbramos aqui uma das ideias fundamentais da narrativa da presença portuguesa na Grande Guerra e que podemos resumir numa frase: Portugal, apesar da sua reduzida dimensão geográfica e humana, desempenhara, no fim de contas, um papel importante no conjunto da guerra.

Na década de 50 do século XX começa a ser publicada a obra do Brigadeiro Eduardo Santos, *“Estudos de História Militar sobre a Primeira Grande Guerra (1914-1918)”*, e que esmiuça detalhadamente todas as questões técnicas e militares relacionadas com o conflito.

Na década de 60 surgiu um novo trabalho historiográfico sobre a presença portuguesa na Grande Guerra. Tratou-se do artigo de David Ferreira, intitulado *“Grande Guerra”*, integrado no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão. Este artigo é inovador uma vez que, pela primeira vez, não são aqui tecidas grandes considerações militares e encontra-se ausente a dimensão heróica da participação portuguesa. Estas duas questões, tão importantes até aí, são subalternizadas em detrimento dos temas políticos.

O autor começa por explicar o que entende serem as razões da nossa entrada na guerra: *“(…) cumprimos os nossos deveres de aliados de Inglaterra; libertarmo-nos dos seus propósitos tutelares, por meio de uma decisão que nos creditaria perante todo o mundo; assegurarmos a nossa presença na conferência de paz, onde poderíamos fazer ouvir a nossa voz em defesa da inviolabilidade dos nossos domínios ultramarinos.”*⁴²

De seguida descreve as lutas entre os intervencionistas e anti-intervencionistas, acusando estes últimos de impedirem ou procurarem impedir o esforço de guerra português, não poupando para isso nos adjectivos apelidando-os de *“contumazes inimigos da liberdade”*⁴³.

Mais à frente, Sidónio Pais é acusado de ser o grande responsável da derrota de La Lys, uma vez que a decisão de suspender o envio de reforços obrigou as tropas portuguesas a *“suportar em desastrosas condições de inferioridade a esmagadora ofensiva alemã de 9 de Abril de 1918, na qual os portugueses sofreram perdas elevadíssimas”*.⁴⁴

As acusações aos líderes políticos da época continuam, sendo mencionadas as suas estratégias por oposição à simpatia que o povo português nutria pela causa aliada, e afirmando que *“se então houve defecções, não partiam elas dos soldados, nem dos sargentos. (...) Incapazes de recalcarem velhos ressentimentos políticos e recentes razões de queixa pessoal, Machado Santos e Brito Camacho, embora involuntariamente, animaram todos aqueles que*

⁴² *“Grande Guerra”*, de David Ferreira in *Dicionário de História de Portugal*, (Coord. Joel Serrão), Livraria Figueirinhas, 1990, pág.147.

⁴³ Idem, Ibidem, pág.149.

⁴⁴ Idem, Ibidem, pág.150.

combatiam a nossa intervenção na guerra (...) uma parte dos monárquicos e dos católicos, os poucos evolucionistas que não acompanharam António José de Almeida na União Sagrada e os elementos de correntes avançadas, que, por princípios doutrinários, eram contrários à guerra)."⁴⁵

Neste artigo, David Ferreira coloca o plano político como decisivo. Para ele é fundamental compreender a dinâmica interna das lutas partidárias entre as várias facções republicanas, que, segundo ele, condicionou de sobremaneira o esforço de guerra nacional. Escrito durante a ditadura, mas já com o conflito angolano no horizonte, o artigo alerta, ainda que de forma sibilina, para os perigos que as «divisões» internas podem comportar em tempo de guerra.

Já durante a fase final do Estado Novo, no período marcelista, devemos realçar a importantíssima obra de Oliveira Marques, *A primeira república portuguesa – alguns aspectos estruturais* (de 1971), que não abordando directamente a questão da intervenção portuguesa na guerra, traça um quadro geral de Portugal durante o período da Primeira República.

Após o 25 de Abril

Com o advento da democracia, a historiografia demonstrou uma grande atenção com as temáticas relacionadas com o Estado Novo e a Ditadura, que puderam ser, pela primeira vez, estudadas em liberdade, com acesso a fontes desde sempre interditas. Todavia, paulatinamente, o crescente interesse dos historiadores pelo período da I República, direccionou-os inevitavelmente para o tema da participação portuguesa na grande guerra.

Pelo seu pioneirismo devemos destacar Oliveira Marques, com obras como *Bernardino Machado* (de 1978); *História da primeira República portuguesa – as estruturas de base* (de 1978); *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, (de 1981); *Correspondência Política de Afonso Costa* (de 1982); Vasco Pulido Valente, com obras como *O Poder e o Povo* (de 1976); António José Telo, com os textos *O Sidonismo e o movimento operário português* (de 1977) e *Decadência e queda da I República portuguesa* (de 1980); Manuel Villaverde Cabral com o estudo *Portugal na alvorada do século XX* (de 1978) e o trabalho de Douglas Wheeler, *História Política de Portugal 1910-1926* (de 1978).

Como corolário deste crescente interesse surgiu durante as décadas seguintes um importantíssimo conjunto de obras de referência já tratando a questão da guerra, das quais

⁴⁵ Idem, *Ibidem*, pág.148.

salientamos os contributos de José Medeiros Ferreira em *O comportamento político dos militares – forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX* (de 1992) e *Portugal na conferência de Paz – Paris, 1919* (de 1992); de Nuno Severiano Teixeira através de *O Poder e a Guerra, 1914-1918, objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra* (de 1996) e *Portugal e a Guerra – História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais, séculos XIX e XX* (de 1998); de Luís M. Alves de Fraga, com as obras *Portugal na Grande Guerra, as deserções e os furtos no Corpo Expedicionário Português* (de 1985), *Portugal na Grande Guerra – razões económicas de beligerância* (de 1985), *Portugal e a primeira grande guerra: os objectivos políticos e o esboço da estratégia nacional: 1914-1916* (de 1990), *La Lys – A última batalha do exército português* (de 1993), *Portugal na Grande Guerra. O recrutamento, a mobilização e o roulement nas frentes de combate* (de 1996) e *O fim da ambiguidade, a estratégia nacional portuguesa de 1914-1916* (de 2001) e *Do intervencionismo ao Sidonismo – os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918* (de 2010); de António Reis com a obra em três volumes por si coordenada intitulada *Portugal Contemporâneo* (de 1990) e de Isabel Pestana Marques com a sua tese de Mestrado, *Os Portugueses nas trincheiras – um quotidiano de guerra* (de 1995).

Sobre o papel singular de Sidónio Pais na história da República e, em particular, sobre a sua influência na intervenção portuguesa na guerra, destaco, além do acima referido “*O Sidonismo e o movimento operário português*” de António José Telo, os importantes trabalhos de José António Sequeira Gonçalves, *Sidónio Pais e a participação portuguesa na guerra de 1914-1918*, (de 1989), de Filipe Ribeiro Meneses, *União Sagrada e Sidonismo, Portugal em Guerra: 1916-18* (de 2000); de Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo* (de 1999) e de Maria Alice Samara, *Verdes e Vermelhos, Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais* (de 2001).

Estes trabalhos contrariaram a visão dominante durante muito tempo na memória nacional e na historiografia, que atribuía a culpa do descalabro do C.E.P. à acção de Sidónio Pais acusando-o de todo o tipo de “torpezas”, nomeadamente a de ser germanófilo. Sidónio surge nestas obras como o homem que, cavalcando a «onda» do descontentamento com a guerra e com as atitudes dos democráticos, procura unir nesta «fronda» os militares, os anti-intervencionistas e até o operariado, que numa fase inicial, lhe deu o benefício da dúvida, senão mesmo o apoio. Um tal programa heteróclito estava condenado ao fracasso, como veio de resto a suceder. Nestas obras também concluímos que Sidónio, não sendo um entusiasta da intervenção portuguesa na guerra, ao contrário do que afirmaram repetidamente os seus inimigos, não procurou boicotar conscientemente o nosso esforço de guerra na Flandres. Vemos assim um Sidónio Pais numa posição muito periclitante: se por um lado, deve a sua subida e

manutenção no poder aos sectores militares descontentes com a participação portuguesa na guerra e às franjas da população que reclamam da carestia de vida, por outro lado, está consciente que enquanto chefe de estado está obrigado a manter a posição de Portugal como aliado da Inglaterra.

Em 2004 surgiu uma interessantíssima tese de Mestrado sobre o papel desempenhado por João Chagas na intervenção de Portugal na guerra europeia intitulada *João Chagas, guerra e paz, a problemática da participação de Portugal 1914-1919*, da autoria de Noémia da Encarnação Malva de Novais.

Entre os anos de 2009 e 2011, coincidindo com o centenário da implantação da República vimos surgir duas obras de referência que pretenderam sintetizar os curtos mas muito intensos dezasseis anos da I República. São eles *Primeira República* (2 vols.) de António José Telo, e a *História da primeira república portuguesa* coordenada por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo.

Mais recentemente surgiram duas teses de doutoramento muito significativas que abordam duas temáticas da guerra ainda bastante inexploradas. Em primeiro lugar, de Ana Paula Pires, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a economia de Guerra*, (de 2009) que examina os impactos brutais que a guerra causou na economia nacional e de que forma esses impactos contribuíram para a degradação da situação política do pós-guerra. Em segundo lugar, a obra de Sílvia Correia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial. Entre a experiência e o mito*, (de 2010), que analisa detalhadamente os processos de construção da memória do conflito, sobretudo no espaço público (monumentos e comemorações) no período que mediou entre 1918 e a instauração do Estado Novo.

Finalmente, em 2010 é publicada a muito importante obra de síntese de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra*.

Ao longo destas quatro décadas foram surgindo pequenos trabalhos em revistas sobre a participação de Portugal na Grande Guerra, dos quais destaco os de José Medeiros Ferreira na revista *Política internacional*, publicado em 1993 sob o título “Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU”; os artigos de Nuno Severiano Teixeira, de Isabel Pestana Marques e de Luís Farinha, intitulados respectivamente “Porque foi Portugal para a Guerra?”, “Os portugueses nas trincheiras” e “Sidónio Pais, embaixador em Berlim”, publicados na Revista *História* em 1994; o artigo de Filipe Ribeiro de Meneses na revista *Portuguese Studies Review*, intitulado “The Abandoned army: the portuguese Expeditionary force in France, 1917-1918”, publicado em 1996, e o artigo de Vitorino Magalhães Godinho publicado em 2000 na revista *História*, com o título “A I Grande Guerra e a República Portuguesa”.

Hoje em dia dispomos de um vasto leque de obras acerca da participação portuguesa na primeira guerra mundial de grande qualidade e variedade temática. Todas elas procuram «iluminar» este fenómeno de perspectivas diferentes: umas realçando os aspectos militares, outras olhando preferencialmente para as realidades diplomáticas e políticas do conflito, outras ainda, focalizando-se nas questões do quotidiano, da memória ou nas consequências socioeconómicas do conflito. Desde as mais antigas até às mais recentes, todas estas pesquisas e obras abriram caminhos novos na investigação histórica e deixaram pistas para futuras investigações. O presente trabalho, que de todos eles, de uma forma ou de outra, é devedor, procura ser mais um pequeno contributo nesse processo permanente e evolutivo de construção da memória histórica da participação portuguesa na Grande Guerra.

Capítulo I – Portugal e a Guerra

Para melhor se compreenderem as polémicas, as divisões, as discussões políticas e os unanimismos em torno do mito de La Lys na imprensa escrita, entendo ser fundamental contextualizar o tema dedicando o primeiro capítulo à descrição das condicionantes políticas, económicas, sociais e militares portuguesas entre o início do conflito e a intervenção na guerra europeia, e à realização de um breve resumo das contingências associadas à formação, instrução e transporte do C.E.P. No segundo capítulo será descrita de forma breve a experiência do C.E.P. nas trincheiras da Flandres até La Lys, e a influência que a instabilidade política vivida em Portugal teve na capacidade operacional do contingente português.

A eclosão da 1ª Guerra Mundial em Agosto de 1914 e o alargamento do conflito às grandes potências do continente europeu colocava a jovem República portuguesa perante um dilema: deveríamos seguir a posição “tradicional” e invocar a aliança luso-britânica, entrando na guerra ao lado dos Ingleses? Ou, deveríamos, ao invés, optar pela neutralidade e esperar pelo desenrolar dos acontecimentos? E se optássemos pela participação, estaríamos preparados militarmente para intervir num conflito deste tipo? E, em caso afirmativo, estariam os cidadãos disponíveis para apoiar a participação na guerra? Todas estas questões estiveram, certamente, na mente dos nossos decisores e dos nossos concidadãos a partir de Agosto de 1914.

Mas antes de responder a estas questões parece-me útil desenhar sucintamente um quadro da situação sócio-económica portuguesa por altura da guerra. Que país era Portugal em 1914?

À data do primeiro censo realizado em 1911, viviam em Portugal 5.960.056 pessoas.⁴⁶ Analisando o ritmo de crescimento da população verificado à época, podemos extrapolar que por volta de 1914 a população portuguesa estaria um pouco acima dos 6 milhões. Uma análise atenta dos principais dados demográficos e socioeconómicos permite-nos estabelecer o seguinte quadro: a maioria da população, (cerca de 57%), trabalhava no sector primário, seguido da indústria (22%) e os restantes 21% laboravam no comércio e nos serviços.⁴⁷ Fruto da predominância do sector primário, a população rural superava largamente a citadina. Portugal era, por esta altura, um imenso “mar” de aldeias e de vilas, pintado, aqui e ali, por algumas cidades de pequena e média dimensão com duas excepções: Lisboa e Porto. Esta

⁴⁶ Dados compilados a partir do *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Parte V – População de facto, classificada segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo o sexo por grupos de idade*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916. Consultar Anexos – Quadro VI – Distribuição da população portuguesa por sectores de actividade em 1911.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*.

predominância tinha consequências na distribuição da população pelo território: ao contrário do que sucede actualmente, a população residente no interior do país (52%) era quase idêntica à que vivia no litoral (48%).⁴⁸ A indústria, por esta altura em franca progressão, estava muitíssimo concentrada em Lisboa e no Porto, o que ajuda a explicar a grande concentração de habitantes nestas duas urbes, que representa quase 26% dos portugueses.⁴⁹

Para além de rural e fracamente industrializado, Portugal era também um país de analfabetos: em 1911 havia 4.478.078 pessoas que não sabiam ler nem escrever (75,1% da população total). No caso das mulheres o número era ainda mais esmagador: 2.541.947 (81,2%).⁵⁰ Os países da Europa que se aproximavam mais de nós nesta triste estatística, e mesmo assim a uma grande distância eram a Roménia (com cerca de 66% de analfabetos) e o nosso vizinho ibérico com aproximadamente 65%. Se compararmos Portugal com alguns países mais desenvolvidos a diferença é embaraçante: Alemanha (com 27%), Áustria (com 30%), França (com 14%), ou os EUA (com 3%). Até países com um nível de desenvolvimento semelhante, como a Grécia, a Irlanda ou a Bulgária, por exemplo, ostentavam taxas de alfabetização muitíssimos mais altas que as nossas.⁵¹

Como consequência do atraso económico e social, Portugal tinha uma situação orçamental e financeira cronicamente deficitária. Conscientes desta debilidade, os primeiros governos republicanos desenvolveram enormes esforços para atingir o equilíbrio financeiro, que, todavia, foram completamente anulados também com a eclosão da guerra e a intervenção portuguesa no conflito. Por isso não é de espantar que durante os 16 anos da I República, apenas por duas vezes (1913 e 1914) se tenha obtido um excedente financeiro. Nos restantes os défices atingirão sempre a casa dos dois dígitos, chegando a atingir nos anos de 1918-1919 e 1920-1921, 114% e 102,6% respectivamente.⁵²

Era portanto este Portugal rural, escassamente industrializado, pobre, cronicamente endividado e analfabeto que ponderava o seu envolvimento na guerra tecnologicamente mais avançada à época e potencialmente mais custosa e devastadora de sempre.

Outra questão importante a ter em conta era a seguinte: no caso de ser tomada a decisão política de participar na guerra, estariam as forças armadas portuguesas preparadas?

⁴⁸ Idem, *Ibidem*.

⁴⁹ Idem, *Ibidem*.

⁵⁰ *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Parte II – População de facto agrupada por idades, distinguido sexo, estado civil e instrução*, Ministério das Finanças – Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa, 1913, págs. 4 e 5.

⁵¹ Consultar anexos, quadro II, *Evolução comparada das taxas de escolarização entre 1870 e 1930 (em %)*.

⁵² Para se ter uma ideia mais completa da situação orçamental durante a 1ª República, ver Anexos - Gráficos I, II e III e Quadro VIII - *A Evolução da situação orçamental portuguesa durante os anos da 1ª Guerra Mundial*.

Pouco tempo após o triunfo do 5 de Outubro, em Março de 1911, os republicanos procederam a uma reforma do Exército. Por detrás desta reorganização estava a desconfiança num exército marcadamente monárquico, por um lado, e a necessidade de o colocar ao serviço do novo regime, por outro. Por isso, o decreto de 2 de Março de 1911 defendia, entre outras, o fim do pagamento pela prestação do serviço militar obrigatório, que basicamente punha fim ao Exército profissional para dar lugar a um Exército miliciano, a redução muito significativa do serviço militar obrigatório e o fim da isenção do cumprimento do serviço militar através de um pagamento em dinheiro.⁵³

Fruto desta reorganização, o território continental fora dividido em oito circunscrições de divisão com mais dois comandos militares nos arquipélagos. “*Havia, ao todo, 8 regimentos de Artilharia, 11 de Cavalaria, 35 de Infantaria e 8 grupos de Metralhadoras (equivalente a batalhão de Infantaria) e mais 2 baterias (equivalente a companhia de Infantaria) independentes – uma no Funchal e outra em Angra do Heroísmo.*”⁵⁴ Como quase sempre acontece no nosso país, a reforma nunca foi efectivamente implementada, em grande medida, devido à escassez de meios financeiros. Desde o número de praças, passando pelo equipamento até ao treino, nada ou quase nada do que estava previsto na reestruturação de 1911 foi efectivamente cumprido, com uma singela e notável excepção: do quadro permanente de oficiais previsto (cerca de 2553) em 1914 existiam 2567.

Se analisarmos a situação da Marinha, o quadro é um tudo ou nada melhor. A Armada de 1914 é muito diferente da que existia no século XIX sobretudo graças à substituição dos chamados navios mistos (vela e motor, metal e madeira). As corvetas e as canhoelras obsoletas são abatidas e substituídas por navios mais modernos. As grandes transformações assentam, por um lado, na redução da dimensão da Marinha: “*O grosso da esquadra portuguesa de 1888 era formado por 40 navios do império (22 canhoelras e 18 lanchas canhoelras), pensadas para as campanhas de pacificação. Em 1914, eram menos de metade: 12 canhoelras e 7 lanchas canhoelras, sendo as mais recentes pensadas já para uso no continente e ilhas (...).*”⁵⁵ e, por outro, no aparecimento de novidades técnicas, “*nomeadamente de três novos tipos de navio que*

⁵³ Sobre este assunto conferir as obras de Ferreira Martins, *História do Exército Português*; de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*, bem como Alves de Fraga em *Portugal na Grande Guerra. O recrutamento, a mobilização e o roulement* e *Os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*.

⁵⁴ AFONSO, Aniceto, e GOMES, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, Quidnovi, 1ª Edição, Lisboa, 2010, pág. 96.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, pág. 100

*seriam o seu núcleo central nas décadas seguintes: os submarinos, os avisos e os contratorpedeiros.”*⁵⁶

Podemos então concluir que apesar dos esforços iniciados pela República no sentido de reorganizar e modernizar as Forças Armadas portuguesas, estas encontravam-se em 1914 claramente mal preparadas para uma intervenção militar no continente europeu, e ninguém conhecia melhor esta situação do que os militares, em particular os oficiais, e isso ajuda-nos a entender as suas reservas em relação à nossa intervenção na guerra. Se fosse tomada a decisão de participar na guerra seria, por isso, necessário levar a cabo um esforço enorme e rápido de mobilização, treino e equipamento de um contingente militar.

A decisão de participar na guerra, tendo um cunho militar muito pronunciado, era, como sempre, política. Cabia aos decisores tomá-la. Mal se iniciou o conflito, no início de Agosto, o governo português (7º Ministério), liderado por Bernardino Machado, conhecedor da frágil situação política, militar e financeira da República, começou por auscultar a posição do governo de sua Majestade.

Desta forma, logo no dia 1 de Agosto, Freire de Andrade, Ministro dos Negócios Estrangeiros telegrafou ao representante diplomático português em Londres, Teixeira Gomes, pedindo-lhe para inquirir junto do governo britânico sobre o que pensava a Inglaterra dever ser a posição de Portugal no âmbito da aliança. No dia seguinte, veio a resposta: *“A Inglaterra não entrara, ainda, em guerra, não tomara, sequer, “uma decisão definitiva”. Sir Eyre Crowe, Subsecretário de Estado, pensava, contudo, que Portugal poderia “conservar neutralidade”, mas, a questão, estava, ainda, a ser estudada pelo governo inglês.”*⁵⁷

No dia 3 e após deliberação do Conselho de Ministros, Edward Grey informa o governo português da decisão britânica. Os ingleses pedem ao governo português para se abster, por enquanto, de declarar a neutralidade. No dia seguinte, o *Foreign Office* reitera o pedido a Portugal para que se abstenha de declarar a neutralidade e, mais à frente, afirma que *“(...) em caso de ataque pela Alemanha contra qualquer possessão portuguesa, o govêrno de Sua Majestade considerar-se há ligado pelas estipulações da aliança anglo-portuguesa.”*⁵⁸

Isto significava que, após alguma ponderação da parte britânica, estes pediram a Portugal que se declarasse não neutral e não-beligerante, uma posição deveras reveladora da nossa fraqueza política, diplomática e militar. Portugal com esta atitude manteria, entendiam os

⁵⁶ Idem, *Ibidem*,pág.100.

⁵⁷ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Op. Cit.*, págs. 201 e 202.

⁵⁸ *Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros – Portugal no conflito europeu, 1ª Parte – Negociações até à declaração de guerra*, Imprensa Nacional, 1920, documento nº 8, pág. 7

ingleses, a sua situação de aliado da Grã-Bretanha, mas ao mesmo tempo não entraria no conflito, pelo menos no palco europeu. Desta forma os interesses internacionais de Portugal seriam pautados “(...) *pela aliança, o mesmo é dizer, pela subordinação à vontade da Inglaterra.*”⁵⁹

O que valia esta situação de “não-beligerância” e de “não neutralidade”? Para os ingleses, e isto apenas no caso da guerra se prolongar, o que nos meses de Agosto e Setembro parecia ainda uma hipótese remota, significava que Portugal autorizava, por exemplo, a eventual passagem de tropas britânicas pelo seu território, que mantinha os portos abertos aos ingleses e seus aliados ou que deixava de fazer comércio com a Alemanha. Portugal, em troca, podia esperar, remotamente e sem qualquer garantia formal, a defesa marítima das colónias na eventualidade de um ataque germânico. Resumindo, a Inglaterra pretendia que Portugal se apresentasse neutral “*de jure*” mas não de “*facto*”. Se esta estratégia diplomática “(...) *servia, indiscutivelmente, os objectivos britânicos. Não era certo que servisse os objectivos nacionais portugueses.*”⁶⁰

Definida por agora a posição de Portugal no conflito,urgia torná-la pública, e foi isso que aconteceu no dia 7 de Agosto de 1914 em sessão extraordinária da Câmara de Deputados.⁶¹ Rezava assim a proclamação: “*Logo após a proclamação da República, todas as nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade, e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança. Por nossa parte temos feito, incessantemente, tudo para corresponder à sua amizade que de veras prezamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres da Aliança que livremente contraímos e a que em circunstância alguma faltaríamos.* (...)”⁶² Nesta sessão os líderes partidários afirmaram que estando em causa a segurança da nação era sua intenção “suspender” as querelas políticas. Afonso Costa, usou o seu virtuosismo parlamentar para afirmar que vinha depor “(...) *a sua bandeira política no altar sagrado da Pátria, (...)*”⁶³ Seguiram-se António José de Almeida e Brito Camacho, respectivamente líder do Partido Evolucionista e do Partido Unionista, que reafirmaram a necessidade de apoiar o governo nesta hora trágica.

Passado pouco mais de dez dias, a 18, iniciou-se a organização de duas expedições militares destinadas a reforçar os contingentes que se encontravam em Angola e Moçambique.

⁵⁹ FRAGA, Luís Alves de, *Os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*, Imprensa Universitária de Coimbra, Coimbra, 2010, pág. 85.

⁶⁰ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Op.Cit.*, pág. 215

⁶¹ Consultar *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária nº 9-A de 7 de Agosto de 1914.

⁶² *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária nº 9-A de 7 de Agosto de 1914, pág. 4.

⁶³ *Idem*, pág. 5.

Posteriormente, a 25 de Novembro, foi publicado o decreto-lei de mobilização que permitirá a criação de uma Divisão, a partir das Primeira e Sétima Divisões do Exército.⁶⁴

Na eventualidade de entrarmos na guerra, quais eram exactamente os interesses da República Portuguesa? Externamente, Portugal tinha de defender a independência dos territórios ultramarinos, em particular os africanos das pretensões das outras potências, nomeadamente alemãs. Simultaneamente, perante a neutralidade espanhola, Portugal vincaria assim a sua autonomia em relação ao nosso vizinho, colocando-se num plano de igualdade numa ulterior conferência de paz. Finalmente, permitiria ao jovem regime, ainda visto com grande desconfiança pelas monarquias europeias, a começar pela inglesa, regressar ao convívio das nações “honradas”. Internamente, a participação na guerra “(...) *era uma excelente oportunidade para conseguir ampliar a coesão nacional e ideológica, quer por apaziguamento natural das lutas partidárias, quer por possibilitar um maior controlo da opinião pública através de uma censura que legal era, também, legítima.*”⁶⁵

Desde muito cedo, os diferentes grupos, sensibilidades e partidos políticos dividiram-se entre os intervencionistas apoiados pelos partidos Democrático, Socialista e Evolucionista e os anti-intervencionistas onde estavam, grosso modo, os unionistas, os monárquicos, os católicos, os seguidores de Machado Santos, os anarquistas e uma facção do Partido Socialista Português.

Mas dentro destes dois grupos havia diferentes cambiantes. Do lado dos intervencionistas existiam basicamente duas correntes: os democráticos consideravam que a guerra era um “(...) *momento privilegiado de afirmação “da nossa existência como nacionalidade”*”⁶⁶; uma “(...) *forma de afirmação da República, independentemente da Inglaterra.*”⁶⁷ Um segundo grupo, mais moderado, que gravitava em volta dos evolucionistas de António José de Almeida, defendia que a nossa participação na guerra se encontrava dependente da política definida pelos ingleses.

Do lado dos não-intervencionistas, podemos destacar os unionistas de Brito Camacho que “(...) *expressavam toda a sua reserva, esperando, provavelmente, a evolução dos acontecimentos para tomar uma posição.*”⁶⁸ Os Unionistas, não defendendo abertamente o anti-

⁶⁴ Dec. Lei nº1.094, *Diário do Governo*, Iª série, nº 221 de 25 de Novembro de 1914.

⁶⁵ FRAGA, Luís Manuel Alves de, *Portugal e a primeira grande guerra – os objectivos políticos e o esboço da estratégia nacional 1914-1916*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1990, págs. 337 e 338.

⁶⁶ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Op. Cit.*, pág. 208.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, pág. 208.

⁶⁸ Idem, *Ibidem*, pág. 208.

intervencionismo eram da opinião que Portugal não devia tomar uma decisão precipitada, sobretudo nesta fase inicial do conflito, que nos comprometesse definitivamente.

Apesar de todas as divisões políticas, em especial no campo republicano, o início das hostilidades produziu uma certa “acalmação”. Logo no início de Agosto, reuniram-se as duas câmaras para aprovar a Lei nº 275 que conferia ao poder executivo as “(...) *faculdades necessárias para garantir a ordem no país e salvaguardar os interesses nacionais*”⁶⁹. Esta lei dava o poder ao governo para tomar todas as diligências que entendesse necessárias numa altura em que o conflito alastrava a todas as potências, e Portugal não sabia de que maneira seria, ou sequer se seria, invocada a nossa aliança com a Inglaterra.

Após a declaração de não neutralidade e de não-beligerância nos dias 3 e 4 de Agosto, houve um momento em que pareceu iminente a nossa participação no conflito. Em Setembro de 1914, a França solicitou-nos o envio de canhões de 75mm, a ela comprados recentemente, para a frente ocidental. O ministro da Guerra, o General Pereira da Eça, entendeu que um tal pedido só poderia ser atendido se as armas fossem acompanhadas pelos nossos artilheiros. Uma vez que a artilharia não podia combater sozinha, a conclusão lógica era a mobilização do Exército para a frente de guerra. Num telegrama de Freire de Andrade para Teixeira Gomes, dizia-se que “(...) *Govêrno respondeu que não podia ceder a não ser seguindo com os homens, isto é, que nos fôsse pedido auxílio forças nossas.*”⁷⁰ Em Inglaterra esta nossa vontade não foi particularmente apreciada. No dia 2 de Outubro, Teixeira Gomes informa Freire de Andrade que a Inglaterra está fazendo “(...) *tudo possível a fim de evitar envolver Portugal guerra.*”⁷¹ No final do telegrama Teixeira Gomes dá a sua opinião sobre o assunto: “*Insisto minha opinião que não devemos dar nem preparar auxílio algum sem ser invocada aliança.*”⁷² Mas apesar das reticências inglesas, o governo português manteve a decisão. Assim, no dia 2 de Outubro, Freire de Andrade informa Sir Carnegie que o governo “(...) *a décidé de donner à la Grande Bretagne tout l'appui qui lui sera possible dans la présente guerre européenne et d'envoyer des troupes portugaises pour combattre à côté des force britanniques, dès que votre Gouvernement nous disse qu'il le désire. A cet effèt on organisera immédiatement une division complete quis era mise à la disposition du Général Commandant les troupes britanniques en France; (...)*”⁷³.

⁶⁹ Lei nº 275, *Diário do Governo* 1ª Série, nº 137, de 8 de Agosto de 1914.

⁷⁰ *Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros...*, Documento nº 66, pág. 40.

⁷¹ Idem, Documento nº70, págs.41 e 42.

⁷² Idem, Documento nº70, pág. 42.

⁷³ Idem, Documento nº73, págs. 42 e 43.

Em França, João Chagas assiste a tudo isto com um misto de interesse e de incredulidade: *“De Portugal chegam as notícias mais inauditas! A expedição vae partir. Quando? Dentro em uns dias, já. É pelo menos o que os jornaes annunciam, com segurança. Ao lê-los dir-se-hia que passa pelo paiz um grande vento de bravura, e o certo é que – excelente paiz! – a perspectiva da participação de Portugal na guerra parece entusiasmar.”*⁷⁴

No dia 10 de Outubro, Teixeira Gomes envia um telegrama para Freire de Andrade onde informa o governo português da vontade do executivo britânico em aceitar o envio de artilharia portuguesa, em primeiro lugar, e só depois de um corpo expedicionário.

O governo reúne-se de emergência no dia 12 e aprova a mobilização e o envio da artilharia para a frente de guerra. Parecia iminente a nossa entrada na guerra, tanto assim que no dia 14 Freire de Andrade envia um telegrama confidencial a Francisco Calheiros (Ministro de Portugal em Viena) dizendo-lhe *“E quasi certo Portugal entrar brevemente na guerra como aliado Inglaterra. Vá preparando tudo para êsse caso.”*⁷⁵

A 16 de Outubro Pereira de Eça entrega a Freire de Andrade as bases da Convenção a celebrar entre os governos português e britânico sobre a cooperação da Divisão Auxiliar Portuguesa nas operações dos exércitos aliados.⁷⁶ Uma leitura atenta da Convenção permite-nos ver, por um lado, a insensatez da nossa vontade em participar no conflito europeu, e, por outro, compreender as razões das reticências britânicas. Numa altura em que a curta duração da guerra era o desfecho mais esperado pelas chancelarias europeias, a Inglaterra, segundo esta Convenção ficaria encarregue do transporte e escolta das tropas de Portugal até à Flandres, da alimentação dos homens e dos animais, do reabastecimento e evacuação dos soldados, do cuidado com os feridos, e do retorno da Divisão Auxiliar finda a campanha. De que cuidaria o governo português? Em primeiro lugar, da formação da Divisão, do pagamento dos vencimentos (segundo a tabela em vigor no exército inglês), e do reforço de efectivos.

No dia 19 partem para Inglaterra os capitães Artur Ferraz, Fernando Freiria e Eduardo Martins a fim de discutirem com os seus congéneres britânicos os pormenores da Convenção.

Por esta altura já tinha passado mais de um mês desde o pedido francês de artilharia e o governo português estava numa situação muito difícil. Eram evidentes divisões dentro do executivo e alguma imprensa vociferava contra a eminente participação portuguesa na guerra europeia. É isso que transparece do telegrama confidencial enviado por Freire de Andrade para Teixeira Gomes no dia 26 de Outubro. O Ministro dos Negócios Estrangeiros começa por

⁷⁴ CHAGAS, João, *Diário*, Vol. I, Edições Rolim, Lisboa, pág. 271.

⁷⁵ *Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros...*, Documento nº 92, pág. 52.

⁷⁶ Consultar Anexos, documento I (*Bases para a Convenção*).

queixar-se da posição do Ministro da Guerra que à data do pedido francês “(...) entendia que no exército produziria a mais penosa impressão ir só artilharia e serem menos apreciadas as outras armas, (...)”⁷⁷, para referir de seguida que “(...) a sua atitude foi a êsse propósito irreduzível, de modo que para evitar a saída do Ministro da Guerra, que causaria crise difícil de remediar e porventura divergências no exército, se propôs ao Governo Inglês, e se insistiu na ida da divisão, apesar de haver outra opinião entre alguns dos membros do Ministério, que entendiam que se deveria satisfazer apenas o pedido da Inglaterra e nada mais.”⁷⁸ Mais à frente queixa-se da campanha de alguma imprensa favorável à intervenção na guerra que, segundo ele, estaria a “(...) enervar a Nação (...)”⁷⁹, permitindo-se afirmar de seguida que a “(...) a grande maioria da Nação, pronta a cumprir os deveres da aliança inglesa, não tem desejo algum da beligerância, como que antevendo os sacrifícios enormíssimos que ela trará a um país como o nosso, pobre de recursos financeiros, com o seu exército em via de organização, e sabendo que dessa beligerância nenhum proveito provável se antevê.”⁸⁰ Por essa razão, prossegue, o governo português devia reservar as suas tropas para o conflito africano e não enviá-las para França onde “(...) seriam apenas uma gota de água no oceano de homens que lá combatem (...)”⁸¹

Este extenso telegrama espelha com clareza cristalina a situação política que se vivia em Portugal por esta altura. O governo, acossado por uma população que não via com bons olhos a participação numa guerra que, aparentemente não lhe dizia respeito, «ameaçado» por um exército que se «empertigava» com a perspectiva da ida de apenas uma arma para a guerra, e «cercado» por divisões entre os partidos republicanos, pensou, inicialmente, em satisfazer a vontade do Ministro da Guerra. Somos levados a concluir que, nos finais de Setembro de 1914, o governo português continuava muito mais receoso das reacções dos militares, do que da dos populares ou dos partidos da oposição, ao ponto de estar disposto a ir para a guerra a fim de as evitar. Apesar de todas as dificuldades e divisões “(...) em que se encontrava o exército português, com uma organização, recentemente promulgada pelo Gôverno da República, em comêço de execução, com enormes deficiências de material, e com o encargo da mobilização de duas expedições militares que o gôverno precedentemente mandára organizar para reforçar as

⁷⁷ Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros..., Documento nº 117, pág. 66

⁷⁸ Idem, pág. 66.

⁷⁹ Idem, pág. 66.

⁸⁰ Idem, pág. 66.

⁸¹ Idem, pág. 66.

guarnições das duas colónias mais importantes: Angola e Moçambique, a organização da Divisão Auxiliar ia caminhando com a possível regularidade (...).⁸²

Entretanto, o governo de Bernardino Machado caiu a 12 de Dezembro de 1914 e foi substituído por um governo democrático chefiado por Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, que mereceu rapidamente da parte dos seus detractores o cognome de «Os Miseráveis». A presença dos democráticos no poder aumentava as possibilidades da presença portuguesa na guerra europeia. O exército, cónscio da sua precária situação, manifestava-se contrário a qualquer atitude precipitada, o que o levou à conspiração. “A urgência de evitar uma aventura forçosamente fatal no estado deplorável do exército português uniu, assim, militares e moderados na primeira aliança contra o PRP.”⁸³

Desta forma, em Janeiro de 1915, a pretexto de uma questão menor – uma transferência de um capitão da Figueira da Foz imposta pelos carbonários locais -, dezenas de oficiais resolveram entregar as suas espadas ao Presidente da República.⁸⁴ O governo meteu-os na cadeia o que inflamou ainda mais os espíritos. “Com grande espalhafato e melodrama, Machado Santos levou a Belém a «espada da rotunda» e a oficialidade em peso, impedida de chegar ao Presidente, mas coberta pelo exemplo do «herói», ofereceu as suas (às vezes, por telegrama) ao general mais antigo, Pimenta de Castro, por acaso um republicano insuspeito, que tinha sido ministro da Guerra no gabinete Chagas.”⁸⁵ Esta revolta, para além de revelar um enorme descontentamento em relação às decisões do governo democrático liderado por Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, parece demonstrar igualmente que o exército, e por exército entenda-se os oficiais, não estava disposto a ir para a guerra.⁸⁶ O «golpe das espadas», como ficou conhecido, levou à queda do executivo e à chamada de Pimenta de Castro para a chefia do governo.

A chegada de Pimenta de Castro punha um travão, pelo menos momentâneo, às pretensões intervencionistas. De imediato foram congelados quaisquer planos de envio de tropas para o teatro de guerra europeu pois o executivo tinha em mãos assuntos mais prementes,

⁸² MARTINS, Ferreira (General), *A cooperação Anglo-Portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918*, Serviço de Informação e Imprensa da Embaixada Britânica, Lisboa, 1942, págs.10 e 11.

⁸³ VALENTE, Vasco Pulido, *A República Velha*, Gradiva, 1ª Edição, Lisboa, 1997, pág. 59.

⁸⁴ António Telo, na obra *Primeira República I – do sonho à realidade*, Editorial Presença, Lisboa, 2010, afirma na página 315 que “(...) tudo começou quando um punhado de oficiais é afastado dos seus postos na guarnição de Lisboa. Um grupo numeroso de oficiais opõe-se, dizendo que se trata de uma medida de perseguição política (...)”.

⁸⁵ VALENTE, Pulido, *Op. Cit.*, pág. 60.

⁸⁶ António Telo afirma ainda na obra *Primeira República I – do sonho à realidade*, Editorial Presença, Lisboa, 2010, que a questão principal não era a mera substituição de alguns oficiais, mas sim, o descontentamento patenteado por largos sectores da oficialidade em relação à condução política da guerra, em particular a possível intervenção no palco europeu.

nomeadamente «acalmar» a situação e pôr ordem nas ruas. A participação na frente europeia passou, por isso, para segundo plano, dando-se prioridade à pacificação da zona sul de Angola.

No entanto, o propósito de «acalmação» não foi conseguido. Pimenta de Castro manteve o parlamento encerrado e convocou eleições para Junho de 1915. Nessa altura, até se chegou a falar de sufrágio universal quando este fez saber que “(...) *com ele, a «república é para todos os portugueses»*.”⁸⁷ Como sempre, as eleições seriam, com certeza, ganhas pelos seus organizadores, conduzindo o partido democrático a uma posição secundária. Esta situação era absolutamente inaceitável para a facção democrática, pelo que o General foi acusado de ser um ditador e iniciou-se a conspiração que culminaria no «14 de Maio».

Nesse dia, a Marinha, uma parte da Guarda Republicana e a Guarda Fiscal juntamente com cerca de 15.000 civis armados no Arsenal do exército revoltaram-se contra o governo. “*A luta durou três dias. Morreram cerca de 200 pessoas e ficaram feridas mais de 1000. O 14 de Maio fez mais vítimas do que o 5 de Outubro, do que o 5 de Dezembro (Sidónio Pais), do que as incursões e mesmo do que a Traulitânia. Os navios de guerra bombardearam as posições do governo em Lisboa, dois dias e duas noites. Nas primeiras vinte e quatro horas o exército resistiu, como não tinha resistido no 5 de Outubro, aos ataques das tropas regulares e ao fogo das bombas dos civis. (...) O caos atingiu proporções tão inquietantes que alguns navios de guerra espanhóis, ingleses e franceses chegaram a entrar no Tejo com o propósito ostensivo de proteger os seus nacionais.*”⁸⁸ Um relato da legação britânica fala em cerca de 500 mortos.⁸⁹

O governo de Pimenta de Castro não teve força para se manter no poder, acabando por render-se. A Junta Militar, presidida por Pinheiro Chagas, nomeou um executivo democrático. Inicialmente o governo era para ser chefiado por João Chagas, mas após uma tentativa frustrada de assassinato, que o atingiu com três tiros, João Chagas foi substituído por José de Castro. “*Porém, o simples facto da sua [João Chagas] nomeação para a chefia do governo era sintomático da posição da nova ordem política perante a guerra europeia: Chagas fora, e continuava a ser, o maior paladino da estratégia radical e francófila da presença militar portuguesa no teatro europeu.*”⁹⁰

Com os democráticos novamente no poder, abriam-se de novo as portas ao intervencionismo. Foi já com Afonso Costa na liderança do executivo que surgiu a oportunidade esperada: Londres informou Lisboa que, devido à intensificação da guerra submarina alemã que ameaçava colocar de joelhos a sua economia e o esforço de guerra, os ingleses apenas

⁸⁷ RAMOS, Rui, (Coordenador), *História de Portugal*, A Esfera dos Livros, 3ª Edição, Lisboa, 2009, pág. 594.

⁸⁸ VALENTE, Vasco Pulido, *Op. Cit.*, págs. 71 e 72.

⁸⁹ ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *Op. Cit.*, pág. 274.

⁹⁰ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Op. Cit.*, pág. 311.

poderiam garantir as suas necessidades comerciais e as dos aliados beligerantes. Em Fevereiro de 1916, o *Foreign Office* enviou um memorando solicitando a Portugal o apresamento dos navios alemães estacionados em águas portuguesas desde 1914⁹¹. Neste memorando não era invocada a aliança luso-britânica e muito menos sugerida a entrada de Portugal na guerra. A 23 de Fevereiro era publicado o Dec. Lei nº 2.229 que dava a necessária cobertura legal ao acto de requisição dos navios alemães.⁹² Nesse dia, “(...) com pompa e circunstância, desusada eficácia e vinte e uma salva de canhões, a armada portuguesa assaltou os navios alemães surtos no Tejo e hasteou a bandeira portuguesa. Sem negociação nem aviso prévio.”⁹³ Este acto unilateral levou a Alemanha a responder e a 9 de Março a guerra é declarada⁹⁴.

João Chagas em Paris exclamava “*Alleluia!*”⁹⁵ e em Lisboa *O Mundo* exultava, intitulando a 11 de Março “*Viva Portugal! A imponentíssima sessão do congresso da república – a Alemanha declarou guerra a Portugal e Portugal altivamente aceitou o repto germânico*”.⁹⁶ No editorial, o jornalista, eufórico, afirmava que “(...) hoje, como ha 100 anos, como ha 600 anos, combatendo juntos pela independência, pela integridade, pela liberdade, pelo direito!”⁹⁷ Mais circunspecto e menos comprometido com a “situação” o *Diário de Notícias* intitulava no mesmo dia “Portugal e a Alemanha – a marcha dos acontecimentos”.⁹⁸ Três anos após o início da guerra, o lado intervencionista ganhara a «batalha» e conseguira arrastar Portugal para o conflito europeu.

Declarada a guerra, o Presidente da República, Bernardino Machado, entendeu ser benéfica a formação de um governo de unidade nacional, que foi apelidado de União Sagrada, muito à semelhança do que acontecera em França em 1914. Mas, se em França a formação do governo pretendia combater um inimigo próximo e ameaçador – a Alemanha –, em Portugal visava dois objectivos fundamentais: a união das facções republicanas e a preparação de um corpo expedicionário a enviar para França.

Neste clima de «exaltação» e de «unidade nacional» até o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, decidiu tomar posição sobre tão premente e importante assunto, escrevendo a *Exortação ao clero e fiéis do Patriarcado por ocasião da declaração de guerra*.

⁹¹ *Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros...*, documento Nº 330, pág. 233.

⁹² Dec. Lei nº 2.229, *Diário do Governo*, Iª Série, nº 34, de 23 de Fevereiro de 1916.

⁹³ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Op. Cit.*, pág. 369.

⁹⁴ *Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros...*, documento. Nº 354, págs. 250 a 255.

⁹⁵ CHAGAS, João, *Diário*, Vol.II, pág. 217.

⁹⁶ *O Mundo*, de 11 de Março de 1916, pág.1.

⁹⁷ *Idem*, pág.1.

⁹⁸ *Diário de Notícias* de 11 de Março de 1916, pág.1.

Nela se dizia que “*Em semelhante conjuntura, torna-se mister que todos os que sentem pulsar-lhes no peito um coração de português prestem à Pátria o serviço, que ela reclama de seus filhos neste momento de perigo comum, unindo-se numa só alma, numa só vontade, no mesmo esforço, depondo todos os ressentimentos e despeitos, para escolherem e empregarem os meios mais adequados de o debelar. (...) Que ninguém, pois, válido e nas suas condições devidas, cerre ouvidos às vozes da Pátria, correndo em seu auxílio e procurando defendê-la da mão de ferro, que pretenda esmagá-la; que ninguém se poupe a máxima energia para a pôr a salvo de violências e de extorsões, vertendo o seu sangue e arriscando a própria vida, se tanto se mostrar necessário, para que Portugal mantenha os seus foros e regalias e continue a ocupar o seu lugar à mesa onde comungam as Nações livres*”.⁹⁹ Desta forma, ainda antes de ser conhecida a constituição do governo já o chefe da igreja católica portuguesa dava a sua concordância à participação portuguesa na guerra. O apelo do Cardeal para que se esqueçam os «ressentimentos» e «despeitos» era particularmente revelador e significava um potencial «abrir de portas» do diálogo entre a República e a Igreja. Contudo, apesar desta disponibilidade os católicos não foram chamados ao governo, tendo os democráticos revelado alguma abertura apenas quando consentiram o envio de capelães no contingente a enviar para França.

No dia 16 de Março o *Diário de Notícias* noticiava que o governo estava finalmente formado ao mesmo tempo que dava conta das dificuldades da sua formação, “*Conseguiu, portanto, o Sr. Presidente da República, depois de persistentes e trabalhosas diligências que o Sr. Dr. António José de Almeida formasse governo, (...)*”¹⁰⁰, para mais à frente enaltecer o seu espírito de sacrifício uma vez que se encontrava ainda em convalescença.

As profundas divergências políticas, ideológicas e sociais tiveram o resultado de conduzir para o governo apenas os democráticos de Afonso Costa e os evolucionistas de António José de Almeida. De fora ficaram os unionistas de Brito Camacho, os socialistas, os católicos e os monárquicos. Anos de querelas «intestinas» entre as várias facções do republicanismo e de lutas com católicos, socialistas e monárquicos, impediram a formação de um governo de unidade nacional. A guerra, ao invés de produzir a tão desejada união, acelerou estas divisões. Com uma agravante, um governo que representasse apenas uma parte da Nação e não o todo, arriscar-se-ia, com o inevitável agudizar das condições socioeconómicas, a ser olhado pela população como o principal culpado. Quando os orçamentos se tornassem mutíssimo deficitários, quando chegassem a Portugal os primeiros relatórios das baixas em

⁹⁹ *Representação dirigida ao Exmo. Sr. Presidente da República Portuguesa a propósito das perseguições feitas à Igreja em Portugal. Exortação ao clero e fiéis do Patriarchado por ocasião da de guerra*, Lisboa, Typ. do Annuario Commercial, 1916, pág.13.

¹⁰⁰ *Diário de Notícias* de 16 de Março de 1916, pág.1.

combate, assim que a comida escasseasse e aumentasse do custo de vida, cresceria a contestação social que teria naturalmente como alvo os partidos no poder.¹⁰¹

A falta de resposta positiva ao apelo de união nacional em torno da guerra trouxe a radicalização do discurso político, uma vez que todos os antipatriotas eram apelidados de traidores. Se a união não podia ser atingida, podia-se sempre recorrer à ameaça. N' *O Mundo*, a questão era cristalinamente colocada no dia 16 de Maio com o seu editorial a intitular-se: "Vida ou morte!" Dizia-se então que *"Quem não é por nós, é contra nós. Nestes solemnes momentos, todos quantos não se colocam, declarada, aberta e francamente, ao lado da Nação e da República, não são portugueses! E todos aqueles que, patrioticamente, cumprindo os seus deveres, sejam de que natureza fôr, nos limites das suas faculdades, iniciativas ou actos, unidos se encontram para ajudar a Nação, teem que considerar aquellos como traidores e como escumalha moral abjecta. A Nação ou morre ou se salva. Ou se afunda ou se redime! É escolher!"*¹⁰² O tempo do consenso e da unidade tinha passado. A separação dos campos era agora, pelo menos do lado democrático, bastante evidente: dum lado os «patriotas», no outro os «traidores». Foi então numa República mais dividida do que nunca que se iniciaram os preparativos militares que conduziram os nossos soldados para a Flandres.

Malgrado o primeiro objectivo de apaziguar os republicanos e unir a nação, restava ao governo perseverar no segundo: a organização de uma força militar capaz de lutar na frente ocidental e bater-se com o exército alemão.

Logo após a declaração de guerra são tomadas as primeiras decisões que permitirão a subsequente mobilização da força militar que irá combater na Europa. Assim, no dia 20 de Março de 1916 são publicados dois decretos, o 2.285 e o 2.286 que, respectivamente, permite a mobilização parcial ou total dos cidadãos de sexo masculino e suspende a passagem à reforma dos oficiais que atinjam 70 ou 75 anos de idade.¹⁰³

No dia 30 desse mês o decreto 2.305 proibia a saída do país de todos os cidadãos portugueses do sexo masculino com mais de 16 e menos de 45 anos de idade, salvo reconhecida incapacidade física.¹⁰⁴ O mesmo diploma estipulava ainda as penalizações para quem tentasse escapar ilegalmente do país. No caso de serem militares a pena variava entre um

¹⁰¹ Consultar Anexos, Quadro VIII (*A Evolução da situação orçamental portuguesa durante a Guerra*), bem como os gráficos I, II e III.

¹⁰² *O Mundo* de 26 de Maio de 1916, pág.1.

¹⁰³ Decreto nº 2.285, *Diário do Governo*, Iª série, nº 53 de 20 de Março de 1916 e Decreto nº 2.286, *Diário do Governo*, Iª série, nº 53 de 20 de Março de 1916.

¹⁰⁴ Decreto nº 2.305, *Diário do Governo*, Iª série, nº 61 de 30 de Março de 1916

e três anos de presídio militar. Na eventualidade de serem civis, não podendo fazer o serviço militar, cumpririam uma pena de prisão correcional e multa correspondente.

A declaração de guerra alemã, que instilou nos sectores afectos à intervenção um enorme ardor patriótico, criou ainda o «clima» ideal para o surgimento de medidas legislativas limitativas das liberdades cívicas. E não foi preciso esperar muito.

No dia 12 de Março, meros três dias após a declaração de guerra alemã, o governo de União Sagrada publica o Decreto nº 2.270 que limita a liberdade de imprensa. No seu preâmbulo podia-se ler o seguinte: “(...) *na grave conjuntura actual, em que por motivo de guerra, a defesa dos interesses nacionais e a imperiosa necessidade de manter e defender a ordem pública contra injustificáveis alarmes obrigam o Governo à mais cuidadosa e activa vigilância, é lícito, sem dúvida, contar com o esclarecido patriotismo de todos, para que se evite propalar notícias falsas ou inconvenientes à perfeita segurança do Estado, (...)*”¹⁰⁵ Este decreto permitia, entre outras coisas, a apreensão de escritos que pudessem causar alarme no público ou que perturbassem a segurança interna ou externa do Estado, e condenava afirmações ofensivas do decoro e da dignidade nacionais. Não era ainda a censura prévia, pois o seu artigo 3º afirmava que “*A apreensão autorizada por este decreto e pelas leis de 9 e 12 de Julho de 1912, não será, em caso algum, precedida de censura, (...)*”¹⁰⁶. Mas, apenas alguns dias mais tarde, a 28, a promessa foi quebrada com a publicação da Lei nº 495, regulada posteriormente pelo decreto nº 2.308¹⁰⁷, de 31 de Março de 1916, que instaurava a censura prévia.

Em relação aos inimigos residentes no nosso país, nomeadamente alemães, também foram tomadas medidas. A 4 de Abril de 1916 publica-se o Decreto nº 2.313¹⁰⁸ que proibia a entrada no nosso território de súbditos alemães e dos seus aliados, e que regulava as entradas e saídas de todos os estrangeiros, residentes ou viajantes.

A 20 de Abril do mesmo ano é publicado o Decreto nº 2.350 que determina a expulsão de todos os súbditos alemães residentes em Portugal, num prazo máximo de cinco dias à data da sua publicação, com excepção dos homens com idades compreendidas entre os 16 e os 45 anos. Estes últimos seriam posteriormente conduzidos, sob detenção, para locais a definir pelo governo português. Com esta medida, o estado português expatriava e separava famílias inteiras, uma vez que todas as pessoas do sexo feminino e todos os rapazes menores de 16

¹⁰⁵ Decreto nº 2.270, *Diário do Governo* Iª Série, nº 47 de 12 de Março de 1916, pág. 237.

¹⁰⁶ Idem, págs. 237 e 238.

¹⁰⁷ Lei nº 495, *Diário do Governo* Iª Série, nº 59 de 28 de Março de 1916 e Decreto nº 2.308, *Diário do Governo* Iª Série nº 62 de 31 de Março de 1916.

¹⁰⁸ Decreto nº 2.313, *Diário do Governo* Iª Série, nº 64 de 4 de Abril de 1916.

anos e homens com mais de 45 eram forçados a regressar à Alemanha, permanecendo no nosso país apenas os pais e filhos.¹⁰⁹

Três dias após a publicação deste Decreto, sai em Diário do Governo o Decreto nº 2.355 que determina no Art.º 1 a expulsão do país de todos os súbditos dos países aliados da Alemanha, e no Art.º 2, a retirada da cidadania portuguesa a todos os filhos de pai alemão.¹¹⁰

A entrada de Portugal na guerra europeia serviu ainda de pretexto para a reintrodução da pena de morte (embora apenas em contexto exclusivo de guerra) e até para a retirada da cidadania a portugueses.

As justificações para a tomada destas medidas foram, entre outras, a “*garantia de autenticidade*”¹¹¹ das notícias publicadas nos jornais acerca das movimentações das nossas forças armadas, a “*grave conjuntura actual*” ou ainda a “*imperiosa necessidade de manter e defender a ordem pública*” que forçaram o governo a demonstrar “*a mais cuidadosa e activa vigilância*” na defesa dos “*interesses nacionais*”, contando para isso, naturalmente, com “*o esclarecido patriotismo*” de todos.¹¹²

Entretanto os preparativos militares prosseguiram a toda a velocidade. A 30 de Agosto chegava a Lisboa uma delegação mista de oficiais franceses e ingleses para discutir com o governo português e as altas chefias militares o uso de tropas portuguesas na frente ocidental. Após duras discussões que se arrastaram por quatro meses, em Novembro é aprovado o anteprojecto da Convenção Militar com o governo Britânico. No dia 3 de Janeiro de 1917 foi assinada a *Convenção para o emprego das forças portuguesas em França*. Como resultado desta convenção foram criadas duas forças expedicionárias: o C.E.P (Corpo Expedicionário Português) e o C.A.P.I. (Corpo de Artilharia Pesada Independente).

Resolvidas as questões de natureza mais técnica, era necessário erguer em pouco tempo um exército moderno que estivesse em condições combater na Flandres. Esta tarefa debatia-se, todavia, com dificuldades hercúleas. Faltava um pouco de tudo: armamento moderno, dinheiro para o comprar, treino para a guerra das trincheiras, e, acima de tudo, vontade do exército e da população em combater na guerra europeia. O conflito permanecera altamente impopular em largas franjas da população, a começar pelos militares, e a declaração de guerra não alterara essa realidade. Os militares sabiam que o exército não estava preparado, «*ou podia ser preparado em tempo útil, para uma campanha na Europa. Não se tratava apenas de falta de armamento moderno. Com as libras que se extorquissem à Inglaterra não havia*

¹⁰⁹ Decreto nº 2.350, *Diário do Governo* Iª Série, nº 77 de 20 de Abril de 1916.

¹¹⁰ Decreto nº 2.355, *Diário do Governo* Iª Série, nº 80 de 23 de Abril de 1916.

¹¹¹ Preâmbulo do Decreto nº 1.117, *Diário do Governo* Iª Série, nº 224 de 30 de Novembro de 1914.

¹¹² Preâmbulo do Decreto nº 2.270, *Diário do Governo* Iª Série, nº 47, de 12 de Março de 1916, pág. 237.

*dificuldades em comprar as armas necessárias. Mas nem com libras se compravam tradições, experiência, disciplina e organização. (...)»*¹¹³ Mas, contra militares e uma larga franja da população, lá tiveram início os preparativos militares.

Os quartéis escolhidos para darem instrução preliminar seriam os de Abrantes, Castelo Branco, Covilhã, Guarda, Lamego, Leiria, Tomar e Viseu.¹¹⁴ Nestes locais reuniram-se entre os meses de Fevereiro e Março de 1916 os militares recrutados e os voluntários. Acabada a rápida instrução preliminar, os soldados receberam guia da marcha para Tancos. Mas até aqui as coisas não correram como o previsto e registaram-se atrasos na chegada dos efectivos, em particular da arma de Cavalaria. A demora ficou a dever-se por um lado, à desorganização dos transportes e, sobretudo, às «saudades» de casa. A perspectiva da mobilização para Tancos e, posterior envio para a Flandres não ajudava a motivar os soldados que usavam todos os pretextos para atrasarem a viagem. A pressão da família, da propaganda (desde muito cedo começaram a chamar ao CEP os *Carneiros Exportados de Portugal*) e os casos de indisciplina atrasavam a chegada das tropas a Tancos.¹¹⁵

Após extenuantes viagens a pé ou de comboio desde os quartéis de instrução preliminar, os soldados à chegada a Tancos recebiam uma refeição quente, tratavam da sua higiene pessoal e podiam finalmente descansar. Tancos era por esta altura um local imenso onde se juntaram cerca de 20000 homens: *“um mar de tendas oferecia abrigo às praças; múltiplas construções de madeira salpicavam o campo para acomodar os oficiais, os serviços e o Quartel-General da Divisão de Instrução e as zonas de exercício militar impunham respeito devido à dimensão (muito maiores do que nos quartéis de onde provinham os militares).”*¹¹⁶

À frente deste empreendimento estava o «herói» do 14 de Maio, o Ministro da Guerra Norton de Matos. Num ápice, Tancos transformou-se num local de peregrinação dos guerristas que iam ver *in loco* os progressos do treino das tropas. Para além dos políticos, visitavam quase diariamente o campo, representantes ingleses e franceses, jornalistas, portugueses e estrangeiros e grupos de civis. Se a participação de Portugal na guerra era uma demonstração da nossa resolução, então nada melhor do que publicitar o treino dos soldados. Rapidamente a imprensa afecta ao governo, nomeadamente *O Mundo*, porventura surpreendida com a forma

¹¹³ VALENTE, Vasco Pulido, *Op. Cit.*, págs. 92 e 93. Sobre este tema consultar ainda a obra de Luís Manuel Alves de Fraga, *Portugal na grande guerra. O recrutamento, a mobilização e o roulement nas frentes de combate. Factos e números*, Separata das actas do VII colóquio «Recrutamento militar em Portugal» de 1996.

¹¹⁴ Conferir a obra de Isabel Pestana Marques, *Das trincheiras com saudade, a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2008, págs. 22 e 23.

¹¹⁵ Sobre este tema consultar a obra já citada de Marques, Isabel Pestana, *Das trincheiras com saudade, a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*, nas págs. 24 e 25.

¹¹⁶ Idem, *Ibidem*, págs. 25 e 26

expedita como decorria a formação e pela falta de incidentes, em particular de natureza disciplinar, começou a apelidar o treino de «milagre». Assim, na sua edição de 12 de Julho de 1916 notícia entusiasticamente a admiração patenteada por quem visita Tancos: *“Ali se encontram 20.000 homens, perfeitamente comandados e disciplinados, os quais constituem cidadãos de todas classes sociais, desde as mais abastadas às mais pobres, desde as mais cultas e intelectualmente educadas até às mais obscuras e humildes. (...)”*¹¹⁷ O mesmo jornal no dia 24 de Julho assinala a visita do Sr. Presidente da República – Bernardino Machado ao polígono de Tancos, dando-lhe grande destaque na 1ª página. Ainda na 1ª página num artigo intitulado *“Exercito e Democracia”*, o jornalista assinala a notável diferença entre o exército da Monarquia e este da República afirmando que *“(...) Como vai distante a vida militar de ontem e a de hoje... Antigamente os oficiais eram apenas fidalgos com pergaminhos e estupidez, (...). A democracia nas suas aspirações generosas e pela sua base científica, tudo modificou. (...)”*¹¹⁸

Claro que o dito «milagre» escondia problemas logísticos graves – a água falhou desde o início e a lona para construir as tendas era rara em Portugal o que obrigou muitos praças a passar noites ao relento. Faltava também fardamento, calçado, armas e munições. Em suma, faltava um pouco de tudo.

Apesar de toda a boa vontade, voluntarismo e capacidade de improvisação, não era possível alterar a realidade: pura e simplesmente, o exército português não estava preparado para a guerra das trincheiras e a instrução em Tancos, quando muito minimizara o problema, mas não o solucionara. De resto, os meses de Maio e Junho *“(...) passaram-se a treinar as tropas segundo tácticas pouco adequadas ao que já acontecia em França, na frente de batalha. Faziam-se exaustivas marchas a pé, imaginava-se a invasão do território nacional a partir de bases de Espanha, (...) fazia-se tiro de espingarda e metralhadora para aperfeiçoar as condições de combate individual e pouco ou nada se treinou na vida das trincheiras.”*¹¹⁹

Finda a instrução em Tancos, os homens regressaram aos seus quartéis de origem à espera da chamada para França. Uma vez que estes quartéis não podiam acomodá-los a todos, entendeu-se por bem dar licenças registadas. Muitos destes homens aproveitaram as licenças para voltarem a suas casas, retomando muitos as antigas ocupações.¹²⁰ Quanto mais se aproximava a hora do embarque maior era a resistência. Alguns fugiram para Espanha, outros desertaram e outros ainda simularam lesões e doenças. Tudo era válido para fugir à guerra.

¹¹⁷ *O Mundo* de 12 de Julho de 1916, pág. 1.

¹¹⁸ *O Mundo* de 24 de Julho de 1916, pág. 1.

¹¹⁹ FRAGA, Luís Alves de, *Os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, pág. 284.

¹²⁰ Conferir a este propósito a obra de Isabel Pestana Marques, *Das trincheiras com saudade*, das páginas 32 à 36.

No plano político, as dificuldades ainda não haviam terminado, uma vez que surgiu um novo obstáculo: os ingleses pretendiam incorporar o C.E.P. no XI Corpo de Exército do I Exército Britânico. Em resposta as autoridades portuguesas pretenderam transformar o C.E.P. num Corpo de Exército, o que forçaria o aumento imediato do número de unidades. Seguiram-se duras negociações entre os governos britânico e português, uma vez que o primeiro duvidava da nossa capacidade de mobilizar este Corpo e transportá-lo para França. Mas, no fim, os ingleses acabaram por aceitar a decisão portuguesa. Deste modo, à mobilização inicial de 20.000 homens foram acrescidos mais 10.000.¹²¹

A fim de preparar a entrada das tropas portuguesas no seu sector, tinham partido para França em finais de 1916 várias missões de oficiais. Partira também o Chefe do Estado-Maior do C.E.P., o Major Roberto Baptista, com o desígnio primordial de preparar a recepção e instalação das tropas. Era também sua missão constituir o núcleo do Quartel-general das forças e preparar o quadro de instrutores.

O embarque das tropas decorreu com bastantes incidentes. A chegada de tantos soldados criou situações de caos. Muitos soldados vinham da província e esta era a primeira visita à capital: *“as largas avenidas; a iluminação pública; os jardins dos miradouros; o grandioso castelo de São Jorge; a Sé e as inúmeras igrejas; o vaivém dos transportes públicos; o espaçoso Rossio; os atarefados e perfumados mercados da Ribeira e da Praça da Figueira; a praia de Belém; os Bairros de Alfama, Mouraria ou Alcântara; os cartazes vistosos das revistas da moda (demasiado caras para muitos); as tabernas, as tascas ou os bordéis... o fervilhar de uma capital entusiasmava e premeava a viagem ferroviária dos mobilizados mais distantes.”*¹²²

Fascinados pelas luzes da cidade, nos finais de Janeiro de 1917 embarcou o primeiro contingente de tropas do CEP, *“discretamente, quase às ocultas –ao contrário do que acontecia com a partida das expedições para as colónias”*.¹²³ No transporte das tropas foram empenhados sete navios britânicos e 2 portugueses (o *Pedro Nunes* e o *Gil Eanes*) e a viagem entre Lisboa e Brest demorava três dias. Depois de uma curta estadia nesta cidade portuária do norte de França, seguia-se o transporte, por comboio, até à região de *Aire* onde estava a zona de concentração do CEP. Entre as trincheiras e os soldados estavam trinta quilómetros. Para lá delas estava a Guerra.

¹²¹ Consultar anexos, Quadro IV (*Total de Tropas mobilizadas de 1914 a 1918*).

¹²² MARQUES, Isabel Pestana, *Op. Cit.*, pág. 43.

¹²³ OLIVEIRA, Ramires de (Coord.), *História do Exército Português – Vol. III*, Estado-Maior do Exército, Lisboa, 1994, pág. 62.

Capítulo II - O desempenho do C.E.P. na Flandres até «La Lys»

No capítulo anterior foi dissecado o processo político que conduziu Portugal até à guerra como aliado de pleno direito e analisada a formação do contingente português. Apesar de inúmeros obstáculos e das imensas dificuldades logísticas, o C.E.P. fora recrutado, treinado, mobilizado e transportado para a Flandres. No entanto, a chegada a França não constituía o fim do processo, antes o fim de mais uma etapa. Aportados na Flandres era urgentíssimo solucionar uma enormidade de questões antes de as tropas serem dadas como aptas para combate, nomeadamente a forma como se iria processar a adaptação do contingente português à realidade das trincheiras.

Dificuldades iniciais

A chegada a Brest constituiu o primeiro choque: temperaturas muitíssimo baixas, na ordem dos 20 graus negativos, e neve abundante aguardavam as tropas portuguesas. Mas apesar das más condições climáticas, João Chagas, movido por um «acrisolado patriotismo» decidiu ir assistir ao desembarque. Uma vez chegado à cidade portuária Chagas assinala dois estados de espírito bem diferentes no contingente: se, por um lado, os oficiais aparentavam um elevado grau de aprumo e de porte militar, já os soldados ofereciam um espectáculo bem diferente: *“Da prôa (...) atiravam cascas de laranjas e garrafas vazias ao rapazio que se juntara no caes, a olhar o transporte. O aspecto d’aquillo não era bom. (...). Estes, depois de tormentosa travessia, estavam pallidos, macilentos, sujos.”*¹²⁴ A palidez e o aspecto pouco aprumado eram desculpáveis para quem tinha acabado de atravessar em pleno inverno o atlântico norte, uma experiência seguramente bastante traumática para a esmagadora maioria dos soldados para quem esta teria sido certamente a sua viagem inaugural de barco.

Depois de dois dias de estadia forçada em Brest, os soldados seguiram por via-férrea para o quartel-general provisório instalado em Aire-sur-la-lys, que distava cerca de 700 quilómetros.

Após o frio outro problema afectou as tropas portuguesas: a chuva abundante que transformava tudo num lodaçal frio que infernizava o quotidiano dos soldados. O sector atribuído aos portugueses era uma imensa planície arborizada cortada por inúmeros canais e valas de rega. Após as chuvas copiosas tão características desta zona de França, os terrenos ficavam

¹²⁴ CHAGAS, João, *Op. Cit.*, Vol. II, pág.312.

rapidamente alagados e se a isto “(...) juntarmos as obras militares – as trincheiras – que obedeciam, em primeiro lugar e talvez único, às razões táticas, e o rebentar das granadas de artilharia e de morteiro, que tudo revolviam em constância, será fácil imaginar a tortura a que os militares estavam obrigados caminhando dias inteiros enterrados na lama.”¹²⁵ Foram, de resto, estas condições difíceis que permitiram às tropas inglesas e francesas num esforço titânico, no seguimento da Batalha do Marne nos finais de 1914 e inícios de 1915, parar o avanço alemão.

Mas se a lama era um obstáculo para todos os soldados, para os portugueses era ainda pior, uma vez que o vestuário e o calçado distribuído às nossas tropas, incompreensivelmente, não eram impermeáveis. Os homens do C.E.P. andavam por isso constantemente molhados e enregelados, o que lhes causava um desconforto permanente bem como inúmeros problemas de saúde, nomeadamente doenças do foro pulmonar (pneumonias e bronquites) responsáveis por elevadas baixas.

O intenso frio, a chuva e a lama forçaram o Estado-maior português a engendrar uma solução de recurso que consistiu na adopção do pelico, um fato tradicional usado em algumas regiões de Portugal. Este remédio provou ser desastroso uma vez que a dita capa em contacto com a água apodrecia tornando-se o local ideal para o desenvolvimento de todo o tipo de parasitas. Como se isso não bastasse, os homens eram ainda alvo de chacota, tanto da parte dos ingleses como dos alemães, que ao verem as nossas tropas assim vestidas não resistiam em balir como ovelhas.

Para além da barreira linguística, das dificuldades de adaptação a um clima estranho e hostil e a uma nova realidade, sobreveio um outro problema: a comida. Habitados a uma dieta mediterrânica onde constavam as batatas, o bacalhau, os enchidos, o vinho o pão e o café, os soldados portugueses dispensavam de bom grado o chá, os *pickles*, a mostarda ou o *corned-beef*, de nada valendo a argumentação de que a dieta inglesa tinha sido elaborada cientificamente para satisfazer os requisitos de um soldado. Por isso, mais uma vez foi preciso improvisar e, sempre que possível, cultivavam-se na rearguarda os alimentos que tanto agradavam aos portugueses, sobretudo os vegetais.¹²⁶

¹²⁵ FRAGA, Luís Manuel Alves de, *Portugal na grande guerra, as deserções e os furtos no Corpo Expedicionário Português*, Separata da Revista Militar, Lisboa, 1985, pág. 9.

¹²⁶ Consultar sobre este assunto a obra de Isabel Pestana Marques, *Das trincheiras com saudade*, nomeadamente os capítulos III – O quotidiano das trincheiras e IV – o dia-a-dia na zona de guerra, onde se explanam com grande minúcia as dificuldades de adaptação dos soldados portugueses à realidade da guerra das trincheiras num país estrangeiro.

Mais do que a adaptação a uma realidade totalmente estranha e diferente, a chegada das tropas portuguesa à Flandres fora um «choque civilizacional». Oriundos, na esmagadora maioria, de um mundo rural, analfabeto e pouco desenvolvido, os soldados portugueses viram-se envolvidos na guerra mais moderna e industrializada que o mundo conheceria. Colocados no sector inglês, tinham a seu lado o povo «pai» das revoluções agrícola e industrial. Um povo citadino e letrado proveniente de uma sociedade altamente organizada e burocratizada. Para os ingleses a disciplina, a obediência, o rigor na execução das tarefas, o cumprimento escrupuloso de ordens e de horários que encontraram na vida militar, eram apenas a continuação de elementos que faziam parte da sua vida civil, pois nas suas oficinas, nas suas fábricas, no seu dia-a-dia, todas estas qualidades eram necessárias e muito apreciadas. Já para os portugueses, na sua maioria camponeses praticantes de uma agricultura de subsistência, com a inerente sazonalidade, a experiência militar era o primeiro contacto sério com os rigores da ordem e da disciplina do Estado. Por isso, não é de estranhar que os soldados portugueses se sentissem mais à vontade ajudando os camponeses franceses, do que a cumprir tarefas militares.

A instrução preparatória antes da entrada nas trincheiras

Era portanto nestas condições que estavam aboletadas as nossas tropas em várias aldeias na vizinhança de Aire-sur-la-lys, enquanto aguardavam que lhes fosse ministrado o treino complementar que devia durar cerca de 45 dias. Vivendo a uma distância segura das linhas da frente, a vida dos soldados nestas aldeias era calma e relaxada. A conhecida capacidade lusitana de adaptação venceu as desconfianças iniciais das populações locais habituada a lidar com os ingleses. Oriundos, na sua maioria de regiões agrícolas, os soldados portugueses não raro eram vistos a ajudarem os habitantes nas suas lides campestres.¹²⁷

Enquanto esperavam pelo treino os soldados eram vacinados ou, consoante o caso, revacinados contra o tifo e a varíola. Seguidamente fazia-se a distribuição do equipamento e do armamento e era dada uma instrução preparatória às tropas com vista à sua utilização na guerra das trincheiras

Na instrução preparatória teve-se particular cuidado em familiarizar os soldados com as armas inglesas com que iam combater, por um lado, e em prepará-los para as novas formas de guerra, por outro, em particular a utilização de gases tóxicos. Os soldados tiveram treinos

¹²⁷ Isabel Pestana Marques, na obra já aqui citada abundantemente, analisa detalhadamente as dificuldades de adaptação dos soldados portugueses a uma realidade completamente distinta.

prolongados sobre várias temáticas: patrulhamento das trincheiras; uso da baioneta, entre outros, dedicando-se bastante tempo à ginástica e à prática de exercícios ao ar livre.

Uma vez concluída esta instrução, as unidades faziam uma espécie de «estágio» junto das tropas inglesas a fim de observarem o desempenho destes nas trincheiras. Este «estágio», que durava aproximadamente uma semana, era muito importante para familiarizar os soldados com as agruras do dia-a-dia na frente de guerra.

Inicialmente, a preparação era dada às companhias. Cada uma delas ficava subordinada a uma companhia britânica respectiva. É de realçar que este exercício não era propriamente desprovido de perigos, uma vez que estas companhias estavam nas linhas da frente. Quando todas as companhias de um batalhão tivessem completado esta formação, avançava o batalhão inteiro que se agregava a um batalhão britânico. De seguida, a brigada portuguesa agregava-se a uma brigada inglesa e substituí-a na defesa daquele sector. Numa fase inicial, e de forma a facilitar a transição, o comandante e o Estado-Maior da nossa brigada estagiavam junto da brigada inglesa. Uma vez acabado este estágio, a brigada portuguesa ficava à disposição do comando da divisão britânica onde se integrava. Quando este processo estava concluído em todas as brigadas de uma divisão, o comando desta estagiava até tomar posse da defesa do seu sector. A divisão portuguesa ficava então sob as ordens do Corpo de Exército britânico que lhe cabia. Terminado este processo com as duas divisões portuguesas, era a vez do comandante do Corpo de Exército e do seu Estado-Maior estagiarem até assumirem completamente a defesa daquele sector.

Todo este mecanismo de treino e de preparação foi bastante demorado só ficando totalmente concluído em Novembro de 1917. Esta «marcha» progressiva e gradual foi todavia crucial uma vez que possibilitou às tropas portuguesas uma adaptação mais gradual à realidade desta guerra, que o treino em Tancos, como vimos, não tinha alcançado. Mas mesmo nesta fase de «adaptação» as baixas não foram tão poucas quanto poderíamos pensar: entre Abril e Outubro de 1917, morreram 352 homens em combate, 45 por acidente, 63 por doença e 9 por acção dos gases, sendo que o primeiro militar português a cair em combate foi o soldado António Gonçalves Curado, no dia 4 de Abril de 1917. *“Quer dizer, ainda não tinha responsabilidades de defesa de um sector de corpo de exército e já o CEP estava desfalcado em (...), quase o efectivo de um batalhão.”*¹²⁸ Se ainda havia alguma dúvida quanto à violência desta guerra, este contacto inicial com o conflito alertou certamente os soldados para a realidade que iam, a partir de agora, enfrentar.

¹²⁸ AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, *Op. Cit.*, pág. 307.

O Sector «português»

O Corpo Expedicionário Português foi integrado no Primeiro Exército Britânico (*First Army of British Expeditionary Force*), onde estavam os I, XI, XIII e XV corpos de exércitos inglês, e ainda o Corpo Canadano. O Comandante deste Exército era o General Sir H.S. Horne.¹²⁹

O sector português, situado no médio Lys, devia ter uma frente de 50 kms, mas devido à insuficiência de homens, nunca ultrapassou os 18. A norte do nosso sector estava o Segundo Exército, e a sul, o Quinto, ambos britânicos. A área do C.E.P. inseria-se numa zona mais vasta conhecida como a «frente britânica», que ia do Oise, a sul, até Dixmunde, a norte, num total de 230 kms.

A zona onde estavam estacionadas as nossas tropas era, em 1917, uma área relativamente calma da frente ocidental, uma vez que “(...) após a batalha da Flandres de 1915, se chegou à estabilização das frentes e a guerra de movimento foi gradualmente substituída pela guerra das trincheiras, a zona de La Bassée-Armentières, chamada frente de Neuve Chapelle, foi considerada, por muito tempo, um sector relativamente calmo, onde a actividade se reduzia a recíprocos bombardeamentos e a incursões dos adversários, com objectivos de ordem secundária.”¹³⁰ Essa foi, certamente, uma das razões que terá pesado na decisão inglesa de aí colocar o recém-chegado contingente português. Fora uma decisão sensata pois tratando-se de tropas «frescas», sem experiência de combate, seria totalmente desaconselhável colocá-las num sector particularmente activo da frente. Mas a calma que se verificava nesta área não fora apenas «aproveitada» pelos portugueses, uma vez que foram também para aqui enviadas em 1917 as exaustas tropas inglesas que tinham combatido em Passchendaele.

O sector português como todos os sectores ocupados pelas tropas britânicas era formado por um conjunto de três linhas defensivas.¹³¹

- **A primeira linha de defesa**, que, na realidade, era composta por três linhas distintas:

- A Linha A, que distava da linha alemã entre 80 a 250 metros, era constituída por um conjunto de trincheiras já muito degradado, protegida por rolos de arame farpado, usada sobretudo como postos de guarda e escuta;

- A Linha B, que distava da primeira entre 300 e 800 metros e que era a principal linha de defesa. Formada por um conjunto sólido e bem organizado de trincheiras, era aqui que vivia a maior parte dos homens que estavam nas primeiras linhas;

¹²⁹ Conferir Ferreira Martins *in Portugal na Grande Guerra*, Vol. I, Editorial Ática, Lisboa, 1934, págs. 241 e 242.

¹³⁰ MARTINS, Ferreira, *Portugal na Grande Guerra*, Vol.II, Editorial Ática, Lisboa, 1934, pág.13.

¹³¹ Conferir Ferreira Martins, *Op. Cit.*, Vol. I, págs. 244, 245 e 246.

- A Linha C, que se encontrava a cerca de 2000 metros à rectaguarda da linha B, era formada por redutos de betão rodeados de trincheiras. Nestes redutos estavam acantonados os reforços destinados à linha B, e que permitiria montar uma linha de defesa mais recuada em caso de penetração bem-sucedida do inimigo.

A segunda linha de defesa (intermédia), também conhecida como *Village Line*, encontrava-se à rectaguarda da Linha C cerca de 1000 metros. Esta era a zona onde estavam concentradas as reservas das Divisões e nela podíamos encontrar um conjunto de postos fortificados edificados em betão.

A terceira e última linha de defesa, também denominada *Linha do Corpo de Exército*, distava três quilómetros da segunda linha de defesa, e lá podíamos encontrar os ninhos de metralhadoras pesadas.

O sector ocupado pelas tropas britânicas e portuguesas tinha, porém, uma desvantagem em relação à zona onde estava estacionado o contingente alemão. O facto de os terrenos ocupados pelos aliados serem facilmente alagáveis tornava impossível a sua escavação pelo que “(...) *as trincheiras eram construídas acima da superfície com sacos cheios dessa lama acinzentada e putrefacta que a natureza fornecia.*”¹³²

Já o inimigo ocupava uma zona de encosta suave, com cerca de 30 a 40 metros de altura (uma mais-valia importantíssima numa zona de planície) conhecida por crista de *Aubers-Fromelles* e que formava a defesa avançada da cidade de Lille ocupada pelos alemães desde Setembro de 1914. Nesta encosta os alemães construíram um “(...) *sistema de trincheiras com abrigos de betão, à prova, ninhos de metralhadoras de grande resistência, instalações cómodas e disfarçadas, proporcionando o seu comando sobre as nossas trincheiras excelentes observatórios.*”¹³³

Uma vez terminada a instrução preparatória, restava às tropas esperar a ordem de marcha para a frente. Entre a excitação da espera e o desejo de entrar em acção, estavam as saudades de casa e o receio da guerra. Desde a incorporação, os soldados sabiam que, mais tarde ou mais cedo, o seu destino terminaria nas trincheiras de França. Todavia, a distância física, a expectativa da duração do treino, amenizavam os receios. O embarque para a Flandres tinha sido até aí o momento mais traumatizante pois significara o corte físico com a pátria e a família e a perspectiva de não regressar atormentara certamente todos os espíritos durante a viagem. Após o desembarque e posterior acomodação a um «mundo novo», e depois do treino preparatório, chegara finalmente a «hora da verdade».

¹³² MARTINS, Ferreira, *Portugal na Grande Guerra*, Vol. I, Editorial Ática, Lisboa, 1934, pág. 246.

¹³³ Idem, *Ibidem*, Vol. I, pág. 248.

A ocupação da frente e as razões da falta de rotatividade das tropas portuguesas até La Lys

As tropas portuguesas ocuparam as trincheiras de 1ª linha durante quase dez meses consecutivos, entre meados de Julho de 1917 e Abril de 1918. Esta longa permanência ficou a dever-se sobretudo às dificuldades reveladas pelos governos da República em reforçar o contingente inicial. Esta incapacidade era, acima de tudo, política uma vez que a guerra continuava a ser um tema fracturante e impopular na sociedade portuguesa. As clivagens entre guerristas e antiguerristas permaneceram bem visíveis para além da nossa entrada na guerra e nem o chamado governo de União Sagrada conseguiu atenuá-las.

O agravamento da situação social, económica e política sentida nos anos de 1916 e 1917 foi determinante para a eclosão do golpe de 5/8 de Dezembro de 1917 que conduziu Sidónio Pais ao poder e que teve como grandes apoiantes, por um lado, Machado Santos, um velho inimigo dos democráticos e o partido Unionista de Brito Camacho, bem como um vasto e heterogéneo grupo, composto de diferentes sensibilidades políticas, que tinham em comum a sua oposição a Afonso Costa. O golpe de Dezembro capitalizava, por um lado, o descontentamento social gerado pelo agravamento das condições de vida causado pela guerra, e, por outro, almejava pôr termo à hegemonia do partido Democrático na vida política portuguesa. Mas, acima de tudo, a vitória de Dezembro assinalava a vitória da facção antiguerrista do republicanismo português.

Naturalmente, a mudança de tom político no governo da República teve reflexos imediatos na realidade do C.E.P. Se antes do golpe a rotatividade das tropas já era bastante difícil, depois passou a ser quase impossível. Quem estava em Portugal não queria ir para a Flandres e os que lá estavam, em particular os oficiais, procuravam por todos os meios acelerar o regresso a casa. Foi surgindo junto dos soldados a ideia de que muitos oficiais se estavam a aproveitar da mudança de governo para «cavar» da frente o que contribuiu para baixar ainda mais o já abatido moral das tropas, criando uma desconfiança perigosíssima entre aqueles que mandam e os que obedecem. A este propósito o General Ferreira Martins chegou à conclusão que dos 1912 oficiais que foram de licença regressaram apenas 1090, mas das 519 praças que tiveram licença de campanha quase todas regressaram à Flandres no fim da mesma.¹³⁴

¹³⁴ Idem, Ibidem, Vol. I, pág. 298.

As consequências deste processo foram devastadoras para o C.E.P. O arrastamento da permanência das tropas portuguesas na 1ª linha de trincheiras por um período exagerado levou à diminuição das reservas destinadas a colmatar qualquer eventualidade, diminuiu acentuadamente a capacidade operacional do C.E.P. e criou, entre os militares, a sensação de que o Corpo Expedicionário Português tinha sido abandonado à sua sorte, o que, por sua vez, “(...) *contribuiu para a desmoralização que se acentuou quando se viu que oficiais idos de licença a Portugal não regressavam às suas unidades, que não se davam licenças aos soldados, como se faziam às praças inglesas, e se lhes prometera, (...)*”¹³⁵

Esta realidade era, nos inícios de 1918, a maior ameaça que o C.E.P. enfrentava sendo bem conhecida tanto dos oficiais como dos políticos republicanos. O governo da República respondeu logo em Dezembro de 1917 com um novo sistema de licenças, que no papel era perfeito, mas que na realidade contribuiu para agravar a situação, “(...) *tendo-se tornado num dos piores instrumentos de abaixamento do moral das tropas.*”¹³⁶

A redução dos efectivos fruto das baixas e do não envio de reforços tornou-se particularmente gravoso na primavera de 1918. “*Em fins de Março de 1918 a 2ª Divisão, referindo-nos só à infantaria, as 4ª, 5ª e 6ª brigadas, tinham o seu efectivo orgânico de 504 oficiais e 13.476 praças, reduzido a 295 oficiais e 9.028 praças, sendo apenas 4800 espingardas (...)*”¹³⁷

A situação atingiu tal dimensão que o Marechal Douglas Haig, Comandante da Força Expedicionária Britânica (B.E.F.), ordenou a substituição com carácter de urgência das tropas portuguesas que se encontravam na frente. Esta substituição foi inicialmente marcada para o dia 6 de Abril, sendo posteriormente adiada para a noite de 8 para 9 de Abril. Por essa altura, as tropas portuguesas completariam cerca de 260 dias consecutivos nas linhas da frente (desde meados de Julho de 1917 até 9 de Abril de 1918), uma situação que mais nenhum exército experimentara nesta guerra. Em resultado desta permanência e segundo cálculos efectuados pelo General Ferreira Martins, as baixas tinham atingido as seguintes cifras:¹³⁸

¹³⁵ COSTA, Gomes da, *Op. Cit.*, pág. 66.

¹³⁶ FRAGA, Luís Manuel Alves de, *Portugal na Grande Guerra, o recrutamento, a mobilização e o roulement nas frentes de combate, factos e números*, Separata das actas do VII colóquio «Recrutamento militar em Portugal», Lisboa, 1996, pág. 37.

¹³⁷ MARTINS, Ferreira, *Op. Cit.*, Vol. I, pág. 300. Consultar Anexos – Quadro V (Baixas do C.E.P. em França em 1917 e 1918); Quadro VI (Números e percentagem de mortos, feridos e prisioneiros do C.E.P. em França entre os anos de 1917 e 1918; Gráfico IV (Percentagem de mortos do C.E.P. em França entre 1917 e 1918; Gráfico V – Nº de Mortos do C.E.P. em França entre 1917 e 1918; Gráfico VI (Nº de feridos do C.E.P. em França entre 1917 e 1918); Gráfico VII (Nº de elementos do C.E.P. feitos prisioneiros em França entre 1917 e 1918; Gráfico VIII (Elementos do C.E.P. feitos prisioneiros em França entre 1917 e 1918 – em percentagem).

¹³⁸ MARTINS, Ferreira, *Op. Cit.*, Vol. I, pág. 303.

Baixas do C.E.P. entre Maio de 1917 e 8 de Abril de 1918

Mortos	1.044
Feridos	2.183
Gaseados	1.594
Desastre	402
Prisioneiros	102
Desaparecidos	94
Soma	5.420

Fonte: Martins, Ferreira, *Portugal na Grande Guerra*, Vol.II, Editorial Ática, Lisboa, 1934, pág.303.

La Lys e o «fim» do C.E.P.

No início da primavera de 1918 os alemães irão efectuar a derradeira tentativa para ganhar a guerra. Reforçadas com as tropas vindas da frente Leste, o Alto-Comando alemão atacará em força a partir de Março na zona do Somme. Falhado o objectivo inicial, os alemães tomaram a decisão de reforçar o ataque no sector português.¹³⁹ Certamente, nesta escolha foram tidas em conta as enormes debilidades que o efectivo português demonstrava.

Nessa noite de 8 para 9 de Abril a concentração de tropas era bastante favorável aos alemães. A esta superioridade temos de juntar o cansaço dos soldados portugueses e o facto de estarem em processo de rendição. Em termos tácticos era muito vantajoso para os alemães atacar durante a rendição, aproveitando desta forma a natural confusão e indefinição no campo aliado. Para além disso, era preferível atacar um sector ocupado por tropas cansadas e desmotivadas do que por tropas frescas.

O início do ataque dá-se pelas 4h15 com uma barragem de fogo de artilharia sobre as nossas posições de artilharia e postos de comando.¹⁴⁰ Esta barragem, que se prolonga por 4 horas de forma ininterrupta, destrói quase por completo as linhas de comunicação, impedindo uma acção concertada de defesa. No meio da mais completa confusão e pânico, às 8h45, a coberto de um denso nevoeiro, a infantaria alemã saltou das trincheiras numa extensão de

¹³⁹ Consultar Anexos – Mapa I (O ataque alemão de 9 de Abril de 1918).

¹⁴⁰ Idem, *Ibidem*, Vol. II, págs. 34 e 35.

quase 20 quilómetros, e precipitou-se sobre a frente aliada e em particular sobre o sector português. Dispersos, atordoados, exaustos, desmoralizados, incapazes de comunicarem com as unidades de retaguarda, esmagados por uma força avassaladoramente superior, nas horas iniciais do ataque milhares de portugueses foram feitos prisioneiros, feridos ou mortos. Os restantes, isolados em pequenas bolsas de resistência, rodeados de inimigos e sem possibilidade de recuarem, mantiveram ainda durante horas, a resistência dos desesperados, destacando-se pela tenacidade os postos de *Les Lobes e Loisne* que lutaram até ao início da manhã de dia 11. Todavia, apesar destes esforços, a meio da manhã do dia 10 o avanço era bastante pronunciado e a derrota dos portugueses era evidente. A confusão gerada pelo ataque foi de tal monta que as tropas que conseguiram chegar às linhas de retaguarda o fizeram de forma dispersa, sem qualquer tipo de organização ou de estrutura de comando, e “(...) *apareciam quasi sem oficiais (...) que debandaram quando se viram envolvidos pelos alemães e com os seus quadros abatidos pelo inimigo.*”¹⁴¹

Ao fim de quase dez meses de permanência na frente o C.E.P. tivera a sua batalha, e perdera. No primeiro e único confronto sério com o inimigo, o contingente português fora praticamente aniquilado, desaparecendo como força autónoma de combate. Apesar do número de baixas ser, à escala da Primeira Guerra, bastante pequeno (423 militares mortos e mais de 6000 prisioneiros), a batalha teve um efeito devastador na capacidade operacional do C.E.P.¹⁴² Se juntarmos a estas perdas todas as sofridas anteriormente bem como o não reforço das tropas em presença concluímos que “(...) *de 55.164 militares morreram 2086, ficaram prisioneiros e desapareceram 7.234 homens, sofreram ferimentos 5354 militares; quer dizer, o total de baixas foi de 14.764, ou seja, 26,6% do total de efectivos.*”¹⁴³

Em abono da verdade o avanço alemão não desbaratou apenas as nossas tropas mas também as britânicas que foram forçadas a recuar, perdendo inclusivamente os territórios arduamente ganhos em Passchendaele no ano anterior. A ofensiva alemã foi apenas parada, com a ajuda de tropas francesas, no início de Maio.

Fazendo um balanço final do que aqui foi apresentado podemos concluir que, de facto, o C.E.P. não se encontrava preparado para combater nas trincheiras da Grande Guerra, pelas seguintes razões:

¹⁴¹ Idem, Ibidem, Vol.II, pág. 50. A este propósito consultar ainda a obra de Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*, que adjectiva as unidades portuguesas após o ataque alemão de 9 de Abril como sendo “*farrapos de regimentos*”, que se arrastavam em fuga conjuntamente com outras unidades inglesas e canadianas.

¹⁴² Consultar Anexos, Quadro VII (Baixas do C.E.P. nos dias 8/9 de Abril de 1918 – Batalha de La Lys).

¹⁴³ FRAGA, Luís Manuel Alves de, *La Lys – a última batalha do exército português*. Separata das actas do IV colóquio a História Militar de Portugal no século XIX, 1993, pág. 17.

Em primeiro lugar, o treino ministrado em Portugal não fora o mais adequado, razão pela qual teve de ser complementado já na Flandres.

Em segundo lugar, a adaptação dos soldados portugueses a uma realidade totalmente desconhecida fora difícil e lenta: o clima, a língua, a comida, as condições de vida nas trincheiras, revelaram-se obstáculos enormes para o C.E.P. No entanto, foi talvez aqui que melhor se fez notar a conhecida capacidade lusa de adaptação. A comida não era a melhor, plantavam-se legumes na rectaguarda; a farda não protegia do frio e da chuva, recorria-se ao pelico (com maus resultados como vimos); inseridos numa área agrícola, lá se viam os portugueses a ajudarem os franceses na «lida» do campo; poucos falavam francês ou inglês, mas isso não impedira os soldados de comunicarem com as populações locais, em particular com as senhoras.¹⁴⁴

Em terceiro lugar, a permanente instabilidade política¹⁴⁵ vivida em Portugal condicionara de sobremaneira a actuação do Corpo Expedicionário Português. A dificuldade em substituir as tropas estacionadas por tropas frescas, impedira a rotatividade das primeiras forçando-as a permanecer por um período longuíssimo na frente de guerra, causando nelas um enorme desgaste físico e moral.

No fundo, à pergunta: «estaria o C.E.P. à altura de participar no maior e mais moderno conflito de sempre?», podemos responder confiadamente não. Faltavam ao C.E.P. a preparação militar e o necessário apoio político.¹⁴⁶ Atirados para as trincheiras da Flandres, deixados à sua sorte pelos governos da República e sem o apoio da «frente interna», só um «milagre» ou um «golpe de sorte» poderia salvar o Corpo Expedicionário Português.

Todavia, a derrota de La Lys, que aniquilou o C.E.P. enquanto força de combate, fez nascer por seu turno o mito da bravura dos soldados portugueses, que, contra tudo e contra todos, apesar da superioridade avassaladora do inimigo, haviam lutado bravamente. A

¹⁴⁴ Sobre o assunto das relações entre soldados portugueses e francesas, consultar a obra de Isabel Pestana Marques, páginas 257 a 262.

¹⁴⁵ Entre 1916 e 1918 houve 5 ministérios diferentes em Portugal: o 12º, liderado por Afonso Costa; o 13º, chefiado por António José de Almeida; o 14º novamente presidido por Afonso Costa; o 15º, chefiado por Sidónio Pais (saído da revolução de Dezembro de 1917); o 16º e o 17º, presididos por Tamagnini de Abreu.

¹⁴⁶ António Telo afirma na obra *Primeira República I – do sonho à realidade*, que não falharam as tropas que se encontravam na frente de guerra numa situação de grande fragilidade, mas falhou acima de tudo uma “(...) política de apontar para objectivos militarmente muito ambiciosos (...) sem levar em conta a real debilidade económica, financeira, industrial e logística do país.”, pág. 409. Mas falhou ainda a ideia que a nossa intervenção na guerra “(...) suscitaria uma explosão de patriotismo, que permitiria refazer o sonho dos radicais da República, quando o resultado foi justamente um imenso agravamento da divisão da sociedade portuguesa e do sofrimento do povo português.”, pág. 409. Sobre este tema Nuno Severiano Teixeira, na obra *O Poder e a Guerra 1914-1918*, partilha genericamente das conclusões de António Telo ao afirmar que a avaliação feita pelos intervencionistas falhara nestes dois aspectos cruciais.

«mitificação» da batalha, e em sentido lato, da participação portuguesa na Grande Guerra, ajudaria, desta forma, a sarar as divisões na sociedade portuguesa, e até na «família» republicana. Sobre os «heróis» de La Lys será construída uma narrativa «mitificadora» que pretendo abordar no próximo capítulo, investigando a forma como a imprensa escrita analisou a temática da batalha durante os anos finais da I República, da ditadura militar e da 1ª década do Estado Novo.

Capítulo III – A «mitificação» da batalha de La Lys na imprensa escrita (entre 1918 e 1940)

Todas as nações com uma história multissecular possuem datas simbólicas que celebram e criam a identidade nacional. Em todas elas se comemoram as vitórias, mas também se presta tributo às derrotas. Naturalmente, a importância atribuída a cada uma é diferente, sendo que as vitórias merecem maior destaque na história dos povos. Todavia, casos há em que as derrotas são consideradas marcos fundamentais das nações e dos impérios. Entre outros, estão nesta categoria as batalhas das Termópilas em 480 aC.; do Kosovo, em 1389, entre a Sérvia cristã e os Otomanos ou a derrota portuguesa em Alcácer-Quibir em 1578. Tanto as vitórias como as derrotas, por motivos diferentes, cumprem o objectivo de exaltar o sentimento patriótico e alicerçam a ideia de pertença a uma comunidade, a uma nação¹⁴⁷ e Portugal não foge a esta regra. Para os mais «esquecidos» coabitam no espaço público as memórias que vão desde a toponímia aos monumentos celebrativos e que atravessam todos os regimes políticos.

A República portuguesa também criou as suas datas simbólicas, destacando-se em particular as comemorações do 31 de Janeiro e do 5 de Outubro.¹⁴⁸ Após a revolução de 1910 também se assiste a uma alteração da toponímia com o surgimento em variadíssimos locais de avenidas, ruas ou praças 5 de Outubro, Almirante Reis, Miguel Bombarda ou 31 de Janeiro.

Para celebrar La Lys e a intervenção portuguesa Grande Guerra serão edificadas numerosos monumentos dedicados aos mortos e combatentes da Grande Guerra, com o expoente máximo nos túmulos dos soldados desconhecidos no Mosteiro da Batalha, e serão ainda atribuídas ruas e praças com o nome 9 de Abril.¹⁴⁹

Como vimos nos capítulos I e II a entrada na guerra europeia em 1916, não só não criou a tal «unidade nacional», como exacerbou as divisões já existentes na sociedade portuguesa. A incapacidade de obter um consenso nacional em torno do governo ficou a dever-se a duas grandes ordens de factores: em primeiro lugar à incapacidade e, também, ousar dizer, à falta de vontade demonstrada pelo partido democrático em convocar os sectores mais moderados do republicanismo para o governo entretanto chamado de União Sagrada, e a exclusão taxativa de

¹⁴⁷ Por Nação entenda-se aqui a ideia de pertença emocional a um povo, a um território e a uma História comuns. Conferir também as ideias de Nação e de Nacionalismo tal definidas por Hobsbawm no livro *A Era do Império (1875-1914)*, em particular no capítulo 6 – As bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo.

¹⁴⁸ Logo no dia 13 de Outubro é publicado no Diário do Governo um decreto do dia anterior com força de lei, emanado do Governo Provisório, onde se estipulam como feriados os dias 1 de Janeiro (consagrado à fraternidade universal); 31 de Janeiro (dia da revolta republicana no Porto em 1891); 5 de Outubro (consagrado aos heróis da República); 1 de Dezembro (dedicado à autonomia da Pátria) e 25 de Dezembro (dedicado à família).

¹⁴⁹ Existem, pelo menos 16 vilas e cidades que dispõem de uma avenida, rua ou praça 9 de Abril, a saber: Amadora, Cascais, Estremoz, Gondomar, Lisboa, Loures, Mafra, Maia, Marinha Grande, Murtosa, Odivelas, Porto, Queluz, Sintra, Torres Vedras e Vila Nova de Famalicão. Em Murça, existe uma Rua Soldado Milhões.

católicos, monárquicos e socialistas, que não foram sequer convidados. Em segundo lugar, à incapacidade revelada pelo mesmo governo em mobilizar a população portuguesa em torno da guerra. Essa mobilização, que deveria ser realizada através da propaganda, falhou clamorosamente devido a quatro razões fundamentais: em primeiro lugar, qualquer campanha propagandística nos moldes em que era desenvolvida, por exemplo pela Grã-Bretanha ou França, por meio das escolas ou através da imprensa escrita, (com a excepção da utilização de cartazes), esbarraria inevitavelmente no número esmagador de analfabetos (75% em 1911)¹⁵⁰.

Em segundo lugar, a exclusão da participação política activa de grande parte da população particularmente visível após a entrada em vigor da Lei eleitoral de 1913, que excluía de direitos políticos, e para todos os efeitos, da cidadania plena, os analfabetos, as mulheres, os militares e polícias em exercício de funções, os falidos, alienados e indigentes, excluía largos sectores da população de intervirem nas grandes questões políticas da época.¹⁵¹

Em terceiro lugar, a fraca aposta na divulgação pública das razões da nossa intervenção no conflito. O governo de União Sagrada, em 1916, chegou a prever a realização de um conjunto de comícios em diversos monumentos nacionais, mas apenas realizou um no Mosteiro da Batalha. *“Uma segunda série, projectada para 1917, e na qual vários ministros viajariam pelos seus centros de apoio político, acompanhados pelos respectivos deputados (...) foi adiada até à Primavera e cancelada após a queda do Governo de António José da Almeida, em Abril desse mesmo ano.”*¹⁵²A secundarização deste tipo de propaganda, que seria muito mais eficaz junto de uma população em grande medida analfabeta do que a escrita, poderá ser explicado, porventura, pela prioridade atribuída pelo governo da União Sagrada ao treino, mobilização, equipamento e envio do Corpo Expedicionário Português para a Flandres. Podemos concluir então que os governos não terão dado a devida importância à propaganda, fundamental na mobilização da população e pré-condição fundamental para manter a unidade interna em torno da intervenção. As acções destes governos visaram, acima de tudo, assegurar o cumprimento dos nossos compromissos internacionais, e por isso, todas as energias foram canalizadas para o treino, formação e envio do contingente militar português.

Em quarto lugar, qualquer campanha de propaganda, à semelhança do que sucedia nas outras nações beligerantes, teria de recorrer a exemplos históricos de heroísmo nacional. Ora,

¹⁵⁰ *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Parte II – População de facto agrupada por idades, distinguido sexo, estado civil e instrução*, Ministério das Finanças – Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa, 1913, págs. 4 e 5.

¹⁵¹ Lei nº 3, *Diário do Governo*, 1ª Série, nº 153 de 3 de Julho de 1913.

¹⁵² Meneses, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e Sidonismo, Portugal em Guerra (1916-18)*, Edições Cosmos, Lisboa, 2000, pág. 83.

os grandes heróis e mitos da nacionalidade (Afonso Henriques, Nuno Álvares Pereira, D. João I, os grandes navegadores, ou a Batalha de Aljubarrota, apenas para citar alguns) tinham todos um lastro católico e monárquico. Apesar dos esforços denodados da República em criar a sua própria linhagem de heróis republicanos, como Cândido dos Reis, Miguel Bombarda ou ainda o Marquês de Pombal, nomeadamente atribuindo a estes homens nomes de ruas, praças e avenidas um pouco por todo o país, a verdade é que eles teriam pouca validade como exemplos de propaganda de guerra. Fosse por incapacidade, pela pouca importância atribuída à propaganda, pela escassez de meios financeiros ou ainda pela concentração dos esforços de propaganda nos centros urbanos, a verdade é que os governos não foram capazes de utilizar de forma consistente os instrumentos ao seu dispor de modo a unir o país em torno da guerra.

Fruto de todas estas razões, a participação portuguesa na guerra tornar-se-ia gradualmente num projecto democrático, encabeçado por homens como Afonso Costa ou João Chagas, e apoiado pelos evolucionistas de António José de Almeida.

Tendo em conta a realidade difícil do contingente português nos inícios de 1918, a derrota de La Lys não surpreendeu ninguém, nem os seus mais fervorosos apoiantes nem os seus mais acérrimos opositores.

Estando no poder Sidónio Pais foi naturalmente este regime a fornecer os primeiros contributos para a construção de uma narrativa mítica da batalha. Sidónio Pais, à semelhança do que tinha feito Afonso Costa, utilizará o C.E.P. como um instrumento de política interna. Mas se, para Afonso Costa, o C.E.P. era a face visível da «obra» da República, uma demonstração da unidade e vitalidade nacionais, Sidónio Pais usará o C.E.P. como um exemplo patriótico de sacrifício, *“(…) importante na regeneração nacional que o regime sidonista iria encetar não em função das razões porque tinha sido enviado para França, mas sim porque era composto de homens corajosos e patrióticos que lutavam exclusivamente pela Pátria. Esses homens tinham sido enviados para uma guerra que não era a deles por um governo corrupto, disposto a negociar com sangue português: mas, vendo-se no campo de batalha, mesmo que contra sua vontade, lutavam apenas para manter imaculada a honra de Portugal.”*¹⁵³

O C.E.P. apesar de «desaparecido» da imprensa, em particular no seguimento de La Lys, o que permitirá ao regime, por um lado, controlar os focos de contestação relacionados em particular com a questão do *roulement* e, por outro, ter mais tempo para criar a narrativa de La Lys, reemerge publicamente em duas situações distintas.

¹⁵³ Idem, *Ibidem*, págs. 228 e 229.

A primeira, com a chegada dos navios vindos de França com os soldados feridos e a que Sidónio Pais fazia questão de assistir, como, por exemplo a 11 de Abril.¹⁵⁴ Quando o Chefe de Estado não estava presente, ali se encontravam membros do governo, como a 22 de Maio de 1918. Nesse dia estiveram presentes os Secretários de Estado da Guerra e da Marinha, respectivamente, o Tenente-Coronel Amílcar Abreu e Mota e o Capitão-Tenente José Carlos da Maia, que assistiram à chegada de 235 praças que vinham de licença e que, “(...) *apesar de toda a fadiga, teem uma esplendida aparência.*”¹⁵⁵ Mas o C.E.P. que regressa não é o mesmo que partira: se em 1917 os navios levavam o «orgulho» da República, o regresso dos soldados era retratado agora como o retorno à pátria donde nunca deviam ter saído.

A segunda, era nas cerimónias religiosas de homenagem aos mortos, onde elementos afectos ao regime, quando não bastas vezes o próprio Sidónio Pais, faziam questão de marcar a sua presença. Para corroborar esta afirmação apresentamos os seguintes exemplos. A missa na Igreja de S. Nicolau, em Lisboa, realizada no primeiro de Fevereiro de 1918, por alma dos mortos portugueses no conflito, onde estiveram presentes pela primeira vez na curta história da República membros do governo em representação do Estado.¹⁵⁶ A missa de Requiem celebrada na Sé de Lisboa no dia 15 de Maio, novamente pelos mortos portugueses na Grande Guerra, a que assistiu o Presidente da República, Sidónio Pais, que, segundo *O Século*, “*teve enorme concorrência, revestindo grande solenidade (...)*”.¹⁵⁷ E, finalmente, no dia 24 de Novembro realizou-se um *Te Deum* na Basílica da Estrela que celebrou a vitória dos aliados na Guerra e que voltou a contar com a presença de Sidónio Pais, de membros do governo, corpo diplomático e altos funcionários.¹⁵⁸

Estas cerimónias simbolizaram também o regresso da Igreja ao espaço público e marcaram uma importante etapa na regularização das relações entre a República e a Igreja que tivera como pedra de toque durante o sidonismo a revisão da Lei da Separação através da publicação do Decreto nº 3.856. O Decreto, que no seu preâmbulo começa por reconhecer que foram cometidos «erros» e «exageros» na Lei de Separação, decreta, entre outras coisas, a liberdade de celebrar publicamente as cerimónias religiosas (artº.2º); a cedência dos templos e dos objectos neles contidos pertencentes ao Estado novamente à Igreja sem quaisquer custos (artº.5º) ou a renúncia do Estado em controlar o ensino da teologia (artº.6º).¹⁵⁹ Todo este

¹⁵⁴ Consultar Anexos, imagem VI.

¹⁵⁵ *O Diário de Notícias* de 22 de Maio de 1918, pág.1.

¹⁵⁶ Consultar Anexos – Imagem VII.

¹⁵⁷ *O Século* de 16 de Maio de 1918, pág.1.

¹⁵⁸ Consultar anexos – Imagem VIII.

¹⁵⁹ Decreto nº 3.856, *Diário do Governo*, 1ª Série, nº 34 de 23 de Fevereiro de 1918.

processo de regularização, que enfurecia os democráticos, ficou concluído com o reatamento das relações diplomáticas com a Santa Sé.

Após a queda do Sidonismo, os governos seguintes apropriaram-se da narrativa de La Lys e acrescentaram-lhe outros elementos, de forma a alcançar a tão pretendida «unidade nacional» em torno da intervenção na guerra. Por motivos opostos (guerristas e antiguerristas) desejavam esconder culpas próprias e estavam ansiosos por apontar as alheias. Desta forma, se a ala sidonista capitalizara La Lys apostando nas celebrações do «culto dos mortos» e na publicitação do regresso dos soldados de modo a secundarizar a questão da falta de rotatividade dos efectivos do Corpo Expedicionário na Flandres, já os sectores apoiantes da intervenção na guerra nunca se referirão às falhas detectadas no treino das tropas, às dificuldades no transporte das mesmas, e às mais diversas contrariedades que marcaram toda a «aventura» do C.E.P. na Flandres.

A responsabilidade das «desgraça» de La Lys tornou-se, a partir daí, mais um pomo de discórdia entre intervencionistas e anti-intervencionistas, uma ferida aberta que tanto um como outro farão questão de lembrar nas datas comemorativas através da sua imprensa, como veremos mais adiante. Mas esta discordância não impediu que ambos tivessem trabalhado consciente e diligentemente na construção do mito nacional de La Lys, que forneceria “(...) o *corpus necessário para a edificação de uma memória oficial de guerra, centrada no culto dos heróis mortos sacrificados e regeneradores da pátria, permitindo um relativo consenso em contexto de crise do pós-guerra.*”¹⁶⁰

Nas próximas páginas procurarei explicitar o papel que uma parte da imprensa escrita desempenhou nesta mitificação, em particular entre os anos finais da República e a primeira década do Estado Novo, até 1940, anos cruciais para a formação do mito.

¹⁶⁰ CORREIA, Sílvia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial 1918-1933. Entre a experiência e o mito*, Dissertação de Doutoramento em História Política e Institucional Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, pág. 259.

O «mito» começa a construir-se no rescaldo da batalha

Em primeiro lugar, é necessário afirmar que, inicialmente, as notícias de La Lys surgem na imprensa de forma muito mitigada e fragmentada. Tal ficou a dever-se a três grandes razões: em primeiro lugar, a extraordinária dificuldade dos jornalistas em aceder a informações em tempo de guerra; em segundo lugar, a natural relutância que militares e políticos têm em dar más notícias. Finalmente, porque por esta altura vigorava em Portugal a censura prévia criada pelo Lei n.º 495 de 28 de Março de 1916, apenas revogada em Fevereiro de 1919 durante o Ministério de José Relvas, e que, no seu artigo 2º defendia a necessidade de eliminar toda a informação ou boato que causasse o alarme na opinião pública.¹⁶¹ Naturalmente a divulgação de uma derrota militar enquadrar-se-ia nesta disposição.

Por isso quando no dia 10 de Abril de 1918 *A Lucta* reportou as primeiras notícias da batalha, na segunda página, sob o título “um violento combate na frente portuguesa”, a informação era escassíssima. No artigo podia ler-se um comunicado oficial que afirmava laconicamente o seguinte: *“Esta manhã, depois de violento bombardeamento das nossas posições, desde o canal de La Bassée até às proximidades de Armentières, importantes forças inimigas atacaram as tropas britânicas e portuguesas que defendiam este sector da nossa linha.(...)”*

Depois de um combate que durou todo o dia, o inimigo conseguiu fazer recuar no centro as tropas portuguesas e n’uma das alas as tropas britânicas até Lys (...).¹⁶²

Neste mesmo dia *A Capital* assinala em última hora, na segunda página, que decorrem violentos confrontos no sector português e repete o comunicado oficial referido anteriormente.¹⁶³

No dia seguinte surge o primeiro relato n’*O Século*, que mostra a cópia do comunicado avançado pela *Lucta* e pel’*A Capital*, do dia anterior, mas com uma novidade importante, o jornal dá-lhe destaque de 1ª página.¹⁶⁴

Nesse dia *A Lucta* refere na segunda página o recuo das tropas portuguesas na zona do Lys mas descreve-o como um movimento perfeitamente organizado e inevitável perante a pressão do inimigo. Mais à frente, o mesmo artigo notícia os louvores que o comportamento do exército português mereceu dos nossos aliados estrangeiros.¹⁶⁵ Na falta de informações concretas, começam a esboçar-se desde já dois elementos centrais da narrativa: por um lado, a

¹⁶¹ Lei n.º 495, Diário do Governo, Iª Série, n.º 59 de 28 de Março de 1916.

¹⁶² *A Lucta* de 10 de Abril de 1918, pág. 2.

¹⁶³ *A Capital* de 10 de Abril de 1918, pág. 1.

¹⁶⁴ *O Século* de 11 de Abril de 1918, pág.1.

¹⁶⁵ *A Lucta* de 11 de Abril de 1918, pág. 2.

superioridade do inimigo tornara impossível a manutenção da frente obrigando a um recuo estratégico das nossas tropas – e não uma retirada e muito menos uma derrota –, e, por outro, é realçada a demonstração de valentia, de coragem e de sacrifício dos soldados portugueses que resistiram aguerridamente até ao limite das suas forças.

No dia seguinte, 12 de Abril, o *Diário de Notícias* para além de realçar estes aspectos atrás mencionados, segue uma linha editorial muito parecida com a de *A Lucta* do dia anterior. Recorda os louvores dados pelos nossos aliados vistos como a prova irrefutável e imparcial do bom desempenho das nossas tropas (o que no caso de uma derrota raramente é um bom sinal), e cita uma afirmação do jornal britânico “*The Times*” que fizera um caloroso elogio das nossas tropas, dizendo mais à frente que a presença portuguesa “(...) é o melhor exemplo da valente resolução desta pequena nação de desempenhar o seu papel nesta grande luta (...)”¹⁶⁶. No último parágrafo desta notícia deparamo-nos com uma novidade: a primeira referência, ainda que de forma genérica e sem mencionar números, às baixas em combate: “*Um destacamento de Infantaria portuguesa manteve-se no seu posto enquanto teve munições. O Comandante recusou-se retirar-se e os portugueses resistiram até ao momento em que a infantaria alemã carregou à baioneta. Infelizmente, poucos desses homens sobreviveram ao seu heroísmo.*”¹⁶⁷ Surge aqui, pela primeira vez, outro elemento que central da narrativa: a resistência heróica até à última bala, até ao último homem.

Já *O Mundo* desse mesmo dia faz um resumo da batalha, mas em contraste com os restantes, dá enorme destaque ao papel que a política interna desempenhara no desfecho da batalha. Desta forma na 1ª página surgem artigos que criticam duramente a condução política da guerra feita pelos dezembristas que realçam duas questões em particular. Num estilo grandiloquente o diário aborda, em primeiro lugar, a questão da falsa «unidade nacional». Segundo ele, «irrompeu» no Governo, neste últimos dias, antecipando desde já as más novas de La Lys, “ (...) o apagão da concordia. (...) Por este ajuizado geito proclamam e afirmam os actuais detentores e seus auxiliares. E completando o pensamento, avigorando-lhe as linhas e melhor o definindo, concitam o apagamento dos odios pessoais, ao esquecer de dissensões e ao remate do regime de terror.”¹⁶⁸ Em segundo lugar, fala da debatidíssima questão do roulement, lançando o dedo acusatório: “*Quando se suprimiu a remessa, a caminho do «front», de tropas de reserva? Quando se instalou no exercito o tifo exantematico? Quando se deixou sem possibilidade de serem substituídos, na linha de batalha, á falta de forças frescas, os bravos que*

¹⁶⁶ *Diário de Notícias* de 12 de Abril de 1918, pág.1.

¹⁶⁷ *Idem*, pág.1.

¹⁶⁸ *O Mundo* de 12 de Abril de 1918, pág.1.

a *guarnecem?*”¹⁶⁹ Quatro dias após o sucedido já *O Mundo* montava a sua linha de ataque ao sidonismo acusando-o de ser o causador da derrota e de querer «encobrir» as suas responsabilidades num falso manto de «união» em torno dos mortos e dos feridos de La Lys.

No dia 13, surge no *Diário de Notícias* a nota oficiosa da batalha redigida pelo General Tamagnini que resumia os acontecimentos em traços largos. Neste relato descortinam-se alguns dos traços distintivos que marcarão os relatos de La Lys daqui para a frente: são mencionadas as questões da superioridade numérica dos alemães, e o papel que as condições climatéricas, nomeadamente o nevoeiro, desempenharam na forma como as tropas portuguesas foram surpreendidas pelas forças alemãs; mas, acima de tudo, é realçada a coragem dos nossos soldados e a forma denodada como cumpriram a sua missão. Sem surpresa, não são referidos a falta de rotatividade das tropas, o cansaço e o abatimento moral do C.E.P. nem a importância que estes factores tiveram no desfecho da contenda. No último parágrafo diz-se, de forma telegráfica, que as perdas humanas e em material seriam comunicadas assim que existissem pormenores fidedignos.¹⁷⁰

No mesmo dia *O Século* opta por adjectivar o que se passara na Flandres como “A *epopéa portuguesa em França*”.¹⁷¹ Num texto pungente, cheio de elogios aos soldados portugueses que combatem “nas terra húmidas e nevoentas da França” não é referido em nenhum momento qualquer baixa dos portugueses, facto que não inibiu o jornalista de afirmar, por um lado, que os alemães haviam sofrido enormes perdas humanas durante a ofensiva e, por outro, que os objectivos militares delineados pelo Alto-Comando Alemão tinham falhado por completo. Começa a formar-se, ainda que de forma muito embrionária, outro elemento importante do mito de La Lys: a afirmação da importância estratégica que a resistência portuguesa está a ter na frustração dos objectivos militares alemães. A batalha está ser dura e violenta, mas a vitória alemã está fora de causa.

Ainda a 13 *A Lucta* apresenta na 1ª página uma lista detalhada das perdas portuguesas no *front*, mas, respeitantes ao mês de Março. No canto inferior direito surge o já citado comunicado do General Tamagnini.¹⁷²

Neste mesmo dia *A Capital* traz para a primeira página num artigo intitulado, “As tropas portuguesas em França”, a questão da substituição dos nossos militares, afirmando que “(...) o estado das nossas tropas em França reclama uma assistência material, e também moral (...)”.¹⁷³

¹⁶⁹ Idem, pág.1.

¹⁷⁰ *Diário de Notícias* de 13 de Abril de 1918, pág.1.

¹⁷¹ *O Século* de 13 de Abril de 1918, pág.1.

¹⁷² *A Lucta* de 13 de Abril de 1918, pág.1.

¹⁷³ *A Capital* de 13 de Abril de 1918, pág.1.

Mais à frente o diário, lamentando a total falta de informações oficiais sobre o desenlace da batalha, lança um desafio às «altas esferas dirigentes» pedindo-lhes que se publiquem “(...) os relatórios dos últimos combates e «quanto antes» as listas de baixas que há algum tempo estão retidas no ministério da guerra.”¹⁷⁴, uma vez que o povo português é “(...) suficientemente nobre para não se deixar abater pelas notícias de revezes, ainda os mais fortes, (...)”.¹⁷⁵

Todavia, no dia seguinte o mesmo jornal adopta um tom mais consensual preferindo destacar a admiração que os nossos aliados sentiam pelo desempenho dos nossos soldados e como até os inimigos nos «admiravam».

Continuando a 13, *O Mundo* dedica toda a 1ª página ao manifesto de João Chagas onde o estadista resume brevemente a história mais recente de Portugal entre o final da Monarquia e a intervenção portuguesa na guerra. Aqui encontramos plasmados os princípios que sempre defendera: a influência da revolução francesa no pensamento republicano português; a defesa denodada da intervenção portuguesa na guerra; as críticas ao imperialismo alemão e o ataque cerrado a todos os opositores à intervenção. Se na intimidade do seu *Diário* o pessimismo é evidente, levando-a temer, acima de tudo, um desastre militar que seria igualmente “(...) o malogro de todas as nossas esperanças de gloria para o nosso país”¹⁷⁶ e, que a verificar-se, se deveria, sem dúvida, às tendências germanófilas de muitos oficiais, chegando a suspeitar de traição, pois “(...) pelo conhecimento que tenho da mentalidade de muitos portugueses que servem na França, se não foi d’entre elles que partiu o aviso que facilitou o ataque fulminante (...)”¹⁷⁷, publicamente, João Chagas continua a defender as vantagens para Portugal da intervenção no conflito.

Fruto do destaque dado a este manifesto, o comunicado do General Tamagnini é remetido para uma pequena coluna na segunda página. A 15 o mesmo diário consagra grande parte da 1ª página a um relato de La Lys apelidando-o “*Na Grande Batalha*”. Nestes parágrafos, o repórter recorda brevemente as razões da intervenção portuguesa na guerra, reafirmando a ideia de que Portugal entrara no conflito, entre outros motivos, para defender a liberdade lutando ao lado das democracias, - um tema sempre muito caro aos democráticos -, concluindo com um apelo poético às mães e noivas de Portugal para que se preparem para o pior.¹⁷⁸ Apesar desta

¹⁷⁴ Idem, pág.1.

¹⁷⁵ Idem, pág.1.

¹⁷⁶ CHAGAS, João, *Op.Cit.*, Vol. III, p. 49.

¹⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 57.

¹⁷⁸ No jornal *O Mundo* de 13 de Abril de 1918 podemos ler a determinado momento “*Mulheres da nossa terra, que vos não desnacionalisastes, cujos corações pulsam com o da trigueira terra portuguesa, mães amantíssimas, que tendes lá vossos filhos, noivas que pensais no noivo distante, entrelaçai com loiro e rosas dos jardins de Portugal côroas para os herois que, pensando em vós e na Pátria, tombam na batalha formidável em que defendem a Pátria.*”

mensagem sibilina sobre o expectável elevado número de baixas, em mais nenhuma linha do texto é referida qualquer estimativa, com apenas uma notável excepção: na página 2 encontramos um pequeno parágrafo que informa os leitores dos ferimentos sofridos por Jaime Cortesão, apelidado de “*Ilustre Republicano*”, enquanto desempenhava a sua missão de médico.

Quase uma semana após La Lys, a 15, *A Lucta* num artigo intitulado “*A victoria*”, informa os seus leitores que, ao contrário do que se julga, os últimos avanços alemães não se traduziram numa vitória das potências centrais, mas que, pelo contrário, os aliados estão a conseguir responder a esses ataques. Segundo o jornal os alemães tinham sido “(...) *contrariados ou batidos, em linguagem militar, pelos aliados* (...)”¹⁷⁹. Ressurge aqui, mas com outra intensidade, a ideia veiculada pel’*O Século* dois dias antes. La Lys não significara, de forma alguma, uma derrota, bem pelo contrário. Apanhados de surpresa, as tropas portuguesas e aliadas procederam, num primeiro momento a um recuo estratégico. Mas graças ao sacrifício, à coragem e à valentia de ambas, o avanço alemão fora travado e está a decorrer uma enorme contra-ofensiva que levará à vitória na guerra.

No dia 16, *O Mundo* dava as primeiras informações de baixas. Os oficiais, entre mortos, desaparecidos e prisioneiros, teriam tido 200 baixas. Entre os soldados estimava-se as perdas, para as mesmas situações, em cerca de 1/3 dos efectivos das três brigadas.¹⁸⁰

Em relação a esta questão, *O Século* publica no dia 23 de Abril a lista de mortos, feridos e prisioneiros entre Março e 19 de Abril (portanto já contando com La Lys), mas os números estão claramente subestimados, e são completamente diferentes dos apresentados pel’*O Mundo*. Uma contagem dos dados fornecidos pelo *Século* permite-nos construir o seguinte quadro: ¹⁸¹

	Mortos	Feridos	Prisioneiros a)	Desaparecidos
Oficiais	2	1	3	
Alferes	2	5		
Sargentos	3			
Soldados	11	114		74

a) Segundo o artigo muitos dos desaparecidos foram feitos prisioneiros

Fonte: Jornal *O Século* de 23 de Abril de 1918.

¹⁷⁹ *A Lucta* de 15 de Abril de 1918, pág.1.

¹⁸⁰ *O Mundo* de 16 de Abril de 1918, pág.1.

¹⁸¹ *O Século* de 23 de Abril de 1918, pág.1.

No dia 18 de Abril *A Lucta* dá destaque de 1ª página ao artigo “O corpo expedicionário” assinado por Ginestal Machado.¹⁸² Neste texto o autor aborda o tema do *roulement*, mas ao contrário dos democráticos entende que foi justamente o ministério de Sidónio Pais quem mais fez para resolver a questão. Segundo o autor, “Quando se foi para a guerra, no que se pensou, esta é a triste verdade, foi apenas em para ela ir, e como se, ao lá se chegar, logo a guerra viesse a seu termo.”¹⁸³ O autor considera, desta forma, que a culpa da actual situação repousa inteiramente nos democráticos que sempre se bateram pela entrada de Portugal na guerra, mas que, posteriormente, não asseguraram as condições necessárias para um bom desempenho do C.E.P. no teatro de guerra europeu. Essa falta de preparação fora a grande responsável pela falta de rotatividade das tropas, pelo cansaço e pelo desânimo, que, em última análise, estiveram na génese da derrota de La Lys. Este artigo sintetiza de forma clara as principais críticas que os antigueristas sempre fizeram aos apoiantes da intervenção na guerra europeia.

A leitura dos jornais dos dias e semanas seguintes à batalha permite-nos concluir que estão já formados os elementos fundamentais que caracterizarão, a partir daí, o mito de La Lys. Estes elementos são: a) a desproporção de forças em combate em desfavor dos portugueses; b) as más condições climáticas (o nevoeiro denso) que dificultaram a resposta militar portuguesa; c) a valentia, o espírito de sacrifício e a «raça» demonstrados pelos soldados portugueses, louvada pelos nossos aliados; d) o recuo das tropas fora uma decisão estratégica (nunca uma retirada, e muito menos uma derrota), que permitira a preservação da estabilidade da frente de guerra e o lançamento da contra-ofensiva.

Sem surpresas, as questões polémicas da participação portuguesa, como a preparação do contingente português ou o *roulement* estão mais presentes nos jornais mais politizados (*A Lucta* e *O Mundo*). Estes não esquecem as divisões e as querelas políticas e projectam-nas mesmo na narrativa de La Lys. Mas o sentimento de unanimismo em torno do esforço, do sacrifício e da raça (expressões cada vez mais presentes nas notícias) patenteados pelos nossos soldados torna-se dominante.

¹⁸² Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi professor em Angra do Heroísmo entre 1898 e 1904 e a partir dessa data professor de História em Santarém. No campo político foi filiado nos partidos Unionista e Liberal, tendo posteriormente aderido ao partido Nacionalista do qual foi presidente. Várias vezes deputado integrou o 31º Ministério liderado por Barros Queiróz como Ministro da Instrução entre 24 de Maio e 30 de Agosto de 1921. No 32º Ministério de António Granjo foi novamente Ministro da Instrução entre 30 de Agosto e 19 de Outubro de 1921. A última passagem pela governação aconteceu no 39º Ministério liderado por si que acumulou com a pasta do Interior entre 15 de Novembro de 1923 e 18 de Dezembro desse ano. Retirou-se da política em 1926.

¹⁸³ *A Lucta* de 18 de Abril de 1918, pág.1.

A celebração do «9 de Abril» nos anos finais da República (1919-1926)

O período que medeia entre o fim da guerra e o 28 de Maio de 1926 assiste a mudanças políticas significativas no campo republicano. A mais visível de todas é a mudança nas lideranças dos partidos Democrático, Unionista e Evolucionista com o afastamento da 1ª linha do combate político das principais figuras do republicanismo português, nomeadamente Afonso Costa, (exilado em Paris) António José de Almeida (eleito Presidente da República em 1919) e Brito Camacho, (escolhido em 1921 para Alto Comissário da República em Moçambique). Mas mais importante ainda é a reformulação do espaço político-partidário com a formação de novos partidos.

No espectro da direita republicana surge o Partido Liberal Republicano, fruto da união dos antigos partidos Unionista e Evolucionista. À esquerda, no campo democrático, os desentendimentos levam a várias cisões que conduzem à criação do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, sob a liderança de Álvaro de Castro (nos inícios de 1920), que em 1923 se fundirá com o Partido Liberal, e em 1925, a separação do grupo parlamentar da Esquerda Democrática que culminará na fundação do Partido Republicano da Esquerda Democrática, liderado por José Domingues dos Santos.

Do ponto de vista da governação podemos dividir estes anos em três grandes períodos. O primeiro que vai desde 1919 a 1921, é marcado pelas referidas cisões e fusões partidárias e termina abruptamente com a revolta de 19 de Outubro de 1921 e a «noite sangrenta». O segundo, apelidado do tempo dos «bonzos», entre 1922 e 1923, é uma das mais duradouras experiências governamentais do partido Democrático liderado por António Maria da Silva. O terceiro, até 1925, ficou conhecido pelo tempo dos «canhotos», designação que se deve ao facto dos governos serem liderados por Álvaro de Castro, Rodrigues Gaspar e José Domingues dos Santos, representantes da ala mais esquerdista do Republicanismo.

Durante os anos finais da I República esta “(...) *balanceou entre um multipartidarismo de partido dominante (...) e a ansiada emergência, por sectores que se não reconheciam no Partido Democrático, de um partido ou bloco alternante das direitas conservadoras. Ou, em alternativa ainda, de um partido da esquerda democrática, capaz de representar o povo miúdo (...)*”¹⁸⁴. Incapaz de atingir a estabilidade política, de resolver o problema financeiro e de controlar a «rua» a I República cai a 28 de Maio de 1926.

¹⁸⁴ ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda, (Coordenação), *Op.Cit.*, pág. 476.

Com o fim do sidonismo e a ascensão dos democráticos ao poder nos inícios de 1919 e restaurada a liberdade de imprensa, o 1º aniversário da batalha de La Lys foi celebrado na imprensa portuguesa com amplo destaque.

O Mundo, como vimos, sempre tão crítico em relação à condução da guerra por parte de Sidónio Pais, com o partido democrático de novo no poder, remete para segundo plano a questão política e concentra-se na celebração dos heróis. Quase toda a 1ª página de 9 de Abril de 1919 é dedicada à memória do conflito, com destaque para uma imagem onde se observa um soldado português moribundo repousando nos braços da «Glória» e empunhando a bandeira nacional.¹⁸⁵ É uma representação particularmente eficaz e que pretende transmitir uma mensagem muito clara: o sacrifício glorificador dos soldados portugueses teve como objectivo último a manutenção da pátria republicana. A acompanhar esta imagem encontramos textos que são autênticas elegias à batalha, comparada já a uma «epopeia». No primeiro aniversário da batalha *O Mundo* atribuía já aos combatentes de La Lys a categoria de «imortais», e de «exemplo» para as gerações futuras. O seu sacrifício é comparado ao esforço relatado nas estrofes dos *Lusíadas*, transformando os soldados do C.E.P. nos continuadores da «raça» lusitana.¹⁸⁶ Ao arrepio do passado recente, não encontramos nesta edição qualquer preocupação em explicar o acontecimento ou em denunciar os seus pretextos. O único intuito do diário nesta data é o de elevar a batalha à categoria de «lenda» nacional.

Embarcando no clima de «*acrisolado patriotismo*» *A Capital* reserva toda a 1ª página a um desenho intitulado de “*A cruzada dos povos*”, onde a República surge de mãos dadas com as potências aliadas (nomeadamente a Grã-Bretanha e a França, que ocupa, de resto o lugar central no desenho, representando dessa forma a importância crucial que a frente ocidental teve no desfecho da guerra) num esforço conjunto para derrubar o imperialismo alemão e austríaco, representados por duas águias cercadas de soldados aliados.¹⁸⁷ Na segunda página, num artigo intitulado «A participação na guerra», o periódico reitera o apoio que sempre dera à participação portuguesa no conflito, mesmo “(...) *atravessando épocas de maior incerteza e arrostando*

¹⁸⁵ A bandeira republicana, escolhida após concurso nacional, opta por uma combinação de tradição (a esfera armilar, os dinheiros e os Castelos) e novidade (o verde e o vermelho), as cores do Partido Republicano Português. A nova bandeira, rompe, portanto, com as tradicionais cores azul e branca (presentes desde a fundação da nacionalidade), associadas à monarquia e ao clero. A ida dos soldados portugueses para o conflito europeu, marcou a «estreia» internacional das novas cores nacionais. Não é portanto, fortuita a associação constante que a imprensa faz entre os soldados e a nova bandeira nacional, transformando a sua matriz essencialmente republicana num símbolo verdadeiramente nacional e agregador. Se quisermos usar o conceito de Hobsbawm, a bandeira nacional torna-se uma «tradição inventada». Consultar Anexos, Imagem I.

¹⁸⁶ *O Mundo*, de 9 de Abril de 1919, pág.1.

¹⁸⁷ Consultar Anexos – Imagem IX.

hostilidades, (...)”¹⁸⁸. A data para *A Capital*, deve comemorar, simultaneamente, o heroísmo português e a “(...) consagração, pela glória, da atitude que Portugal tomou perante o conflito europeu (...)”¹⁸⁹

A República no dia 9 dedica uma grande parte da 1ª página ao aniversário de La Lys. Seguindo o estilo laudatório do *O Mundo* e da *A Capital*, o jornal embarca na «onda» patriótica e considera o “(...) 9 de Abril uma esplendida afirmação da vitalidade do povo português. Mais uma página de História, mais uma página de sofrimento. (...)”¹⁹⁰ Todavia, este sofrimento era redentor, uma vez que recolocava as qualidades guerreiras dos portugueses, “(...) que Napoleão celebrou e de quem Wellington escreveu «que nenhum outro o excedia em tenacidade e valor» (...)”¹⁹¹ no lugar devido.

No fundo, o artigo retoma uma das teses centrais da narrativa de La Lys: a transformação de uma derrocada militar numa manifestação pública de apreço pela bravura e valentia das nossas tropas, que, apesar de avassaladas por uma esmagadora superioridade inimiga, haviam combatido digna e galhardamente.

Nesse mesmo dia, o *Diário de Notícias*, num estilo sempre mais reservado, apresenta com grande destaque duas obras do pintor Sousa Lopes: o “9 de Abril de 1918” e um trecho de “A rendição”.¹⁹² O jornal fornece uma breve descrição da batalha e dá grande destaque à subscrição realizada pelo jornal a favor dos prisioneiros de guerra portugueses, que já teria rendido mais de 100 contos.¹⁹³

O contraste entre os três primeiros jornais e o *Diário de Notícias* é total. *O Mundo*, *A Lucta* e *A República*, jornais representativos das principais famílias políticas republicanas, optam por louvar o esforço dos nossos soldados, transformando-os em heróis. Já o *Diário de Notícias* prefere uma abordagem mais «desapaixonada» do tema optando por destacar a situação que os soldados portugueses vivem em cativeiro. Uns glorificam os mortos, o outro preocupa-se com os vivos.

No jornal *O Século*, a data é celebrada de forma completamente diferente, pois fugindo ao clima de «exaltação patriótica nacional», o jornal prefere destacar o acaso feliz de neste mesmo dia se anunciar na conferência de paz em Paris a conclusão dos preliminares do

¹⁸⁸ *A Capital*, de 9 de Abril de 1919, pág. 2.

¹⁸⁹ *Idem*, pág. 2.

¹⁹⁰ *A República* de 9 de Abril de 1919, pág.1.

¹⁹¹ *Idem*, pág.1.

¹⁹² Consultar Anexos, Imagem V.

¹⁹³ *Diário de Notícias*, de 9 de Abril de 1919, pág.1.

acordo.¹⁹⁴ Com este anúncio pôs-se fim à espera nervosa que durava há quase cinco meses. Entendia o jornal que a assinatura definitiva da paz era a melhor homenagem que se podia prestar “(...) *aqueles portugueses que, para dar a Portugal, o seu quinhão no grande triunfo pela Pátria, souberam combater, vivendo ou morrendo!*”¹⁹⁵ No dia seguinte o mesmo periódico dá destaque de 1ª página à data com direito a fotografia do Chefe de Estado Canto e Castro à entrada para o Teatro Nacional onde decorrerá a sessão solene de celebração do 9 de Abril. Na sala, completamente cheia e engalanada de bandeiras aliadas, discursaram vários oficiais portugueses que realçaram a coragem e a valentia da «raça» portuguesa e o prestígio que a intervenção na guerra trouxera ao nosso país. Dos diários analisados, o jornal *O Século* é aquele que atribui menos espaço à efeméride na 1ª página – que partilha com a questão dos preliminares da paz discutidos em Paris – e o que usa uma linguagem mais fleumática no tratamento da notícia.

No dia 10 *A Batalha*, dedica a primeira referência ao tema, ainda que de forma muito indirecta. Como jornal defensor do operariado português de tendência anarco-sindicalista, prefere realçar a discriminação verificada entre os trabalhadores da Câmara de Lisboa no gozo do feriado decretado para esse ano pela edilidade da capital. Num artigo intitulado “O feriado de ontem”, o 9 de Abril surge apenas como pretexto, pois nesse dia “(...) *Cumpriu-se essa determinação [do feriado] para com a maioria do pessoal camarário, à excepção do da secção de limpeza e regas, que teve de trabalhar, motivo porque na nossa redacção esteve um grupo de operários que ali trabalham, protestando contra o facto.*”¹⁹⁶

Se, porventura se imaginava que o passar do tempo ajudaria a apagar as divergências políticas sobre as questões da intervenção na guerra, em 1920 vemos *O Mundo* chamar a atenção para o «crime».¹⁹⁷ E que crime era esse? O dezembrismo evidentemente. No artigo de 1ª página, o jornalista repete a já habitual litania de La Lys: louva a valentia dos soldados portugueses perante um inimigo muitíssimo superior e enaltece o brio dos nossos militares, mas não se coíbe de apontar como principal responsável pela derrota o movimento dezembrista, apelidando os seus apoiantes de traidores à pátria. Este artigo ressuscita a questão política da guerra e demonstra como permaneciam vivas as velhas divisões e como mesmo após o conflito, “(...) *ao contrário do que se verificou nos demais países aliados, a construção de uma memória de guerra foi muito polémica (...)*”¹⁹⁸.

¹⁹⁴ *O Século* de 9 de Abril de 1919, pág. 1.

¹⁹⁵ *Idem*, pág. 1.

¹⁹⁶ *A Batalha* de 10 de Abril de 1919, pág. 2.

¹⁹⁷ *O Mundo* de 9 de Abril de 1920, pág. 1.

¹⁹⁸ CORREIA, Sílvia, *Op. Cit.*, pág. 231.

A Lucta deste mesmo dia – 9 de Abril de 1920 – opta por uma cobertura mais discreta mas simultaneamente crítica. Embora de forma mais moderada, também se vislumbram reparos à condução política da guerra nomeadamente quando se pedem responsabilidades pelo sucedido: “(...) *sofremos uma derrota, e crêmos bem que valia a pena verificar porque a sofremos, que mais não fosse verificar se não a poderíamos ter evitado.*”¹⁹⁹

De uma forma completamente diferente do que tinha feito no ano anterior, *A Capital* de 9 de Abril de 1920 consagra apenas uma pequena parcela da 1ª página à celebração da batalha, optando por recordar os acontecimentos através de um texto com o título «*A batalha de La Lys – o que viu e ouviu um combatente - rememorando...*»²⁰⁰. Na segunda página encontramos uma referência ao lançamento, pelo Presidente da República, António José de Almeida, da primeira pedra do monumento aos mortos da guerra no jardim das Albertas, situado na freguesia dos Prazeres, muito próximo do Museu Nacional de Arte Antiga.²⁰¹

No *Diário de Notícias* sob o título “*9 de Abril de 1918 data em que os portugueses escreveram em sangue nas planícies da Flandres*”,²⁰² o jornal opta por um discurso mais consensual. As questões mais polémicas da guerra estão ausentes, sendo referida, ao invés, a necessidade de guardar a memória daqueles que lutaram e morreram pela Pátria (e não apenas os de La Lys). Além deste «recado», quase toda a 1ª página é dedicada às mensagens de louvor enviadas pelo Presidente da República, António José de Almeida, e pelos altos responsáveis dos países aliados, tais como o Rei Alberto da Bélgica, ou os ministros Carnegie e Martin, respectivamente do Reino Unido e da França. Mais para o interior do corpo do jornal, na terceira página, encontramos um artigo sobre a batalha, neste caso uma entrevista a um mutilado de guerra, o 1º Sargento Rodrigues da Costa, que sem surpresa, reafirma a resistência enorme demonstrada pelos soldados portugueses que nesse dia “(...) *fizeram prodígios de valor* (...)”²⁰³

No dia seguinte, 10 de Abril de 1920, o mesmo jornal e *O Século* optam por chamar o tema de novo à 1ª página mas desta vez para relatarem a forma como a data fora celebrada publicamente, em particular na capital. Ambos realçam a presença massiva dos «poderes do Estado» e do povo, em particular de inúmeros combatentes de La Lys no Jardim das Albertas (a partir daí chamado «9 de Abril»), por altura do lançamento da 1ª pedra do monumento de homenagem aos soldados portugueses. A cerimónia apelidada de «imponente», fora abrilhantada pela chegada da comitiva automóvel que transportara o Presidente da República

¹⁹⁹ *A Lucta* de 9 de Abril de 1920, pág.1.

²⁰⁰ *A Capital* de 9 de Abril de 1920, pág.1.

²⁰¹ *Idem*, pág. 2.

²⁰² *Diário de Notícias* de 9 de Abril de 1920, pág.1.

²⁰³ *Idem*, pág. 3.

precedida por um esquadrão de Cavalaria da Guarda Republicana. O acontecimento terminara com um discurso de António José de Almeida “(...) *interrompido com vivas à Pátria, ao Exército e à Marinha*.”²⁰⁴

Neste ano *O Século* volta a ser, dos jornais analisados, aquele que dedica menor atenção ao aniversário da batalha. Apesar disso, não se coíbe de considerar o 9 de Abril como “(...) *a pagina mais fulgurante, a data mais gloriosa, a expressão mais alta e mais nobre da valentia de uma raça*.”²⁰⁵ Mesmo de forma abreviada, o diário também procura glorificar a data, ao mesmo tempo que pretende amenizar as velhas querelas que dividiram a sociedade portuguesa, afirmando ser “(...) *inútil recordar as razões que nos levaram á França* (...)”,²⁰⁶ devendo as atenções de Portugal e dos portugueses estarem centradas, ao invés, na fidelidade que devemos aos nossos aliados.

No ano de 1921,²⁰⁷ as comemorações do 9 de Abril vão atingir o expoente máximo até então com a consagração dos túmulos dos soldados desconhecidos (um vindo de África e outro de França) no Mosteiro da Batalha e com a declaração de feriado nacional nesse ano. À semelhança do que sucedera noutros países beligerantes, também Portugal adere a esta forma de celebração dos mortos da Grande Guerra, com uma diferença todavia substancial: as comemorações vão decorrer não a 11 de Novembro (data do Armistício) mas sim a 9 de Abril. De facto, “(...) *ao longo dos primeiros anos do pós-guerra definiu-se e delineou-se o 9 de Abril como a principal jornada das comemorações da Grande Guerra* (...)”²⁰⁸, permitindo a construção de uma memória de guerra consensual centrada no sacrifício dos soldados e no culto dos heróis.

Antecipando a espectacularidade das celebrações, *A Batalha*, demarca-se do clima de «exaltação patriótica» que marcará seguramente os próximos dias, e no dia 6 de Abril publica um artigo amargurado e acusador de 1ª página intitulado “*O Soldado desconhecido*”. Começando por sublinhar que se trata justamente de um desconhecido, o jornal alerta para a possibilidade de podermos estarmos na presença de uma pessoa de “(...) *excelente carácter, um idealista simpático, um ótimo pai, um marido extremoso* (...)”²⁰⁹, mas também de podermos estar a homenagear um “(...) *simples criminoso, sem moral, sem amor pelo próximo, (...)*”.²¹⁰ Na opinião do periódico a transformação do indivíduo-soldado num símbolo nacional não passa de uma estratégia, elaborada pelos vários governos beligerantes, que pretende confundir o povo e

²⁰⁴ *O Século* de 10 de Abril de 1920, pág.1.

²⁰⁵ *O Século* de 9 de Abril de 1920, pág.1.

²⁰⁶ *Idem*, pág.1.

²⁰⁷ Neste ano de 1921 o jornal *A Lucta* esteve suspenso entre Janeiro e Maio, razão pelo qual não é referido.

²⁰⁸ CORREIA, Sílvia, *Op.Cit.* pág. 240.

²⁰⁹ *A Batalha* de 6 de Abril de 1921, pág.1.

²¹⁰ *Idem*, pág.1

fazê-lo esquecer das consequências nefastas do conflito. Mais à frente, o artigo usa o tema da luta de classes, a propósito da questão da guerra: “(...) *A burguesia festeja agora um indivíduo que foi defender, na Grande Guerra, a soberania da casta capitalista, o preconceito, a restrição das liberdades populares, a desigualdade económica, a exploração do rico sobre o pobre.*”²¹¹ Por isso, *A Batalha* não participará, nem apoiará esta celebração pois, “(...) *quem está de parte, como nós, pode apreciar o ridículo de tudo isto.*”²¹² Mas o artigo não fica por aqui. Às acusações de uma guerra injusta levada a cabo para defender os interesses da burguesia e do capitalismo sucede-se a censura pela miserável situação social vivida pelo povo no pós-guerra. O desequilíbrio económico causado pela mobilização de milhões de «braços válidos»²¹³ provocara o aumento da prostituição e da sífilis; o domínio do «ladrão», do «mentiroso», do «charlatão», do «pantomineiro» e do «padre».²¹⁴ Por todas estas razões, para o jornal não há motivos para festejar, pois o soldado desconhecido é simultaneamente uma vítima e “(...) *o martírio dos povos, que suportam sobre os seus ombros fatigados o peso de uma sociedade bárbara, onde predomina a podridão, o sabre, o roubo e o presídio!*”²¹⁵

No dia 9 de Abril *A Batalha* volta a destoar do unanimismo jornalístico num artigo intitulado “Haja saúde...”. Estranha o periódico que por toda a parte se afadiguem pessoas pelas ruas e que as montras ostentem “(...) *coroas soberbas, com versos alegóricos dos Lusíadas*”²¹⁶ em total contraste com o aumento da carestia de vida e a miséria geral. Ao invés, organizam-se banquetes, festividades sumptuosas e caras e planeiam-se construções monumentais: “(...) *O alimento do povo é pedra, pedra para estátuas. Não se come, contempla-se. (...)*”²¹⁷ Questiona-se mais à frente se a celebração apaga a fome e falta de condições de vida, uma vez que: “(...) *valem mais três notas da Portuguesa do que uma posta de bacalhau com batatas. (...)*”²¹⁸, a falta de casas ou o baixo salário. De novo *A Batalha* não embarca no clima de celebração e de patriotismo e opta por sublinhar as consequências económicas que a guerra acarretou para as classes mais baixas citadinas, em particular para o operariado. De facto, nos anos que se seguiram ao final da guerra assiste-se a um aumento brutal da inflação, que no ano de 1921 atingiu os 56,7% e a um aumento do índice dos preços, que no mesmo ano (com base 100)

²¹¹ Idem, pág.1.

²¹² Idem, pág.1.

²¹³ Idem, pág.1.

²¹⁴ Idem, pág.1.

²¹⁵ Idem, pág.1.

²¹⁶ Idem, pág.1.

²¹⁷ *A Batalha* de 9 de Abril de 1921, pág.1.

²¹⁸ Idem, pág.1.

chegou aos 909.²¹⁹ Explorando habilmente esta situação de grande dificuldade financeira, *A Batalha* estranha que o país tenha disponibilidade para gastar dinheiro em comemorações, festividades e inaugurações de monumentos.

No dia seguinte, *A Batalha* prossegue comentando as celebrações do dia anterior. Num artigo denominado “*O que a guerra nos trouxe – A passagem do cortejo – as forças reaccionárias tiveram ontem um dia deveras excelente*”, o jornal descreve pormenorizadamente os acontecimentos da véspera. Apesar de reconhecer que o cortejo fora presenciado por “(...) *um mar de cabeças, vasto, infinito.*”²²⁰, isso não impede o jornalista de, mais à frente, caracterizar o evento de «ridículo». Num estilo carregado de ironia, o repórter relata a passagem do cortejo destacando três aspectos: por um lado, a impaciência que os espectadores demonstravam pela demora da cerimónia, materializada pelos constantes diálogos e remoques que criavam um “(...) *ruído ininterrupto e confuso.*(...)”²²¹; por outro, a dificuldade que a multidão revelava em reconhecer as principais figuras do Estado e, finalmente, a sua estupefacção com a presença no cortejo de membros do Clero e da Juventude Católica com as características cores azul e branca, esta última «muito ovacionada» pela multidão, logo seguida da Guarda Republicana que fechava o desfile. O artigo termina com o jornalista a abandonar o local enquanto formulava a seguinte pergunta: “(...) *em que regime vivemos? Monárquico ou Republicano?*”²²²

Mais grave do que a falsa pompa o jornal anotava com evidente horror, o regresso público e ostensivo dos monárquicos, ainda que de forma indirecta, através das características cores azul e branca, numa manifestação de cariz republicano e a participação da Igreja nas cerimónias, através do Bispo de Beja, que para cúmulo, fora recebido com palmas entusiásticas, gozara de uma recepção acolhedora da multidão e trocara «gentilezas» com o Presidente da República. Esta aproximação entre Igreja e Estado, que o jornalista ironicamente intitula de «verdadeira união sagrada», é algo que *A Batalha* nunca aprovará, nem entenderá. Em contraste com esta recepção, o jornalista relata com evidente preocupação, a frieza com que os líderes republicanos foram recebidos pelo povo, nomeadamente o Presidente Bernardino Machado, que não mereceu mais do que algumas “(...) *palmas débeis e berros soltos*”²²³, Magalhães Lima “(...) *que ninguém deu pela sua passagem*”²²⁴ ou Afonso Costa “(...)

²¹⁹ TELO, António José, *Primeira República, Vol.II, Como cai um regime*, Editorial Presença, Lisboa, 2011, pág. 107.

²²⁰ *A Batalha* de 10 de Abril de 1921, pág.1.

²²¹ Idem, pág.1.

²²² Idem, pág.1.

²²³ Idem, pág.1.

²²⁴ Idem, pág.1.

mendigando palmas”²²⁵ o que leva o jornalista a afirmar se ainda será verdadeira a afirmação por ele ouvida anteriormente que atribuía ao povo de Lisboa a categoria do «mais republicano do universo».

Mas com a notável excepção d’ *A Batalha*, toda a restante imprensa vibra intensamente com a espectacularidade das celebrações.

Neste ano até o fleumático *Diário de Notícias* titula este momento da seguinte forma: “*A alma da Pátria consagrou ontem os seus heróis anónimos*”.²²⁶ O jornal realça a imponência das cerimónias assistidas por milhares de pessoas em Lisboa, num ambiente de grande exaltação patriótica, e com a presença de importantes representantes dos nossos aliados – Joffre pela França; Diaz pela Itália e Smith Dorrien pela Inglaterra.

A consagração dos heróis desconhecidos da Grande Guerra no Mosteiro da Batalha abre um novo capítulo no processo de mitificação da batalha e da participação portuguesa na guerra pois existe agora um local «sagrado» (e aqui a expressão tem um duplo significado, pois ao sagrado do altar junta-se a sacralização dos mortos e do seu sacrifício na guerra), que simboliza o martírio da pátria. A consagração dos soldados desconhecidos, patrocinada por altas figuras republicanas como António José de Almeida, destinava-se a mostrar aos portugueses que a intervenção de Portugal na Grande Guerra “(...) *havia sido uma espécie de acontecimento sagrado, ou de sacrifício simultâneo, individual e colectivo, de todo um povo colocado em holocausto no altar da Pátria*”.²²⁷

A escolha da Batalha como local de tumulação também não é inocente, uma vez que permite associar a vitória fundadora de Aljubarrota, que esteve na génese da ínclita geração e da época de ouro dos Descobrimentos, à heróica participação da República na Grande Guerra. Uns dias antes, a 7 de Abril, numa sessão solene no Senado da República, perante a presença dos féretros dos dois soldados, já António José de Almeida defendera esta ideia: “(...) *Heróis vão ao encontro de heróis. (...) Aqueles que foram os modestos serranos de há dias vão tocar ombro com ombro os magníficos capitães de há séculos. Filhos do povo, saídos da lavoura, do mar, das fábricas, das minas, vão dormir ao lado de reis e de príncipes*.”²²⁸ Na Batalha estavam já há

²²⁵ Idem, pág.1.

²²⁶ *Diário de Notícias* de 10 de Abril de 1921, pág.1.

²²⁷ SOUSA, Jorge Pais de, *O Fascismo catedrático de Salazar*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, pág. 208.

²²⁸ *Diário do Congresso*, Sessão nº8 em 7 de Abril de 1921, pág.6.

séculos os “(...) guerreiros que firmaram, fundando-a definitivamente, a nacionalidade, (...)”²²⁹, e para lá vão os que “(...) defenderam e conservaram essa mesma Pátria.”²³⁰

Mas para além de heroizar os filhos do povo que combateram na Grande Guerra, a Batalha também simboliza a reconciliação pública do republicanismo mais radical com a igreja católica. Aqui “*O crente católico pode ajoelhar e rezar, porque como casa de Deus, não há mais pura e acarinhadora.*(...) [Mas] *toda a gente lá pode entrar, toda, a principiar pela própria República-Regime, pela própria República-Estado, (...)*”²³¹ que, apesar de não adoptar nenhuma religião, não pode deixar de sentir um particular carinho por aquela que representa a esmagadora maioria do povo português.

O *Século* dedica toda a 1ª página à celebração mas fá-lo de forma diferente dos restantes optando por apresentar um diagrama com a disposição das forças portuguesas no dia 9 de Abril (facto que nenhum outro jornal refere)²³² e publicando uma fotografia inédita da evacuação das tropas portuguesas depois da ofensiva.²³³ A orientação editorial seguida pelo jornal *O Século*, embora comungue do clima de exaltação nacional, pode ser, considerada como mais neutral, quando comparada, por exemplo, com o *Diário de Notícias*. Na segunda página é dado um destaque enorme ao cortejo (com direito a diagrama do percurso), que para além dos féretros dos soldados (entretanto condecorados pelo Presidente da República com a Ordem da Torre e Espada) contará com a participação dos generais portugueses que combateram na guerra, do general Joffre e do generalíssimo Diaz e inúmeras colectividades e corporações. Este cortejo conduzirá os caixões dos soldados desconhecidos desde o Palácio do Congresso até à estação da Avenida (Estação do Rossio) onde repousarão até à partida para a Batalha.²³⁴ Na mesma página surge uma entrevista exclusiva com Afonso Costa, recentemente regressado a Portugal, vindo no mesmo comboio que transportara Joffre, e que fora recebido em Campolide por uma importante multidão e alvo de “(...) *significativas demonstrações de entusiasmo.*”²³⁵ Nesta entrevista são aflorados os temas da participação portuguesa na guerra e a homenagem aos soldados desconhecidos.²³⁶ Mais uma vez, o político recorda a quem porventura estivesse esquecido, que a participação na guerra fora um “(...) *dever e uma garantia,*”²³⁷ refutando

²²⁹ Idem, pág.7.

²³⁰ Idem, pág.7.

²³¹ Idem, pág.6.

²³² O *Século* de 9 de Abril de 1921, pág.1. Consultar Anexos, Imagem II.

²³³ Idem, pág.1. Consultar Anexos, Imagem III.

²³⁴ Idem, pág.2. Consultar Anexos, Imagem IV.

²³⁵ Idem, pág.2.

²³⁶ Idem, pág.2.

²³⁷ Idem, pág.2.

simultaneamente as velhas acusações de que o povo não queria ir para a guerra. No dia 10 O *Século* volta a dedicar toda a 1ª página e parte substancial da 2ª ao cortejo apelidando-o de “triunfal”.

No ano seguinte, a 9 de Abril de 1922 O *Mundo* compara a importância de La Lys a um acontecimento da actualidade que prendia a atenção dos portugueses, num artigo intitulado: “*Duas datas*”. Nesta coluna, assinada por Álvaro de Castro,²³⁸ o autor recorre ao argumentário consensual entretanto associado a La Lys, reafirmando a heroicidade e o sacrifício dos soldados portugueses, mas, aproveitando a grande notícia da época, o voo de Sacadura Cabral e Gago Coutinho (por esta altura estacionado em Cabo Verde para reparações técnicas), compara o heroísmo dos soldados ao dos dois aviadores: “*A um ciclo outro se segue: Ontem, nos campos de batalha, os nossos soldados assinalavam o vigor da raça; hoje, em horas de aventura, de sonho e de maravilha, lá vão dois heróis portugueses, gêmeos dos nautas das lendas do mar tenebroso (...)*”.²³⁹

Mas se Álvaro de Castro apela ao nacionalismo heróico, isso não impede um outro artigo, desta vez escrito por Américo Olavo, de regressar ao tema sempre caro ao jornal das causas da derrota portuguesa em La Lys.²⁴⁰ Ocupando uma parte importante da 1ª página desse dia, o texto relembra aos leitores a responsabilidade dos dezembristas. Segundo ele, os golpistas, agindo egoisticamente impediram o envio de tropas para a Flandres transformando o

²³⁸ Advogado e Oficial do Exército, membro do Partido Republicano Português cuja bancada parlamentar chegou a chefiar em 1920. Nesse mesmo ano abandonou o P.R.P. e fundou o Partido Reconstituente. Em 1923 aderiu ao Partido Nacionalista chegando a líder na Câmara dos Deputados. Ocupou cargos governativos por várias vezes. Foi Ministro da Justiça no 5º Ministério liderado por Afonso Costa entre 9 de Janeiro de 1913 e 9 de Janeiro de 1914. No 6º Ministério chefiado por Bernardino Machado ocupou a pasta das Finanças entre 12 de Dezembro de 1914 e 25 de Janeiro de 1915. Em 1920 integra o 21º Ministério liderado pelo Coronel Alfredo Cardoso na pasta das Colónias (entre 3 de Janeiro e 15 de Janeiro e 16 a 21 desse mês). Nesse mesmo ano chefia o 28º Ministério (de 20 a 30 de Novembro) acumulando com a pasta do Interior. No ministério seguinte liderado pelo Tenente Coronel Liberato Pinto, foi Ministro da Guerra entre 30 de Novembro de 1920 e 2 de Março de 1921 e entre essa data e 24 de Maio. Liderou o 40º Ministério entre 18 de Dezembro de 1923 e 6 de Julho de 1924, acumulando com as pastas das Finanças e da Guerra esta última entre 26 de Fevereiro e 8 de Março de 1924. Para além da actividade governativa co-liderou a revolução do 14 de Maio de 1915, foi Governador-geral de Moçambique e participou ainda na Conferência de Paz em Versalhes. Após a instauração da ditadura militar em 1926 foi preso duas vezes nesse ano tendo fugido para Paris. Já com a saúde bastante debilitada foi autorizado a regressar a Portugal em 1928 vindo a falecer nesse ano em Coimbra.

²³⁹ O *Mundo* de 9 de Abril de 1922, pág.1.

²⁴⁰ Bacharel de Direito e Oficial do Exército atingindo a patente de Major, integrou o Corpo Expedicionário Português. A sua participação na guerra que culminou com a sua captura pelos alemães valeu-lhe a atribuição da Ordem de Torre e Espada. Membro do Partido Republicano Português mudou-se em 1920 para o Partido Reconstituente. Mais tarde aderiu à Acção Republicana fundado por Álvaro de Castro em 1923. Em 1911 foi eleito deputado mantendo-se na vida parlamentar até 1925. Desempenhou funções governativas no 40º Ministério liderado por Álvaro de Castro como ministro da Guerra entre 8 de Março e 6 de Julho de 1924. Publicou duas obras: *Dentro da Vida* (1909) e *Na Grande Guerra* (1919). Faleceu em Fevereiro de 1927 em Lisboa com 46 anos.

C.E.P. numa “(...) condição de tropa para gastar, para consumir ingloriamente, para sacrificar em saúde ou em vida e em honra, ao egoísmo dos que por aqui queriam ficar no conforto e na segurança dos seus lares, e ao crime de aqueles que tinham em mais conta os seus rancores de natureza política, do que os supremos interesses da Pátria, (...)”.²⁴¹

Quatro anos passados, os democráticos não esquecem as antigas querelas e continuam a argumentar que La Lys fora mais do que um desaire militar: o triunfo da revolução de dezembro, desencadeada “(...) pelos propagandistas do derrotismo e da covardia”²⁴² ampliada pela atitude daqueles oficiais, que aproveitando a vinda a Portugal em licença não regressaram, aquilo a que Américo Olava apelida de «egoísmos» e «rancores», deixara os restantes numa situação muito perigosa, transformando o C.E.P. num “(...) cordão de vedetas, distanciadas, em primeira linha apoiada por pequenos agrupamentos a retaguarda”²⁴³. Américo Olavo escreve aquilo que muitos pensam: a responsabilidade do desenlace de La Lys ficara a dever-se exclusivamente ao triunfo do dezembrismo.

Nesse mesmo dia *O Século* dedica toda a 1ª página ao assunto descrevendo os principais momentos da batalha, e à semelhança do que fizera António José de Almeida na sessão solene do Congresso do ano anterior, associa La Lys à figura mítica de Nuno Álvares Pereira. Esta associação permitia a entrada directa desta batalha na galeria dos momentos imortais da história de Portugal. Mas esta comparação comportava dois elementos invulgares: em primeiro lugar, Aljubarrota fora uma vitória e La Lys não. Em segundo lugar, Aljubarrota tinha uma forte carga religiosa e La Lys não. A leitura do artigo permite perceber a argumentação. La Lys não fora uma vitória, mas também não fora uma derrota, tratara-se tão somente de um «episódio da guerra», onde o soldado português, contra todas as dificuldades, provara, mais uma vez a “(...) indómita coragem”²⁴⁴, tal como o havia feito, séculos antes, Nuno Álvares Pereira. E se o Condestável buscara nos desígnios divinos a sua inspiração, a motivação dos soldados portugueses fora o imenso amor pela Pátria.

A República ainda durante o dia 9, muito à semelhança do *O Século* descreve a batalha como “(...) o mais brilhante feito de armas dos portugueses, nos tempos modernos. Doze divisões contra uma portuguesa, e batemo-nos!”²⁴⁵ La Lys tinha sido, na óptica do jornal, muito mais do que uma simples batalha, mas uma afirmação das “(...) qualidades da raça (...)”²⁴⁶ e

²⁴¹ *O Mundo* de 9 de Abril de 1922, pág.1.

²⁴² *Idem*, pág.1.

²⁴³ *Idem*, pág.1.

²⁴⁴ *Idem*, pág.1.

²⁴⁵ *A República* de 9 de Abril de 1922, pág.1.

²⁴⁶ *Idem*, pág.1.

uma manifestação da vitalidade e da liberdade de Portugal que “(...) *tem todo o direito à vida, porque quando precisa, os seus filhos sabem morrer!*”²⁴⁷

A *Capital* dedica muita atenção às comemorações do dia anterior em dois artigos de 1ª página intitulados «Os dois minutos» e «Os mortos vivem!». No primeiro o jornal exulta com a impressionante demonstração de respeito manifestada pelos lisboetas durante a cerimónia dos dois minutos de silêncio. Quando soou o sinal de início da homenagem “(...) *vimos instantaneamente suspender-se o transito, emudeceram as conversas, toda a gente imobilizar-se (...)*”²⁴⁸ Mas apesar desta clima de comunhão nacional o jornalista não se coíbe de realçar, com tristeza, as senhoras que “(...) *atravessavam a vasta praça sem ligar a mínima atenção ao que se estava passando.*”²⁴⁹, para de seguida afirmar que não se tratava de mulheres do povo, presumivelmente, as melhores representantes da «alma nacional», mas sim, “(...) *damas vestidas de veludo, burguesas ou aristocráticas.*”²⁵⁰, que ao fazer isto levando “(...) *creanças pela mão*”²⁵¹ não estariam, na óptica do jornalista, a cumprir o seu papel mais nobre de educadoras.

O segundo artigo, inicia-se relembrando de forma poética a “ (...) curta epopeia de seis horas a que se chamou a batalha de La Lys (...)”²⁵², para de seguida, se entristecer com a menor atenção que as comemorações merecem das entidades oficiais, nomeadamente pelo facto de por esta altura “(...) *não se levantam nem da memoria dos homens nem dos marmores das pedreiras monumentos imperecíveis.*”²⁵³ Achava o jornal que a falta destes monumentos contribuiria certamente, a médio prazo, para o esquecimento colectivo uma vez que “ (...) *Não há momentos imperecíveis e a memoria dos homens é curta, obnubila-se a cada passo andado, a cada ano que transita.*”²⁵⁴

A *Lucta*, em aberto contraste com os restantes jornais, reserva nesse dia muito pouco espaço ao acontecimento, dedicando-lhe uma pequena notícia na 2ª página denominada “*A comemoração do 9 de Abril*”, que dava somente conta da celebração efectuada na Escola Militar e a que assistiu “(...) *o venerando Chefe de Estado (...)*”²⁵⁵

²⁴⁷ Idem, pág.1.

²⁴⁸ A *Capital* de 10 de Abril de 1922, pág.1.

²⁴⁹ Idem, pág.1

²⁵⁰ Idem, pág.1.

²⁵¹ Idem, pág.1.

²⁵² Idem, pág.1.

²⁵³ Idem, pág.1.

²⁵⁴ Idem, pág.1.

²⁵⁵ A *Lucta* de 10 de Abril de 1922, pág. 2.

Em 1923, *O Mundo* volta à carga com a questão do dezembrismo. Num artigo intitulado “*Portugal na Grande Guerra*”, Bourbon e Meneses²⁵⁶ enuncia as razões que, na óptica dos democráticos justificaram a entrada de Portugal na guerra: a) a manutenção da neutralidade era totalmente inaceitável uma vez que perpetuaria uma situação de subalternidade perante a Inglaterra; b) o imperativo moral de combater ao lado aliado das nações civilizadas – nomeadamente a França e a Inglaterra, nunca sendo mencionada a Rússia, também ela aliada - contra o «bárbaro» teutónico; c) a entrada no conflito conferir-nos-ia uma posição internacional privilegiada em relação à Espanha neutral. Após esta explanação o autor reafirma a ideia defendida em anos anteriores neste jornal: a derrota de La Lys fora precedida por uma ruptura no front político: “*A frente das oito divisões alemãs que caíram, esmagando com o seu peso, o nosso debil front militar, marchou ao assalto do front político da Nação o chefe da insurreição dezembrista*”.²⁵⁷

Neste ano ainda *A Batalha*, novamente ao arrembo do sentimento de celebração patriótica que se observa nos restantes jornais, retoma um pensamento recorrente neste diário: a grande guerra não passara de um conflito gerado pelo capitalismo burguês que servira para enriquecer uma pequena minoria (em Portugal e nos restantes países) empobrecendo os mais desfavorecidos, aumentando as desigualdades sociais, a miséria e a fome. Num artigo denominado “*Honrai a Pátria que a Pátria vos contempla... deixando-vos morrer de fome e cheios de miséria*”, o diário ataca a «grande falácia» das comemorações que não têm outro propósito que não o de desviar as atenções da população da miséria em que vive. Nesse sentido elas servem o propósito de “*(...) mascarar o crime, (...), para, por mais tempo, manter a cegueira duma parte do povo. (...)*”²⁵⁸ Por detrás do fausto, da falsa ideia de unidade nacional em torno dos «heróis caídos» esconde-se a dura realidade do povo, uma vez que a “*(...) «Pátria agradecida» deixa morrer de fome, na miséria, os seus heróis, os seus defensores (...)*”²⁵⁹

No dia 8 *A Batalha* critica violentamente um dos elementos mais simbólicos das comemorações de La Lys: os dois minutos de silêncio. Na sua opinião «os dois minutos» não são a materialização do respeito, da humildade ou do recolhimento por aqueles que tombaram, mas, ao invés, são a glorificação “*(...) da subserviência, (...) da orelha murcha que o escravo*

²⁵⁶ Jornalista e escritor escreveu para jornais como *A Manhã*, jornal dirigido por Mayer Garção, *O Agitador*, *O Protesto*, *Diário da Tarde*, *República*, *O Povo*, *O Mundo*, *Primeiro de Janeiro*, *Voz do Operário* e *Diário de Notícias*, onde assinou com regularidade a coluna «Pedras soltas». Grande prosador e polemista, colaborou nas revistas *Seara Nova*, *Ilustração* entre muitas outras. No início da década de vinte, Bourbon e Menezes foi um dos subscritores da denominada “União Cívica”. Faleceu em Lisboa em 1948 com 58 anos de idade.

²⁵⁷ *O Mundo* de 9 de Abril de 1923, pág.1.

²⁵⁸ *A Batalha* de 5 de Abril de 1923, pág.1.

²⁵⁹ Idem, pág.1.

deve ter perante a potestade do orgulho do tirano. (...).²⁶⁰ A cerimónia não é uma manifestação pública de contrição pelas atrocidades cometidas contra o povo, mas antes, uma camuflada apologia da guerra e do belicismo, das “(...) novas lutas entre as modernas Babilónias, Ninive, Tebas, Esparta, Atenas, Roma, Cartago: isto é: Londres, Paris, Berlim, Viena, Petrogrado.”²⁶¹ Finalmente, a celebração do 9 de Abril encerra ainda um outro perigo, uma última «vergonha», se quisermos: o regresso dos «padres». A presença do clero nas celebrações é uma afronta a todos os republicanos e um assentimento às “(...) matanças dos huguenotes, ao massacre dos cristãos novos, às selvajarias das santas cruzadas em África, (...)”²⁶² Anticlerical até à medula o jornal não deixava passar impune o reatamento e a regularização das relações com a Igreja iniciadas por Bernardino Machado em 1914, aceleradas no tempo do sidonismo e continuadas após a guerra e que eram particularmente visíveis em cerimónias públicas como o 9 de Abril.

Na mesma data o *Diário de Notícias* opta por uma cobertura jornalística mais neutral. Continua a dar grande relevo à comemoração do 5º aniversário da batalha, mas alerta para o facto de a data não pertencer a qualquer grupo em particular mas à Pátria inteira.²⁶³

A *Capital* dedica a esta comemoração uma ampla cobertura chamando o tema para capa de jornal com a frase «O Heroísmo da Raça». Num artigo chamado «O dia de hoje», relembram-se as principais razões que estiveram por detrás da participação portuguesa na guerra, nomeadamente a luta contra o imperialismo dos «Hohenzolern» e a defesa da liberdade e da civilização. Mais à frente afirma-se que a nossa entrada na guerra fora um “atestado de vida”²⁶⁴ que a República assume e não repudia. No entanto o grande destaque encontrava-se na página 2 onde um relato de grandes dimensões com o nome «O 9 de Abril – como se comemorou em Lisboa» descreve detalhadamente as comemorações do dia anterior, salientando três aspectos: a cerimónia do lançamento da primeira pedra do monumento aos mortos da grande guerra na Avenida da Liberdade, que contou com a presença do Presidente da República (preenchendo, desta forma, uma lacuna apontada por este jornal no ano pretérito); a imponente parada militar que a precedeu e, finalmente, a forma impressionante como os dois minutos de silêncio foram respeitados pela multidão que se concentrava na Avenida e no Rossio.²⁶⁵

²⁶⁰ *A Batalha* de 8 de Abril de 1923, pág.1.

²⁶¹ *Idem*, pág.1.

²⁶² *Idem*, pág.1.

²⁶³ *Diário de Notícias* de 9 de Abril de 1923, pág.1.

²⁶⁴ *A Capital* de 9 de Abril de 1923, pág.1.

²⁶⁵ *A Capital* de 10 de Abril de 1923, pág. 2.

Já *O Século* do dia 9 de Abril dedica metade da 1ª página à comemoração da data realçando dois aspectos também noticiados por *A Capital*: o lançamento da primeira pedra do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, e a forma «tocante» e «emotiva» como a multidão respeitara os dois minutos de silêncio em homenagem aos mortos.²⁶⁶

No dia 10 *A República* dedica uma grande parte da 1ª página à celebração da véspera num artigo denominado “*O esforço da raça – Lisboa comemora com entusiasmo comovente a data gloriosa de 9 de Abril.*”²⁶⁷ onde voltam a merecer realce a cerimónia de colocação da 1ª pedra do monumento aos mortos da Grande Guerra, os discursos proferidos pelas altas individualidades presentes, a presença de uma multidão enorme e o imponente momento dos dois minutos de silêncio.

A Batalha do dia 10 retoma a questão dos «dois minutos» de silêncio e, ao arrepio do tom laudatório da restante imprensa, prefere destacar a forma «ridícula» como fora celebrado o acontecimento. Voltando a criticar aqueles que “(...) *assambarcaram e especularam*”²⁶⁸ e que agora “(...) *morrem de indigestão*”²⁶⁹, o jornal dá voz a um ex-combatente, o pedreiro Feliciano de Oliveira Brandão. No diálogo que se segue o ex-soldado relata a sua experiência do *front* e da batalha, com particular destaque para a fuga do Capitão da Companhia durante aquelas horas iniciais do dia 9 que deixou para trás os seus subalternos. De seguida recorda os ferimentos que sofreu, a captura pelo inimigo e o posterior envio para um campo de detenção na Alemanha, até ao seu regresso a Portugal. No fim de tudo isto o jornalista, aproveitando o título do jornal *A República* desse mesmo dia, apelida ironicamente o périplo deste homem de “*o esforço da raça!*”²⁷⁰

No dia 12 de Abril, *A Batalha* retoma o tema da guerra de uma forma indirecta e sarcástica. Aproveitando a atenção e curiosidade que despertava a exposição de um mutilado de guerra inglês chamado Weaver Hawkins, que tendo perdido as mãos na guerra pintava com os dentes, o jornal ironiza com a situação dramática dos mutilados de guerra dando à reportagem o título de “*Se não fosse a guerra – pintando entre os dentes*”.²⁷¹

No ano de 1924, *O Mundo* vai um pouco mais longe e adjectiva La Lys de «Vitória». Não certamente uma vitória militar, nem mesmo os democráticos ousariam afirmar tal coisa, tratava-se sim de uma vitória da bravura, do heroísmo e do sacrifício dos soldados portugueses. “*Como*

²⁶⁶ *O Século* de 9 de Abril de 1923, pág.1.

²⁶⁷ *A República* de 10 de Abril de 1923, pág.1.

²⁶⁸ *A Batalha* de 10 de Abril de 1923, pág.1.

²⁶⁹ *Idem*, pág.1.

²⁷⁰ *Idem*, pág.1.

²⁷¹ *Idem*, pág.1.

em Alcacer-Kibir, morreu-se, mas devagar. Sublimada pela beleza ao sacrifício, a tragédia volveu-se em epopeia. E levou até a Batalha, sob a aboboda da Sala do Capítulo, os corpos dos soldados desconhecidos”.²⁷² Mais à frente, não lhe bastando comparar La Lys a Alcácer-Quibir, o jornalista Mayer Garção equipara-a a Waterloo!

As descrições que o jornal faz da data, ano após ano, pretendem transformá-la paulatina numa epopeia, vivida não por homens mas por imortais. Comparar La Lys a momentos míticos da nossa História, como Alcácer-Quibir, ou Aljubarrota, duas datas que, por razões antagónicas, simbolizavam «*our finest hour*», equivalia a colocar «La Lys» acima de qualquer discussão, separando o momento «glorioso» da batalha de todas as questões políticas a montante e jusante. La Lys seria, cada vez mais, um momento «puro», «nobre» e «glorioso», que estaria acima de todas as intrigas e, por isso mesmo, inatacável. Fazê-lo equivaleria a um acto de traição e de negação da Pátria. Neste ano até a costumeira crítica ao dezembrismo está ausente das páginas do jornal.

Em aberto contraste com a visão d’*O Mundo*, *A Batalha* desse mesmo dia chama novamente para a 1ª página o tema dos dois minutos de silêncio, que, na sua óptica, apenas têm o propósito de camuflar as «iniquidades capitalistas». A entrada de Portugal na Grande Guerra é assinalada como um dos actos “(...) *mais criminosos e despóticos da ditadura e da demagogia afonsistas*.”²⁷³ Mais à frente, o artigo retoma um argumentário muito usado pelos inimigos de Afonso Costa que o acusavam bem como aos seus apaniguados de acumularem «espantosas fortunas» durante a guerra. Finalmente, o jornalista declara que o jornal não se associa à comemoração e pede ao proletariado que faça o mesmo, uma vez que ela pretende silenciar os «crimes».

No dia seguinte *A Batalha* retoma a «fantochada»²⁷⁴ dos «dois minutos de silêncio», respeitado apenas parcialmente nalgumas zonas da Baixa e do Chiado. E como se isso não bastasse, para aqueles que “(...) *no uso legítimo dum direito entenderam não se associar a uma solenização grotesca*”²⁷⁵ estava ainda reservada uma última humilhação por parte da Polícia que procedeu a algumas detenções de forma completamente arbitrária.

Nesse mesmo ano o *Diário de Notícias* volta a dedicar toda a 1ª página a La Lys, desta vez apresentando uma reprodução de uma composição de Sousa Lopes intitulada “O Soldado Desconhecido”. Na segunda página desta edição encontramos em grande destaque a cerimónia

²⁷² *O Mundo* de 9 de Abril de 1924, pág.1.

²⁷³ *A Batalha* de 9 de Abril de 1924, pág.1.

²⁷⁴ *A Batalha* de 10 de Abril de 1924, pág.1

²⁷⁵ *Idem*, pág.1.

de acendimento do lampadário da «chama da Pátria», uma nova etapa de consolidação do culto cívico do soldado desconhecido, presidida pelo Ministro da Guerra, Américo Olavo.

A destoar desta linha comemorativa de enaltecimento e de celebração encontramos uma pequena notícia na página 2 que alertava para a necessidade do governo apoiar as famílias dos mortos da grande guerra, que se encontravam numa situação económica muito difícil. De forma a colmatar esta falha, o Ministro da Guerra encontrou-se com a comissão das viúvas de guerra e prometeu “(...) *interessar-se pela sua justa pretensão.*”²⁷⁶ Por detrás de todo o cerimonial, de toda a pompa e de todas as homenagens, faltavam os apoios do Estado aos ex-combatentes, em particular aos mutilados. Numa sociedade que não via com bons olhos o trabalho feminino e onde, portanto, o homem era o único «ganha-pão», a morte, o desaparecimento ou a incapacidade física do marido/pai poderia arrastar toda a família para uma situação de miséria.

Já *A Capital* de dia 9 de Abril dedicava largo espaço à cobertura das solenidades, atribuindo particular destaque à «imponência» dos dois minutos de silêncio e à partida dos representantes oficiais para a Batalha para assistirem ao acendimento da «chama da Pátria».²⁷⁷

O *Século* do dia 9 de Abril refere uma novidade nas comemorações: a publicação da portaria nº 3.971, de 31 de Março de 1924, emanada do Ministério da Instrução Pública, presidido pelo Tenente-Coronel Hélder Ribeiro, que considera ser um dever cívico explicar a todos os alunos as motivações da intervenção portuguesa na guerra. Nesse sentido e uma vez que o 9 de Abril (e não o 11 de Novembro) era a data consagrada para comemorar essa intervenção, mandava a portaria que, nesse dia, decorressem em todas as escolas públicas “(...) *conferências explicando o significado político e moral dessa participação.*”²⁷⁸ Para além disso, nas escolas primárias, será feita a chamada de todos os mortos da guerra pertencentes a essa freguesia, e nas restantes de todos os antigos alunos que morreram em França e África. “*A chamada será individual, devendo cada nome ser seguido da menção: ‘Morto pela Pátria’.*”²⁷⁹ Após esta chamada serão guardados, pelos professores e alunos, dois minutos de silêncio. Ao fim de oito anos de intensas celebrações públicas e de propaganda jornalística, a República despertava para o papel crucial da escola. Com esta portaria também esta será chamada a desempenhar um papel importante na mitificação de La Lys e da participação portuguesa na Grande Guerra, nomeadamente ensinando aos alunos que a morte e o sacrifício, neste caso dos

²⁷⁶ *Diário de Notícias* de 9 de Abril de 1924, págs.1 e 2.

²⁷⁷ *A Capital* de 9 de Abril de 1924, págs.1,2.

²⁷⁸ Portaria nº 3.971, *Diário do Governo*, Série I, de 31 de Março de 1924, pág. 485. Consultar Anexos – Documento III.

²⁷⁹ *Idem*, pág. 485.

soldados, são aceitáveis se forem feitos em nome da sobrevivência e engrandecimento da Pátria republicana.

No dia seguinte o *Diário de Notícias* destaca novamente a cerimónia do acendimento da chama votiva do túmulo do soldado desconhecido no Mosteiro da Batalha, sob o título “*Está acesa, na Batalha, a chama da Pátria - Os dois soldados desconhecidos, repousam em campa rasa na sala do Capítulo*”. A esta cerimónia que, como vimos anteriormente, contou com a presença do Ministro da Guerra, Américo Olavo, juntaram-se, altas individualidades civis, militares e religiosas bem como milhares de pessoas anónimas. Em grande destaque durante toda a solenidade esteve o soldado Milhões, “(...) *sempre alvo de manifestações e cumprimentos de muitos oficiais superiores*.”²⁸⁰, que por esta altura se havia tornado o paradigma do heroísmo do soldado português, uma espécie de «mito» vivo, um “(...) *herói exemplar, que vestia facilmente a chama da guerra, o valoroso representante do povo* (...)”²⁸¹.

Nesse mesmo dia *A Capital* optou por não trazer o tema para a 1ª página, apresentando ao invés, um pequeno texto na página 2 que reportava a visita do Ministro de Portugal em França, o Dr. António da Fonseca, a La Couture, aos cemitérios dos soldados portugueses e ao local do futuro monumento de homenagem aos nossos militares.²⁸² O pano de fundo mantém-se – a homenagem aos mortos que tombaram pela Pátria –, apenas muda o cenário: num caso a Batalha noutro La Couture.

Em 1925, no dia 8 de Abril, o *Diário de Notícias* dá grande destaque na 1ª página à peregrinação, ao Mosteiro da Batalha, organizada por este jornal, das mães dos soldados mortos na Grande Guerra, e no dia seguinte dedica toda a 1ª página à comemoração da batalha utilizando a retórica habitual: lá encontramos, mais uma vez, o heroísmo, a valentia e a abnegação demonstrados pelos soldados durante a campanha da Flandres e em particular em La Lys.

Nestes relatos de homenagem destaca-se um pequeno texto de Bernardino Machado que procura responder à questão do que fora La Lys: certamente “(...) *um revés de guerra, não da heroicidade portuguesa*.”²⁸³. Passados estes anos sobre o sucedido nunca se menciona a palavra «derrota». E mesmo quando se fala de um «revés» é para afirmar que este fora sublimado pela coragem e valentia dos soldados.

Ainda na 1ª página são mencionados, com evidente orgulho, os louvores transmitidos pelos dignitários estrangeiros: Carnegie (Embaixador Inglês), Cardoso de Oliveira (Embaixador

²⁸⁰ *Diário de Notícias* de 10 de Abril de 1924, pág.1.

²⁸¹ CORREIA, Sílvia, *Op. Cit.*, pág. 260.

²⁸² *A Capital* de 10 de Abril de 1924, pág. 2.

²⁸³ *Diário de Notícias* de 10 de Abril de 1925, pág.1.

do Brasil) e Pralon (ministro de França), e, no canto inferior direito da 1ª página surge uma citação do livro *“Ma Vie”* de Hindenburg onde o Marechal alemão tece rasgados elogios ao desempenho dos nossos soldados, chegando a afirmar que o avanço alemão *“(…) foi mais favorecido por esse facto, [posição pouco favorável] do que por falta de resistência das tropas. Considerando-se as circunstâncias difíceis, as tropas, tanto o oficial como o soldado, bateram-se valentemente. (...)”*²⁸⁴ A importância desta declaração merece alguma reflexão, tratando-se do antigo inimigo. Vimos que mal terminara a batalha surgiram nos jornais portugueses notícias que davam conta dos louvores proferidos pelos nossos aliados ao desempenho dos militares do C.E.P. Aliás, a premissa inicial da narrativa de La Lys baseava-se na ideia crucial de que, nesse dia, as nossas tropas, apesar da superioridade do inimigo, em homens e material, se comportaram, individual e colectivamente, de forma digna e corajosa. A derrota explicava-se pela conjugação da surpresa e supremacia inimiga, ampliada pelas péssimas condições climáticas e nunca pela desorganização ou falta de brio dos militares. O C.E.P. fora desbaratado em La Lys, mas comportara-se como um corpo militar organizado até ao fim. Ter agora o antigo inimigo a reconhecer exactamente isso, ajudava a corroborar uma parte importante do mito.

No dia 9, *O Século* dedica toda a 1ª página e quase toda a 2ª a La Lys descrevendo novamente as principais fases da batalha e antecipa um excerto da obra do falecido General Tamagnini intitulada *“Os meus três comandos”*. Para além de descrever detalhadamente o que sucedera nessas horas funestas do 9 de Abril, um dos excertos escolhidos é particularmente significativo uma vez que aponta as consequências militares dos erros cometidos pelos políticos dezembristas. Nestas linhas, que reproduzem, grosso modo, o argumentário dos guerristas, o poder central de Lisboa é duramente criticado, pois as suas más decisões impediram a normal substituição das tropas que se encontravam na linha da frente, que, por sua vez, contribuiu para aumentar o seu desânimo, e que, em última análise, foram esse desânimo e abandono os grandes responsáveis pela falta de prontidão militar no dia 9 de Abril.

Na 2ª página, um artigo do General Sinel de Cordes²⁸⁵ expressa uma visão oposta à de Tamagnini de Abreu e de grande parte dos textos que por estes dias enchem os principais diários. Segundo ele, esta data, não deve ser considerada um momento de glória, pois o exército português fora forçado a recuar, nem um tempo de luto, pois o que sucedera nesse dia

²⁸⁴ Idem, pág.1

²⁸⁵ Chefe do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português, juntamente com Gomes da Costa, liderou o golpe militar de 18 de Abril de 1925. A 28 de Maio de 1926 organizou conjuntamente com os Generais Gomes da Costa, Carmona e Alves Roçadas e o Almirante Mendes Cabeçadas o golpe de estado que derrubou a 1ª República. Foi Ministro das Finanças no 49º Ministério chefiado pelo General Óscar Carmona entre 9 de Julho de 1926 e 18 de Abril de 1928. Faleceu em Lisboa em 1930 com 63 anos de idade.

acontecera vezes sem conta ao longo de quatro anos de guerra, nem deve, tão-pouco, ser usada para criticar o Exército. Na sua opinião, “(...) *o resultado da luta foi o que não podia deixar de ser. Mais uma vez o fraco teve de ceder o terreno ao mais forte. A divisão portuguesa foi batida e retirou.*”²⁸⁶ Numa frase apenas Sinel de Cordes retira a La Lys toda a carga simbólica. Nem glória, nem fama, nem luto.

Mais à frente o General descreve genericamente os principais factos da batalha e refuta outro elemento da narrativa de La Lys, a temática da «glória e do luto» para afirmar que nesse dia não se esteve preocupado com essas questões, mas sim com “(...) *os bravos que morreram agarrados às suas metralhadoras, os que combateram até se lhes esgotar o último cartucho, os que souberam manter-se no seu posto de honra (...)*”²⁸⁷ terminando com uma consideração premonitória sobre o povo português e o seu futuro político, pois “(...) *dele tudo se deve esperar quando bem organizado e bem mandado* [sublinhado meu]”.²⁸⁸ Poucos dias após este artigo, a 18 de Abril, o autor conjuntamente com outros militares, irão levar a cabo uma revolta militar fracassada, e em 1926 será ele um dos mentores do 28 de Maio²⁸⁹.

Esta última frase, ainda que de forma sibilina, é particularmente significativa, pois parece apontar para um grande mal-estar numa parte das forças armadas que viam com a incapacidade dos sucessivos governos republicanos em resolverem as principais questões nacionais, fossem elas de natureza económica, financeira ou social, bem como a sua incompetência em lidar com as manifestações, as greves e as revoltas que pareciam lançar o país na anarquia e no caos. A desorganização e a falta de comando, a que se refere Sinel de Cordes, são, na sua opinião, impostas ao povo português, presumivelmente pelos seus líderes e até pelo funcionamento do sistema político. Dessa forma, se ocorrer uma mudança de regime, e não apenas uma mudança de «cadeiras», é possível recuperar a «ordem» e a «disciplina». Esta politização progressiva das forças armadas é particularmente visível na presença cada vez mais frequente de militares na composição dos governos quer como Presidente ou na decisiva pasta do Interior.²⁹⁰ Mas, é

²⁸⁶ O Século de 9 de Abril de 1925, pág. 2

²⁸⁷ Idem, pág.2.

²⁸⁸ Idem, pág. 2.

²⁸⁹ Sobre a revolta de 18 de Abril e o papel do General Sinel de Cordes no mesmo, confrontar António Telo, *A Primeira República II – como cai um regime*, no capítulo XI – O fim do regime. O autor chama ao golpe o «ensaio geral». Sobre as dinâmicas e alianças que conduziram ao 28 de Maio de 1926 conferir Fernando Rosas na obra *Salazar e o poder – a arte de saber durar*, em particular o capítulo II – Tomar o poder.

²⁹⁰ Entre 1919 e 1926, tivemos os seguintes ministérios chefiados por militares: o 17º e 18º (Tamagnini de Sousa Abreu); o 21º e 23º (Coronel Alfredo Cardoso); o 25º (Coronel António Maria Baptista); o 28º e 40º (Capitão Álvaro de Castro); o 29º (Tenente-Coronel Liberato Pinto); o 33º (Coronel Manuel Maria Coelho); o 34º (Coronel Carlos Maia Pinto); o 41º (Capitão-de-Fragata Alfredo Gaspar); o 43º (Major Vitorino Guimarães), ou seja, em 29 Ministérios, 11 foram presididos por militares (38%). Por comparação, nos anos que mediaram entre a implantação

sentida sobretudo a partir do 18 de Abril de 1925 quando, “(...) a principal linha de comportamento dos oficiais passa pela condenação do regime parlamentar”²⁹¹ e pela sua substituição por um regime de natureza autoritária.

Nesse mesmo dia *A Capital* chama para a 1ª página a batalha de La Lys e retoma um tema querido aos intervencionistas: tratando-se de uma retirada, fora, simultaneamente, “(...) a primeira vitória decisiva dos exércitos aliados que, a partir desse momento, iniciaram a grande ofensiva, que poucos meses decorridos, culminava numa estrondosa vitória militar.”²⁹² Ressurge aqui uma ideia já abordada anteriormente: ao contrário do que afirmara Sinel de Cordes, La Lys, não fora uma pequena escaramuça, mas fizera parte de uma estratégia global que se revelaria fundamental na ofensiva final que permitirá a vitória aliada. Desta forma, a imprensa retrata a desmobilização das tropas aliadas como uma retirada estratégica, e não uma como uma fuga desordenada, e muito menos uma derrota, que se veio a revelar fundamental para a reorganização aliada da frente de guerra. Portugal, através do sacrifício dos seus soldados, ao contrário do que diziam os seus detractores, não desempenhara um papel menor na guerra, mas demonstrara ao mundo que era uma nação que merecia viver porque soubera morrer.

Na segunda página, o jornal retoma as descrições das cerimónias oficiais (a romagem ao monumento dos soldados da Grande Guerra na Avenida da Liberdade e os dois minutos de silêncio) e uma novidade organizada pela Liga dos Combatentes da Grande Guerra nesse ano: a romagem ao túmulo do General Tamagnini de Abreu que percorrera várias artérias principais da cidade de Lisboa até ao cemitério do Alto de S. João, e que contara com a presença do Ministro da Marinha, o Capitão-de-fragata, Fernando Augusto Pereira da Silva, em representação do Chefe de Estado, de representantes das magistraturas e de vários comandantes militares da região de Lisboa.²⁹³ Num discurso emocionado, o General Garcia Rosado, nomeado Comandante do C.E.P. em Julho de 1918, lembrou a vida militar e cívica de Tamagnini de Abreu, que “(...) sem o menor espírito de vaidade” sacrificara tudo “(...) em benefício da Pátria”.²⁹⁴

Ainda neste dia *A Batalha* traz para a capa as habituais críticas à comemoração da data. Acompanhado de uma imagem onde se vê um esqueleto que permanece de sentinela agrilhado

da República e 1919, em 16 Ministérios apenas dois foram presididos por Militares: o 8º (Capitão-Tenente Vítor Hugo de Azevedo Coutinho) e o 9º (General Pimenta de Castro).

²⁹¹ FERREIRA, Medeiros, *O comportamento político dos militares, forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, pág.116.

²⁹² *A Capital* de 9 de Abril de 1925, pág.1.

²⁹³ Idem, pág.2

²⁹⁴ Idem, pág.2.

a uma porta com o título “*O operário fardado defende a sua pátria*”²⁹⁵, vem um artigo compara os objectivos que estiveram na génese da intervenção portuguesa na guerra e a actual situação dos portugueses. A defesa da liberdade contra a tirania; o respeito da Aliança com a Inglaterra e a defesa das colónias tinham sido as grande «bandeiras» dos guerristas. Valera a pena? Pergunta o jornalista. Claramente, não. Não temos hoje mais liberdade, a Inglaterra não se preocupa connosco e a miséria das colónias permanece a mesma. Antimilitarista por natureza, o jornal respeita os soldados e oficiais que se bateram, bem como “(...) *a dor e o sacrifício dos que morreram, (...) os pobres mutilados que arrastam as suas muletas, os seus corpos trucidados, (...)*”²⁹⁶, mas indigna-se com “(...) *os burgueses patriotas [que] aumentavam fabulosamente a sua fortuna, alheios ao sacrifício de tanto desgraçado.*”²⁹⁷ No fundo, todo o esforço realizado pelos soldados não valera nada, uma vez que a esmagadora maioria dos trabalhadores vive pior agora do que em 1914.

No dia 10, o *Diário de Notícias* noticia as principais celebrações do 9 de Abril, destacando as duas romagens: uma efectuada pelas mães dos soldados mortos à Batalha, assistida por milhares de pessoas e encabeçada pelo Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes. A segunda, ao túmulo do General Tamagnini de Abreu organizada pela Liga dos Combatentes da Grande Guerra ²⁹⁸ que percorrerá algumas das artérias mais importantes de Lisboa e que terminará no cemitério do Alto de S. João.²⁹⁹

A *Batalha* desse dia, ao arripio de toda a restante imprensa critica duramente toda a falsa pompa e popularidade das cerimónias. Num texto designado “*Uma Comemoração sem entusiasmo e sem brilho*”, afirma-se que as comemorações, apesar de todo o esforço da Comissão dos Padrões de Guerra³⁰⁰, que apelida de «*marvótica*» e «*neurastenizadora*», vão-se

²⁹⁵ Ver Anexos – Imagem X. Ao contrário de todas as imagens presentes nos restantes jornais analisados (que se encontram nos anexos deste trabalho), que louvam o esforço, o sacrifício e a glória da pátria, esta alerta para as consequências nefastas da intervenção portuguesa na guerra, nomeadamente a fome e a miséria em que vivia a classe operária.

²⁹⁶ *A Batalha* de 9 de Abril de 1925, pág.1.

²⁹⁷ *Idem*, pág.1.

²⁹⁸ A Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG) constituiu-se em 1923 e foi oficializada em 1924 pela portaria 3888, de 29 de Janeiro de 1924. Esta associação constituída por ex-combatentes pretendia dar «voz» às pretensões e direitos esquecidos pelos governos da República, nomeadamente, as questões relacionadas com as pensões de invalidez, viuvez, e o cuidado dos órfãos. Não defendia qualquer objectivo político, mas pretendia apenas manter a memória de todos os que lutaram e morreram por Portugal durante a 1ª Guerra Mundial. Para saber mais sobre a importância desta Liga, consultar a importantíssima tese de Sílvia Correia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial 1918-1933. Entre a experiência e o mito*, em particular o capítulo IV – O movimento associativo: organização e reacção.

²⁹⁹ *Diário de Notícias* de 10 de Abril de 1925, págs. 1 e 2.

³⁰⁰ A Comissão dos Padrões da Grande Guerra (CPGG) foi criada em 1921 sob a presidência do General Gomes da Costa, e durante 15 anos, procedeu ao levantamento de Padrões de Guerra em Portugal continental, na Flandres,

tornando uma «pasmaceira» contando com a presença de cada vez menos gente. Mas mais grave para o jornal do que a desmobilização é o facto de essas mesmas pessoas preferirem agora “(...) os altares das igrejas”³⁰¹.

De seguida, ridiculariza a designada pelo *Diário de Notícias* «imponente romagem» ao túmulo do General Tamagnini, para seguidamente escarnecer da placa comemorativa da Grande Guerra que se encontra na Avenida da Liberdade, apelidando-a de “(...) rodela gradeada com umas ervasinhas raquíticas e melancolicamente verdes. Ao centro há uma taboleta semelhante às dos réclamos comerciais com uns dizeres a negro em letras de desenho banal e pífilo.”³⁰² Na óptica do cronista, além de «banal» e «pífilo», a placa nunca passará disso mesmo uma vez que não passam de “(...) de pretensas inaugurações de monumentos que nunca chegarão a concluir-se com grande lucro para a nossa retina e grande satisfação para a nossa consciência.”³⁰³

Neste mesmo dia *A Capital* destaca em primeira página as comemorações de La Lys mas aborda pela primeira vez a questão das celebrações religiosas da data. Progressivamente, iniciada durante o sidonismo, mas mantida pelos governos republicanos seguintes, nota-se uma normalização das relações entre a República e a Igreja Católica. Moderados os «excessos» iniciais, os membros do clero surgem mais amiúde no espaço público e ganham um papel crescente nas cerimónias do 9 de Abril. Naturalmente, nem todos os republicanos vêem com bons olhos este reaparecimento da Igreja e *A Capital* não se coíbe de o demonstrar. Apesar de apelidar as confissões religiosas de “(...) superstições que o progresso mental colectivo ainda não destruiu porque não atingiu a compreensão da essencia divina, (...)”³⁰⁴ o jornal congratula-se com o “(...) desvanecimento, que dentro da República podem viver todos os homens, qualquer que sejam as suas opiniões ou crenças.”³⁰⁵ Claro que tanta «harmonia», «desvanecimento» e «respeito» pelas crenças não impede o articulista de zurzir uns parágrafos mais à frente naquela facção de católicos apelidados de «nemoistas»³⁰⁶ que se “(...) servem da

nos Açores, em Moçambique e em Angola. A Comissão era composta por grandes figuras ligadas à participação portuguesa na Grande Guerra, nomeadamente os Generais Garcia Rosado, Ivens Ferraz, Norton de Matos e Ferreira Martins. Para obter mais detalhes sobre a obra desta comissão consultar a tese de Sílvia Correia; *Políticas da Memória da I Guerra Mundial 1918-1933. Entre a experiência e o mito*, em particular o capítulo IX – Os monumentos aos mortos da grande guerra.

³⁰¹ *A Batalha* de 10 de Abril de 1925, pág.1.

³⁰² *Idem*, pág.1.

³⁰³ *Idem*, pág.1.

³⁰⁴ *A Capital* de 10 de Abril de 1925, pág.1.

³⁰⁵ *Idem*, pág.1.

³⁰⁶ O jornalista refere-se a Fernando de Sousa que tinha o pseudónimo jornalístico de Nemo e que escreveu em vários jornais de orientação católica como *A Ordem*. Fundou ainda os jornais *A Época*, que pelos seus artigos considerados reaccionários lhe valeu a prisão em 1920 e *A Voz*.

*cruz para hostilizar o barrete frigio.*³⁰⁷ por oposição aos católicos mais moderados representados pelo Centro Católico.

No ano de 1926, a última celebração feita durante a I República, e com a crescente sensação de uma iminente revolta militar, agravada de sobremaneira após a revolta fracassada de 18 de Abril do ano anterior, - o *Diário de Notícias* volta a dar grande destaque ao 9 de Abril recuperando as ideias e o argumentário clássico de La Lys.

Menos consensual, *A Capital* no dia 8 de Abril, na preparação das comemorações do dia seguinte, relembra os leitores dos esforços dos “(...) derrotistas e covardes [que] se entreteem ainda hoje a amesquinhar a participação de Portugal na Grande Guerra (...)”³⁰⁸, e desenterra a querela antiga que opunha os democráticos aos dezembristas sobre a suposta orientação derrotista do consulado de Sidónio Pais que deixara os “(...) contingentes portugueses na Flandres no mais lamentável estado, tendo-os lançado ao mais criminoso abandono, (...)”³⁰⁹. Todavia, apesar de todos estes esforços dos derrotistas, antigos e actuais, o jornal afirma que os portugueses continuam a prestar a devida homenagem aos «heróis» do 9 de Abril.

Mas, no dia seguinte, o mesmo jornal retoma o tom habitual que vigora na generalidade dos diários nesta data dedicando-lhe muito espaço na 1ª e 2ª páginas destacando a “(...) concorridíssima homenagem prestada à memória dos mortos da Grande Guerra, (...)”³¹⁰ que decorreria na Avenida da Liberdade³¹¹ e a que assistira o Presidente da República, Bernardino Machado que, findas as cerimónias oficiais recebera os cumprimentos de todas as individualidades presentes “(...) entretendo-se alguns minutos a conversar com o Sr. Dr. Afonso Costa”³¹² Eterno defensor das vantagens da intervenção portuguesa na Grande Guerra, Afonso Costa, nesta altura mais afastado da vida política activa, continua amiúde a marcar presença nas cerimónias, facto muito notado por populares mas sobretudo pela imprensa. Mereceu ainda destaque neste jornal, os tradicionais e «impressionantes» dois minutos de silêncio a que se

³⁰⁷ *A Capital* de 10 de Abril de 1925, pág.1.

³⁰⁸ *A Capital* de 8 de Abril de 1926, pág. 2.

³⁰⁹ *Idem*, pág. 2.

³¹⁰ *A Capital* de 9 de Abril de 1926, pág. 2

³¹¹ As cerimónias habituais, para além de decorrerem na Avenida da Liberdade, aconteciam também em outros locais da cidade, como o cemitério do Alto de S. João ou o Jardim das Albertas. Os momentos mais altos das cerimónias eram os «dois minutos de silêncio» e a deposição de flores no talhão dos combatentes e no monumento aos mortos da Grande Guerra. Ao contrário do 11 de Novembro, que celebra a vitória aliada, o 9 de Abril relembra o sacrifício dos mortos e dos ex-combatentes. Fora de Lisboa, para além de todas as celebrações que decorriam junto dos monumentos aos mortos da Grande Guerra, a cerimónia mais significativa ocorria na Batalha junto ao túmulo ao soldado desconhecido.

³¹² *A Capital* de 9 de Abril de 1926, pág. 2

associou o Presidente do Senado, o Sr. Correia Barreto, que propôs e viu aprovada por todos os lados da Câmara, um voto de «sentimento» por aqueles que morreram em África e na Flandres.

A *Batalha* do dia 9 de Abril, resolve afrontar novamente o clero e o seu crescente papel nas cerimónias. Dessa forma, as comemorações da data, para além de realçarem o militarismo mais primário e o patriotismo mais básico, permitem ainda a materialização da reacção católica que a pretexto dos “(...) *mortos que tombaram na guerra* (...)”³¹³ se insinua nas comemorações “(...) *explorando a saudade e o sentimentalismo de um povo, o levam a ajoelhar submisso e contrito perante os ridículos ídolos da Igreja.*”³¹⁴

Posta a nu a «perfídia» do Clero, o artigo vira as suas atenções para a natureza «comercial e capitalista» e «antipopular» da guerra, retomando a ideia que “*fortunas colossais fizeram-se durante êsse período de sofrimento e angústia. Enquanto o povo passava fome, havia quem se banquetearse pantagruélicamente.*”³¹⁵

A análise dos jornais durante este período (1918-1926) permite afirmar que por esta altura a narrativa de La Lys estava estabelecida nas suas linhas gerais. No período que medeia entre o fim da guerra e o 28 de Maio os jornais desempenharam, conjuntamente com as celebrações públicas e a política de edificação de monumentos de homenagem aos mortos da Grande Guerra, um papel crucial na construção da narrativa e na perpetuação do mito de La Lys e, por arrastamento, da participação portuguesa na Grande Guerra junto da opinião pública. Embora os jornais enfrentassem uma dificuldade (o número esmagador de analfabetos) que as celebrações públicas e as inaugurações não tinham, eles representavam uma das faces visíveis de um combate que procurava não só celebrar o esforço de guerra português, o heroísmo das nossas tropas, mas fundamentalmente evitar que estes caíssem no esquecimento.

A análise destes jornais durante este período permite-nos ainda identificar o que achamos serem os elementos consensuais e definidores da narrativa de La Lys, repetidos vezes sem conta: a) a «sorte» da batalha fora decidida pela superioridade esmagadora do inimigo; b) essa superioridade, conjugada com as péssimas condições climáticas tornaram inviável uma resistência prolongada; c) apesar de todos estes obstáculos, as tropas portuguesas, procederam a uma retirada organizada, retratada como «estratégica»; d) os nossos soldados revelaram enorme valentia, bravura e raça aceitando o seu sacrifício com dignidade e honra, facto que desde cedo fora sublinhado pelos nossos aliados e até pelos inimigos; e) a capacidade de resistência demonstrada pelos nossos militares durante aquelas horas fatídicas permitira a

³¹³ A *Batalha* de 9 de Abril de 1926, pág.1.

³¹⁴ Idem, pág.1.

³¹⁵ Idem, pág.1.

reorganização e manutenção da frente aliada o que, em última análise possibilitara aos aliados as condições para lançarem a ofensiva final. Desta forma, La Lys não fora uma derrota mas sim um «sacrifício» necessário que contribuía para a vitória final dos aliados.

A escapar a este «unanimismo» estavam *A Lucta*, *O Mundo* e *A Batalha*. Nos dois primeiros também encontramos os elementos enunciados anteriormente, sendo *O Mundo* aquele que mais procura transformar La Lys na «gesta» do C.E.P. Todavia, sendo ambos órgãos de imprensa ligados a partidos políticos, o primeiro ao Unionista e o segundo ao Democrático, La Lys é bastas vezes escrutinado de um prisma político. Reflectindo realidades políticas distintas, *A Lucta* aponta como causas principais da derrota as falhas na preparação do contingente português, que iam desde a logística, passando pelo treino ministrado em Portugal até aos problemas no transporte das tropas, ao passo que *O Mundo* prefere destacar os problemas do *roulement*, da excessiva permanência das tropas na frente, do cansaço e da desmotivação das mesmas. Ambos defendem que a derrota não se devera exclusivamente a questões militares mas sobretudo a opções políticas.

A Batalha, é, de todos os jornais analisados, aquele que se afasta completamente do tom celebrativo e laudatório, nunca manifestando qualquer tipo de simpatia ou apreço pela celebração, muito pelo contrário. Onde os outros jornais viam o «herói», o «corajoso» ao até o «sacrificado», *A Batalha* vê no soldado português a «vítima» manietada pelos poderes político-económicos. A guerra não fora uma demonstração de «vitalidade nacional», mas uma manifestação de subserviência perante esses interesses que enriqueceram com a guerra à custa da miséria do povo. Nesse sentido, o jornal, que fora sempre contrário à guerra, nunca poderia associar-se às celebrações, tanto as de La Lys como as do 11 de Novembro, uma vez que ambas eram manifestações de «militarismo» e da «exploração» capitalista. Anticlerical por natureza, o jornal assinala ainda a sua preocupação com a crescente influência da igreja nas comemorações, e na vida pública em geral, alertando constantemente os seus leitores para os perigos deste ressurgimento numa república laica. Este distanciamento, e até mesmo desprezo pelas solenidades, deixava o jornal fora da «comunidade nacional» e do clima de «exaltação patriótica» da data, mas isso não o incomodava, uma vez que a missão do periódico consistia em refutar os «falsos unanimismos» e «acordar» as consciências do proletariado.

O mito de La Lys nos anos da Ditadura Militar e nos anos iniciais do Estado Novo até 1940

A tomada do poder pelos revoltosos a 28 de Maio de 1926 pôs fim à I República e colocou os militares no palco central da política portuguesa, transformando-os, aos olhos de muitos, no último instrumento de salvação nacional. Os conspiradores encontravam-se unidos em torno de um programa «mínimo»: “(...) pôr termo à «corrupção», à «demagogia», à «ditadura» dos «democráticos», substituindo-a por um vago «regime de ordem», de «excepção», que saneasse as finanças, relançasse a economia na metrópole e nas colónias e criasse as condições de uma «nova ordem política» republicana (...)”³¹⁶ No fundo, a ambição do 28 de Maio concretiza os objectivos profeticamente delineados por Sinel de Cordes um ano antes n’ *O Século*, quando este se referira à necessidade de bem organizar e comandar o povo português.³¹⁷

Quando as hostes republicanas compreenderam os objectivos últimos da revolta, procuraram naturalmente reagir e recuperar o poder. Assim, temos um sector constituído por republicanos conservadores, “(...) interessado em repor o jogo democrático depois de um período de «ditadura temporária”³¹⁸ onde pontuavam homens como Mendes Cabeçadas, que tendo participado no golpe mas descontente com a sua evolução opta, mais tarde pela cisão. Um segundo grupo, onde se incluíam os unionistas-liberais de Cunha Leal, que defendia a negociação de uma transição democrática com os militares que ocupavam o poder e, finalmente, os «revirahistas», uma amálgama de vários sectores à esquerda do Partido Democrático, onde se incluíam Álvaro de Castro, José Domingues dos Santos, Seareiros e Socialistas, grandes figuras republicanas como Bernardino Machado, Afonso Costa, António Sérgio ou Jaime Cortesão, apoiados pelo operariado, que organizará até 1933 um conjunto de revoltas e intentonas (revolta de Fevereiro de 1927; revolta de 26 de Agosto de 1931 ou a revolta da Madeira também nesse ano) com o objectivo de derrubar a Ditadura e repor o regime constitucional.

Fruto da actuação das lideranças governativas e da acção da Censura, a partir desta data, para os jornais *O Mundo* (que, depois de edições esparsas cessa a publicação em 1930 a título definitivo) e *A Lucta* (que a partir de 1926 tem apenas edições esporádicas, saindo o seu último número a 20 de Setembro de 1935) não foram encontrados números que mencionassem a questão da intervenção portuguesa na guerra. Já *A Batalha*, que viu as suas instalações

³¹⁶ *História de Portugal* de José Mattoso, Vol. VII, O Estado Novo, Capítulo Da ditadura militar ao Estado Novo, da autoria de Fernando Rosas, pág. 154.

³¹⁷ Consultar a este respeito o que foi escrito na página 85.

³¹⁸ ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda, (Coordenação), *Op.Cit*, pág. 561.

assaltadas e destruídas em 1927 cessou a sua publicação nesse mesmo ano. Do diário *A República*, que continua a ser publicado após o 28 de Maio, com intervalos, não foram encontradas edições em papel nem microfilmadas entre 1923 e 1931, reaparecendo a partir daí. De forma a diversificar as fontes da minha análise durante estes anos, foi acrescentado o *Diário da Manhã* (que iniciou a sua publicação em 1931), e que funcionava como «órgão» oficial do novo regime. Continuam a fazer parte da nossa análise para este intervalo de tempo *O Diário de Notícias* e *o Século*, que mantém as suas edições normalmente até 1940 e para além dessa data.

Como vimos anteriormente, quando os revoltosos do 28 de Maio de 1926 conquistaram o poder, há muito que o mito de La Lys estava construído nos seus aspectos fundamentais. Mas isso não impediu a Ditadura Militar, em primeiro lugar, e depois o Estado Novo, de usarem La Lys como arma de propaganda. Recém-chegados ao poder, e ainda receosos de uma contra-revolução por parte dos seus oponentes, desaparecem dos jornais, por imposição da Censura e com a ajuda da polícia que dificulta e, por vezes, fecha as publicações da oposição, todos as notícias ou factos que pudessem ser politicamente mais sensíveis e controversos. Por essa razão, nesta fase embrionária da Ditadura Militar, os aspectos mais polémicos que surgiam associados às comemorações de La Lys quase desaparecem do espaço público. Doravante a narrativa deverá ter um único propósito: La Lys será a celebração da «raça» lusitana, da capacidade de perseverança, da tenacidade, do sacrifício e da valentia dos portugueses.

Mas apesar deste clima de perseguição, em 1927, *A Batalha* ainda consegue sair para as bancas. Assim, na edição do dia 10 de Abril volta a dedicar «honra» de primeira página às comemorações da batalha de La Lys, reafirmando que a Grande Guerra fora um conflito desencadeado por rivalidades de “ (...) *grupos capitalistas* (...) *consequência lógica dum sistema económico antagónico e nocivo aos interesses humanos*.”³¹⁹ Retomando as ideias sempre defendidas nas páginas deste diário, o artigo intitulado “*Sobre uma comemoração*” apelida a guerra do «maior dos crimes» uma vez que a sua energia não cria mas apenas destrói. Denunciando a «guerra» e o «capitalismo» como duas formas de opressão da humanidade, o jornal acredita que, apesar de todos os esforços dos «militaristas», nada impedirá o povo de realizar “(...) *o mais nobre, o mais fecundo e o mais alto ideal humano: a paz universal!*”³²⁰ Segundo o jornal, a modernidade é incompatível com a guerra e o capitalismo é contrário à evolução da humanidade, o que conduzirá, inevitavelmente a sociedade no sentido da justiça e da igualdade.

³¹⁹ *A Batalha* de 10 de Abril de 1927, pág.1.

³²⁰ *Idem*, pág.1.

No ano seguinte, no 10º aniversário da batalha, o *Diário de Notícias* ocupa toda a 1ª página com o assunto, dedicando particular atenção a um telegrama enviado pelo Presidente francês Poincaré ao seu homólogo português, Óscar Carmona, que reafirmava a amizade que unia os dois povos e agradecia a bravura demonstrada pelos soldados portugueses nos campos da Flandres. Carmona, figura política e militar herda, desta forma, o lugar dos antigos responsáveis políticos da I República.

Ainda na 1ª página um artigo do Coronel Vitorino Godinho explicava brevemente as causas da batalha destacando a invulgar longa permanência dos soldados na frente de guerra e a falta de oficiais, mas não aponta as causas que estiveram por detrás de tal situação.³²¹

No dia seguinte o mesmo jornal volta a dar grande destaque ao acontecimento desta vez enaltecendo as grandiosas comemorações em Lisboa que, apesar do mau tempo, terão “(...) atingido grande brilhantismo (...)”³²² A comemoração iniciou-se com o cortejo dos antigos combatentes até ao local do futuro monumento aos mortos da Grande Guerra, na Avenida da Liberdade, onde nesse ano se erguia uma construção que imitava uma fortaleza, “(...) cujo muro foi decorado com apetrechos de guerra dum magnífico efeito. O chão onde se ergueram as fundações do monumento estava literalmente coberto de flores, conservando-se acesa durante o dia a chama da Pátria.”³²³ No fim do cortejo, após os discursos e as homenagens seguiram-se os já «sacramentais» dois minutos de silêncio religiosamente respeitados pela enorme multidão presente.

No jornal *O Século* de dia 10 de Abril de 1928 a data merece amplo destaque, embora ocupando um espaço bem menor que no *Diário de Notícias*, voltando a merecer grande destaque as cerimónias de homenagem que decorreram na Avenida da Liberdade.³²⁴

Dois anos depois, em 1930, *O Século* dá destaque de 1ª página às cerimónias que tiveram lugar na Avenida da Liberdade,³²⁵ muito embora este protagonismo já seja partilhado com notícias da actualidade.

O *Diário de Notícias* deste ano opta por uma cobertura muito similar destacando a imponência das cerimónias, sempre presenciadas por uma larga multidão.³²⁶

Em 1931, no dia 8 de Abril, *A República* faz apenas uma referência lateral à importância do dia seguinte, somente para anunciar que devido ao facto de a data não ser feriado,³²⁷ a Liga

³²¹ *Diário de Notícias* de 9 de Abril de 1928, pág.1.

³²² *Diário de Notícias* de 10 de Abril de 1928, pág.1.

³²³ *Idem*, pág.1.

³²⁴ *O Século* de 10 de Abril de 1928, pág.1.

³²⁵ *O Século* de 10 de Abril de 1930, pág.1.

³²⁶ *Diário de Notícias* de 10 de Abril de 1930, pág.1.

dos Combatentes optou por não fazer a habitual parada dos combatentes no “(...) *intuito de evitar que muitos dos seus associados percam êsse dia de salário* (...)”³²⁸. As homenagens consistirão na habitual visita às campas dos combatentes no Alto de S. João, na deposição de flores no monumento aos mortos da Grande Guerra e os dois minutos de silêncio.

Em 1932, a edição do dia 9 de Abril d’ *A República* publica um número especial que dedica uma cobertura amplíssima de onze páginas a vários aspectos relacionados com a intervenção portuguesa na guerra, destacando, naturalmente, a celebração do 9 de Abril.

O jornal começa por homenagear na 1ª página os militares portugueses e, em particular, o falecido General Tamagnini de Abreu, uma velha referência do republicanismo democrático, através de duas fotografias, acompanhadas do texto que o referido General publicou quando assumiu o comando da Corpo Expedicionário Português.³²⁹ Na 2ª página excertos do «Livro Branco» da Grande Guerra relatavam os factos ocorridos desde o início do conflito até à declaração de guerra pela Alemanha em 1916. Na página seguinte, textos do tenente Afonso do Paço recordavam a vivência dos soldados no «front» de guerra em 1918.³³⁰ Na página 5 textos de Hernâni Cidade, do General Ferreira Martins³³¹ e do falecido General Simas Machado³³² relembavam o mérito dos soldados portugueses que combateram nas trincheiras da Flandres, conseguindo dessa forma “(...) *honrar e dignificar o bom nome de Portugal*.”³³³ Toda a página

³²⁷ A institucionalização dos feriados nunca obedeceu a uma política coerente por parte dos sucessivos governos, mas foi sim fruto de iniciativas momentâneas. Desta forma, durante a Ditadura Militar o 11 de Novembro será feriado nacional no ano de 1926 (Decreto 12.635 de 10 de Novembro) e feriado municipal em Lisboa em 1931 (Decreto 20.487 de 9 de Novembro). Já o 9 de Abril foi declarado feriado no ano de 1921 (Lei nº1140 de 6 de Abril) e 1928 (Decreto 15.319 de 4 de Abril).

³²⁸ *A República* de 8 de Abril de 1931, pág.1.

³²⁹ Consultar Anexos – Imagem XI.

³³⁰ Consultar Anexos – Imagem XII.

³³¹ Oficial do Exército concluiu em 1885 o curso de Artilharia. Em 1906 passou para o Estado-Maior do Exército, sendo enviado às manobras do exército suíço, em 1912. Foi chefe da repartição de gabinete do Ministério da Guerra, de 1913 a 1914, durante a administração do general Pereira Bastos, ministro da guerra do 5.º governo constitucional, dirigido por Afonso Costa. Por essa altura foi nomeado sub-chefe do estado-maior do Corpo Expedicionário Português enviado para a Flandres, no Norte de França, em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial. Com o fim da guerra voltou a Portugal, sendo nomeado chefe do estado-maior do Campo Entrincheirado de Lisboa. Mais tarde, comandou o regimento de infantaria n.º 5, e a seguir, de 1929 a 1933, a Escola Central de Oficiais. Escolhido para general foi promovido a esse posto em 1930, tendo servido de 1936 a 1940 como administrador geral do Exército, sendo a partir de 1938 também vogal do Conselho Superior do Exército. Escreveu ainda sobre assuntos militares com particular destaque para a obra colectiva que dirigiu “Portugal na Grande Guerra”. Faleceu em 1967 com a propecta idade de 92 anos.

³³² Oficial do Exército português atingiu o posto de General em 1917. Foi comandante da 2ª Divisão do Corpo Expedicionário Português. Politicamente fez parte do Partido Evolucionista mas, mais tarde, ajudou a fundar o Partido Centrista, vindo ainda a aderir ao sidonismo. Foi deputado nas legislaturas de 1915 e 1918. Terminou a sua carreira militar como Comandante da Divisão Militar de Lisboa do qual foi exonerado alguns dias depois do golpe do 28 de Maio de 1926 por não ter aderido ao movimento revolucionário. Faleceu em 1927 com 67 anos de idade.

³³³ *A República* de 9 de Abril de 1932, pág. 5.

seguinte é preenchida com excertos da obra de Augusto Casimiro³³⁴ “Calvários da Flandres” publicada em 1920, onde se relatam as horas iniciais da batalha de La Lys e a forma corajosa, e por vezes desesperada, como os soldados portugueses combateram contra um inimigo esmagadoramente superior em homens e armas, perdendo tudo “(...) *menos a honra!*”³³⁵ Nas páginas 8 e 9, dois artigos louvavam a acção de dois combatentes portugueses, heróis desconhecidos: o aviador Monteiro Torres que morreu combatendo 5 aviões alemães³³⁶ e o marinheiro Carvalho Araújo que faleceu enquanto combatia um submarino alemão.³³⁷

Todavia, o artigo mais interessante destas páginas é aquele que louva a obra «eminente» do governo de União Sagrada. O texto elogia a capacidade de união que os partidos republicanos sempre revelaram quando a República estava ameaçada. Quando isso sucedia, “(...) *apagaram-se (...) todas as discordâncias e como um só homem se juntaram os republicanos de diversos agrupamentos em volta do altar da Pátria e sob a bandeira da República.*”³³⁸ O governo de União Sagrada fora “(...) *a maior obra da República, porventura a mais gloriosa obra nacionalista dos últimos séculos.*”³³⁹ Caminhando numa linha perigosa, uma vez que existia censura, o texto podia, e foi certamente entendido por muitos, como um repto a todos os «velhos republicanos» para que se unam nesta hora «grave», e que esqueçam as divergências que tiveram no passado. A União Sagrada fora a resposta dos Republicanos patriotas à emergência da guerra. A implantação da ditadura militar trouxera consigo uma nova «emergência» nacional, a que era necessário responder de forma vigorosa com a união das diversas facções do «velho» republicanismo democrático e com a supressão temporária das «velhas» divisões. A mensagem era clara: quando a Pátria esteve em perigo os republicanos souberam responder. Saberão fazê-lo agora?

Com uma cobertura muitíssimo menor o *Diário da Manhã* recorda o acontecimento através de um artigo intitulado “*Data Memorável*”. Evitando referir-se directamente à questão da

³³⁴ Oficial do Exército participou como Tenente no Corpo Expedicionário Português, tendo sido, posteriormente, promovido a Capitão. Após o termo da Grande Guerra, leccionou no Colégio Militar e posteriormente trabalhou em Angola sob a direcção de Norton de Matos, por esta altura Alto-comissário da República nesse território ultramarino. Em 1926 regressa a Portugal em virtude do 28 de Maio. Permanece ligados aos movimentos de oposição republicana à Ditadura Militar e participa na chamada Revolta da Madeira (1931), sendo então demitido do Exército e, entre 1933 e 1936, desterrado em Cabo Verde. Foi reintegrado em 1937, após o que passou à reserva. Manteve a sua ligação à oposição democrática ao Estado Novo, tendo integrado o Movimento de Unidade Democrática em apoio à candidatura presidencial de Norton de Matos. Para além da actividade militar e política manteve uma intensa actividade literária quer através da escrita de livros quer através da colaboração em múltiplos periódicos, como *A Águia* e *A Seara Nova*. Faleceu em 1967 com 78 anos de idade.

³³⁵ *A República* de 9 de Abril de 1932, pág. 6.

³³⁶ Consultar Anexos – Imagem XIII.

³³⁷ Consultar Anexos – Imagem XIV.

³³⁸ *A República* de 9 de Abril de 1932, pág. 8.

³³⁹ *Idem*, pág. 9.

batalha de La Lys, o texto destaca as duas principais qualidades do soldado português: a capacidade de adaptação a uma nova realidade, mesmo “(...) *relativamente pouco instruído, e por vezes sem instrução alguma, (...)*”,³⁴⁰ e a bravura, reconhecida inclusivamente pelo inimigo que lhe prestou a devida homenagem “(...) *gravando nas humildes cruzes de madeira das sepulturas dos nossos soldados epitáfios honrosos que valiam muitos deles as melhores condecorações.*”³⁴¹

No dia seguinte, o mesmo jornal, dedica às comemorações apenas uma fotografia no canto inferior da 1ª página onde se podia ver o Presidente da República, Óscar Carmona, depositando uma coroa de flores no monumento aos mortos da Grande Guerra,³⁴² não existindo qualquer outra referência ao tema.

Em 1933 no dia 9 de Abril, *O Século* destaca a data, por um lado, apresentando na 1ª página uma pintura de Sousa Lopes e, por outro, recorrendo à narrativa clássica da batalha. Mas apesar de ser um assunto central de 1ª página, o tema perde importância em detrimento de outras notícias, tais como, a publicação da legislação alemã que excluía do funcionalismo público todos os não-arianos, ou a entrada em vigor da nova constituição portuguesa.³⁴³

No mesmo dia o *Diário de Notícias* publica um texto de louvor ao esforço e ao sacrifício demonstrados pelos soldados portugueses e que termina com a seguinte frase: “*Os mortos mandam. Exaltemos e veneremos os nossos mortos!*”³⁴⁴ Neste texto, é explicada a «verdadeira» lição do 9 de Abril: o sacrifício dos nossos soldados na Flandres permitira a manutenção da integralidade do nosso território (continental e ultramarino). Esqueçam-se as divisões, e, as querelas, mas honrem-se os militares que “(...) *bateram-se com a serenidade de quem cumpre um dever indeclinável*”³⁴⁵ Ainda na 1ª página, o jornal destaca, com direito a fotografia, a «venda do capacete» organizada pela Liga Portuguesa dos Combatentes da Grande Guerra.

O *Diário da Manhã* do dia 9 de Abril de 1933 consagra toda a 1ª página à comemoração com dois artigos de Pestana Reis³⁴⁶ e Raul Esteves³⁴⁷ denominados respectivamente, “*Nas*

³⁴⁰ *Diário da Manhã* de 9 de Abril de 1932, pág.1.

³⁴¹ *Idem*, pág.1.

³⁴² Consultar Anexos – Imagem XV.

³⁴³ *O Século* de 9 de Abril de 1933, pág.1.

³⁴⁴ *Diário de Notícias* de 9 de Abril de 1933, pág.1.

³⁴⁵ *Idem*, pág.1.

³⁴⁶ Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e combatente na Grande Guerra, lutou na Batalha de La Lys. Como jornalista colaborou em vários jornais da Madeira, região da qual era natural e no *Diário da Manhã*. Faleceu em 1966 com 72 anos de idade.

³⁴⁷ Oficial do Exército português, combateu na Grande Guerra chefiando o Regimento de Sapadores dos Caminhos-de-ferro. Foi um dos comandantes da Revolta de 18 de Abril de 1925. No ano seguinte foi nomeado Administrador Adjunto Militar dos Caminhos de Ferro do Estado. Teve um papel instrumental na preparação da Revolução de 28 de Maio de 1926. Em 1935, detinha a posição de Inspector Interino das Tropas de Comunicação, que acumulava

vésperas do 9 de Abril” e *“A lição da Grande Guerra”*. O primeiro texto é um relato na primeira pessoa das horas que antecederam o ataque alemão e não contém nenhum dado que já não fosse conhecido. Muito mais interessante é o texto de Raul Esteves.

Segundo o autor, até ao momento as celebrações “(...) *revestem apenas a aparência de solenidades festivas, com cortejos, paradas, peditórios, e outras manifestações de vulgar caracter festivo.*”³⁴⁸ quando deveriam “ (...) *constituir uma lição histórica destinada a emendar erros do passado e a preparar eventualidades futuras.*”³⁴⁹ Mas a que erros se refere em concreto Raul Esteves? Aos de preparação militar, certamente, a que alude brevemente, mas sobretudo, aos de natureza política e moral. Segundo ele, os governos da República deveriam ter-se preocupado, acima de tudo, com a defesa das colónias africanas, ameaçadas pela Alemanha e, na eventualidade de vir a combater na Europa deveriam ter garantido “(...) *em bases concretas quais os resultados materiais e morais que nos deveriam ficar assegurados.*”³⁵⁰ Numa crítica directa aos guerristas, o autor afirmava com amargura, que a instabilidade política vivida na I República, conjugada com a falta de motivações fortes que justificassem a nossa intervenção na guerra europeia, leva-o a concluir que “(...) *a preparação política da guerra [fora] afinal feita com a exclusiva mira dos interesses de qualquer seita ou facção.*”³⁵¹ Para além disso, a intervenção portuguesa na guerra não fora devidamente explicada aos portugueses. Falhara, dessa forma, a propaganda, que ao invés de unir os portugueses, os catalogara em traidores ou germanófilos, consoante fossem partidários ou não da intervenção. Raul Esteves ataca frontalmente a imprensa da época culpando-a de dar eco a estas divisões e de promover falsas ideias acerca do que os soldados iriam encontrar em França.

Este texto traz novamente para a opinião pública a questão política da intervenção portuguesa na guerra, desta vez para acusar os intervencionistas de quererem entrar na guerra a todo o custo, sem definirem devidamente, por um lado, os objectivos políticos que justificavam a nossa participação, nem prestarem o cuidado necessário, por outro lado, às questões do treino, preparação, transporte, abastecimento e substituição das tropas.

No dia seguinte o *Diário da Manhã*, sem grande surpresa, destaca a aprovação esmagadora da nova Constituição Política da República Portuguesa (1.292.864 votos a favor e 6.190 contra), relegando a comemoração da data para uma pequena fotografia nas

com as funções de Serviço de Pioneiro. Em 1936 foi promovido a general. Chefiou uma missão portuguesa de observação em Espanha, durante a Guerra Civil Espanhola. Faleceu em 1955 com 77 anos de idade.

³⁴⁸ *Diário da Manhã* de 9 de Abril de 1933, pág.1.

³⁴⁹ *Idem*, pág.1.

³⁵⁰ *Idem*, pág.1.

³⁵¹ *Idem*, pág.1.

«Actualidades Gráficas» onde se vê os soldados cumprindo os dois minutos de silêncio em frente ao monumento aos mortos da Grande Guerra.³⁵²

A *República* em 1934 atribui grande destaque à comemoração sublinhando novamente a “(...) *impressionante cerimónia dos dois minutos de silêncio* (...)” que não é, de acordo com o jornalista, uma celebração entusiasmante e alegre da batalha, mas antes uma cerimónia destinada a tirar do esquecimento todos aqueles heróis que “(...) *procuraram vislumbrar um sorriso de piedade na face velada da Pátria*”³⁵³ e que se preocupa ainda em recordar o sofrimento das mães que ficaram sem filhos e os soldados que “(...) *por aí se arrastam numa vida de miséria*.”³⁵⁴

Num registo mais ligeiro, um pequeno texto descreve a homenagem prestada pela União Velocipédica Portuguesa que organizou nesse ano uma estafeta de homenagem que ligou o Monumento aos mortos da Grande Guerra na Avenida da Liberdade ao mosteiro da Batalha, local onde se encontram os túmulos dos soldados desconhecidos. Na última etapa desta estafeta, o campeão nacional de ciclismo e atleta do Benfica, José Maria Nicolau, percorreu a distância entre Alcobaça e a Batalha, tendo à chegada “(...) *entregue o testemunho ao nosso ilustre amigo Sr. General Norton de Matos, que ali se encontrava, rodeado de antigos combatentes e de centenas de pessoas*.”³⁵⁵

Ainda a propósito do 9 de Abril, o jornal chama para a 1ª página um testemunho não de um combatente da Flandres, mas de um soldado – o 2º tenente João Nunes Crêspo - que lutara em África, neste caso em Angola. Aproveitando a notoriedade que esta data sempre conferira aos feitos portugueses na guerra, o diário exprime o “(...) *desejo de aproximar tôdas as campanhas da mesma causa, (...)*”,³⁵⁶ chamando a atenção para o heroísmo e a abnegação sempre demonstrados pelos soldados portugueses na guerra africana. De facto, e apesar de estarem sepultados na Batalha dois soldados desconhecidos (um da Flandres e outro de África), a cerimónia do 9 de Abril celebrava, acima de tudo, o esforço dos soldados portugueses na guerra europeia. O jornal procurava, assim, colmatar essa lacuna, alertando para o sacrifício dos soldados portugueses em África, muitas vezes minorizado na opinião pública.

Ainda em 1934 o *Diário da Manhã* coloca um desenho alusivo à data na 1ª página³⁵⁷, e dedica-lhe mais algumas linhas na seguinte onde se relatam as habituais solenidades

³⁵² Consultar Anexos – Imagem XVI.

³⁵³ *A República* de 9 de Abril de 1934, pág.1.

³⁵⁴ *Idem*, pág.1.

³⁵⁵ *Idem*, pág. 2.

³⁵⁶ *Idem*, pág.1.

³⁵⁷ Consultar Anexos – Imagem XVII.

associadas à data, como os dois minutos de silêncio, a venda do capacete e a romagem dos soldados aos cemitérios. No dia seguinte o mesmo jornal consagra duas fotografias alusivas às comemorações da data,³⁵⁸ mas nem uma linha de texto.

O *Diário de Notícias* desse ano associa-se também à data dando-lhe destaque de 1ª página. Aqui repetem-se as habituais referências comemorativas, e à semelhança do que tinha feito *A República*, também *O Diário de Notícias* antecipa a estafeta ciclística que ligará Lisboa à Batalha, acrescentando que o “(...) o testemunho é constituído por uma artística bilha com «azeite votivo» e um cartão da U.V.P. [União Velocipédica Portuguesa] em prata.”³⁵⁹

No ano de 1935 *A República* ocupa quase toda a 1ª página com um desenho de Carlos Botelho,³⁶⁰ singelamente intitulado «O 9 de Abril»³⁶¹ onde se observa um soldado português empunhando orgulhosamente uma bandeira nacional sobre um monte de caveiras, numa clara alusão ao martírio redentor do C.E.P. Este desenho destaca de forma bastante gráfica o sacrifício do soldado português: um «holocausto» necessário e justificado que permitira a sobrevivência da Nação, materializada na manutenção da independência do território continental face aos «avanços» espanhóis, e do império colonial.

Na página 3 um texto do furriel da G.N.R. António Bravo, exulta com mais esta comemoração que, segundo ele, deveria não apenas louvar os «heróis de La Lys», mas também os combatentes em África, e ser ainda um exemplo “(...) para a educação da juventude, (...)”³⁶² Na página seguinte o jornal dedica uma extensa reportagem à visita do Sr. Jacques Péricard, antigo combatente francês, a convite da Liga dos Combatentes da Grande Guerra. Através desta reportagem ficamos a saber que o dito senhor Péricard, visitara o túmulo do soldado desconhecido na Batalha, tendo de seguida feito um périplo pelas cidades do Coimbra, Braga, Viana do Castelo e Porto, onde realizou uma “(...) conferência no Ateneu Comercial do Porto.”³⁶³

Nesse ano o *Diário da Manhã* volta a destacar a temática na 1ª página com um artigo intitulado “Comemoração do 9 de Abril”. Debaixo deste título neutral encontra-se, todavia, um

³⁵⁸ Consultar Anexos – Imagem XVIII.

³⁵⁹ *Diário de Notícias* de 9 de Abril de 1934, pág.1.

³⁶⁰ Carlos Botelho foi um artista plástico que durante a década de 20 foi um dos pioneiros da banda desenhada portuguesa. Na década de 30 trabalhou para o Secretariado de Propaganda Nacional pertencendo a uma equipa de decoradores encarregues da realização dos pavilhões de Portugal nas exposições de Paris, Nova Iorque e S. Francisco. Em 1940 integra a equipa de decoradores responsável pela Exposição do Mundo Português. Vencedor de vários prémios ao longo da sua vida dos quais se destacam o 1º Prémio na Exposição Internacional de Arte Contemporânea, S. Francisco, EUA; o Prémio Columbano na V Exposição de Arte Moderna do S.P.N., Lisboa e o 1º Prémio de Pintura na II Exposição de Artes Plásticas da Fundação Calouste Gulbenkian, é considerado uma das grandes figuras dos modernistas portugueses. Faleceu em 1982 com 83 anos de idade.

³⁶¹ Consultar Anexos – Imagem XIX.

³⁶² *A República* de 9 de Abril de 1935, pág. 3.

³⁶³ *Idem*, pág. 4.

texto bastante ideológico. O jornalista acusa os «saudosistas» e os «pacifistas», estes últimos, aparentemente influenciados pelos ventos da III internacional Socialista, de subverterem os verdadeiros valores da data. De acordo com o diário a comemoração do 9 de Abril deve ter como objectivo último nunca deixar cair no esquecimento o sacrifício dos soldados portugueses nos campos da Flandres. Este sacrifício, de resto só não fora completamente inútil, porque a atitude dos soldados redimira “(...) *as fraquezas, e os interesses inconfessáveis dos dirigentes* (...)”³⁶⁴

O artigo, vai ainda mais longe, e, pela primeira vez, identifica a data com a acção política do Estado Novo, uma vez que o 9 de Abril deve ainda “(...) *servir de estímulo para todos os que trabalham com sinceridade nesta campanha urgente e necessária de mobilização de tôdas as forças morais da Nação em tômo da bandeira do ressurgimento e grandeza de Portugal, (...)*”³⁶⁵

Embora o Estado Novo atribua maior importância às celebrações do 11 de Novembro do que às do 9 de Abril, pelo facto da primeira data ser muito mais consensual, uma vez que invoca a vitória e não um recuo, permitindo desta forma ao exército, um dos suportes do regime, recuperar o seu prestígio, isso não significa que La Lys não tenha sido usada na propaganda do Estado Novo. Não podendo invocar a autoria da intervenção, nem a responsabilidade pelo que sucedera, o Estado Novo aproveita as celebrações para acusar os governos intervencionistas de irem para a guerra contra a vontade expressa das chefias militares, ilibando, desta forma o exército de qualquer responsabilidade na *debacle*. Segundo esta linha argumentativa, a guerra, e toda a instabilidade político-militar da I República, foram experiências traumáticas para o exército, usado sucessivamente pelos partidos na luta político-partidária. Mas, segundo o autor, esse «trauma» permitira, todavia, no final do conflito, o «despertar» político dos militares que culminara na organização do 28 de Maio.

O texto afirma ainda que o Exército tem actualmente um triplo papel de crucial importância: é o grande responsável pelo «ressurgimento» nacional, o sustentáculo do regime e a grande reserva moral da «Nação». Estas são ideias centrais no discurso ideológico do Estado Novo que apresenta o Exército como uma “(...) *instituição supraclassista e suprapartidária, referência última do Estado, depositário natural e cadinho das virtudes pátrias, bastião incorruptível do vigor derradeiro da nação enferma. (...)*”³⁶⁶

O artigo, naturalmente, não ignora que a revolução de 1926 tivera um período de predominância militar, inevitável e necessário para «acalmar» a situação. Mas passados esses anos, a partir de 1933, as forças armadas souberam retomar a sua função «natural», de defesa

³⁶⁴ *Diário da Manhã* de 9 de Abril de 1935, pág.1.

³⁶⁵ *Idem*, pág.1.

³⁶⁶ ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder, a arte de saber durar*, Tinta-da-China, Lisboa, 2012, pág. 57.

da independência territorial da Nação, subordinadas ao poder político e não a conspirarem nos quartéis ou a urdirem revoltas, como sucedera na I República. Com esta atitude, as forças armadas souberam ganhar o respeito da Nação, que se mostra agradecida, e são hoje o penhor da estabilidade e da unidade e não o braço armado da revolta e da sedição. No fundo, este artigo descreve um dos compromissos fundamentais de Salazar, que defendera desde o início o «regresso aos quartéis» dos militares, uma vez consolidados os pilares da revolução,³⁶⁷ mas que atribuirá durante toda a duração do Estado Novo a mais alta magistratura do Estado a militares.

Em 1936 *A República* dedica quase toda a 1ª página à data recorrendo a uma imagem³⁶⁸ e a um texto do General Sá Cardoso.³⁶⁹ Neste artigo, este «velho» republicano alerta para o perigo estarem a ser desbaratados os sacrifícios realizados na Grande Guerra. O autor queixa-se do aparente apagamento da memória colectiva dos «horrores» da guerra, “ (...) visto a perspectiva de outra já surgir no horizonte, (...)”³⁷⁰, uma possibilidade particularmente assustadora para quem lutou na «guerra destinada a acabar com todas as guerras», mas que é ainda agravada pela “(...) possibilidade da distribuição das nossas colónias, como prémio, por quem, ao tempo em que foram descobertas, não conhecia sequer a existência do «Cabo Não»³⁷¹ - além do qual se não passava – e nenhum outro direito, salvo o da força, pode alegar para delas se aproveitar.”³⁷²

De facto, uma das justificações mais consensuais para a entrada de Portugal na Grande Guerra tinha sido a defesa do ultramar. A simples perspectiva de o perder fruto de uma simples moeda de troca no jogo diplomático que decorria entre as principais potências europeias

³⁶⁷ Para melhor conferir esta ideia do «regresso aos quartéis» ver a *História de Portugal* de José Mattoso, Vol. VII, O Estado Novo, da autoria de Fernando Rosas, ou do mesmo autor, *Salazar e o Poder, a arte de saber durar*. Conferir ainda, de Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares, forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*.

³⁶⁸ Consultar Anexos – Imagem XX.

³⁶⁹ Oficial do Exército que integrou o Comité Militar para a proclamação da República, interveniente na revolução de 5 de Outubro de 1910, pertenceu ao Corpo Expedicionário Português. Fez parte do movimento do 14 de Maio de 1915 e fez parte da resistência à revolta Sidonista de Dezembro de 1917, tendo por esse motivo sido preso entre 1918-1919. Filiado no Partido Republicano Português, passou de seguida pelo Partido Reconstituente que ajudou a fundar com Álvaro de Castro e pela Acção Republicana. Foi deputado por Viana do Castelo nos anos de 1913, 1915, 1919 e 1922 chegando a presidir a Câmara dos Deputados nesse ano. Presidiu ao 21º Ministério (de 29 de Junho de 1919 a 15 de Janeiro de 1920) acumulando com as pastas do Interior, Negócios Estrangeiros e Colónias. Integrou o 40º Ministério chefiado pelo Capitão Álvaro de Castro com a pasta do Interior entre 18 de Dezembro de 1923 e 6 de Julho de 1924. Com a chegada da Ditadura em 1926 foi novamente preso tendo vivido entre 1927 e 1933 em regime de residência fixa nos Açores e Cabo-Verde. Regressa a Portugal em 1934 para fundar a Aliança Republicana. Faleceu em 1950 com 86 anos de idade.

³⁷⁰ *A República* de 9 de Abril de 1936, pág.1.

³⁷¹ Cabo situado na costa ocidental africana que até ao século XV era considerado intransponível pelos europeus, o que originou o seu nome.

³⁷² *A República* de 9 de Abril de 1936, pág.1.

causava calafrios nestes velhos homens da República e em todos os combatentes da Grande Guerra, pois representaria a anulação do seu imenso sacrifício e a futilidade de todo o esforço de guerra português. O artigo termina com um alerta em forma de repto: “*Se por desgraça nossa, tal vier a dar-se, se a ameaça se tornar em injusta realidade, lembre-se Portugal do sacrifício do Soldado Desconhecido, disponha-se a imitá-lo, a repetir o esforço que o 9 de Abril representa, para que as colónias nos não sejam arrebatadas sem luta.*”³⁷³

Apesar destes alertas, a manutenção das colónias será sempre um tema muito importante para o Estado Novo. A publicação do Acto Colonial em 1930 (Decreto 18.570 de 8 de Julho de 1930) reafirmava a “(...) *função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos* (...)” de Portugal, e proclamava a sua indisponibilidade para alienar a “(...) *qualquer título* (...) *parte do seu território colonial.*”³⁷⁴ Mas para além da «missão colonizadora» e evangélica dos portugueses subjaz uma outra ideia essencial: a manutenção do império colonial é igualmente crucial para a salvaguarda da independência nacional perante a eterna pressão anexionista de Espanha.

Mais no interior do jornal surge um testemunho de um cidadão francês, Edmond Equoy, escrito no rescaldo da batalha de La Lys, onde são tecidos rasgados elogios à actuação das tropas portuguesas durante essas horas dramáticas. A resistências das tropas terá sido tal que “(...) *o inimigo, enraivecido, não fez prisioneiros, vingando-se nos feridos,* (...)”³⁷⁵. Por esta altura o heroísmo das nossas tropas era um facto bem estabelecido na narrativa de La Lys, mas o louvor de um estrangeiro tem sempre outro impacto.

Neste ano ainda, o *Diário da Manhã* do dia 9 de Abril dedica pouco espaço às comemorações, surgindo apenas um pequeno artigo na 1ª página, da responsabilidade da Liga dos Antigos Combatentes, a alertar os leitores para a parada que se irá realizar nesse dia pelas 14 horas e que a Liga espera ser «imponentíssima». Na página dois apenas encontramos um pequeno texto e uma fotografia da venda do capacete, acompanhado de algumas breves descrições de cerimónias que decorreram em várias localidades do país.

O *Diário de Notícias* recorda a data numa crónica do General Ferreira Martins onde se afirma que a celebração da data acontece “(...) *sob atmosfera pesada e o céu carregado de nuvens* (...)”³⁷⁶, em virtude da difícil situação mundial que fazia perigar a paz por que tantos soldados portugueses lutaram e morreram na Grande Guerra. Ferreira Martins, mais à frente, revela igualmente a sua mágoa com as recorrentes “(...) *referências caluniosas ao nosso esforço*

³⁷³ Idem, pág.1.

³⁷⁴ Dec.Lei nº 18.570, *Diário do Governo*, 1ª série, nº 156 de 8 de Julho de 1930, pág. 1308.

³⁷⁵ *A República* de 9 de Abril de 1936, pág. 7.

³⁷⁶ *Diário de Notícias* de 9 de Abril de 1936, pág.1.

na Grande Guerra, (...)”³⁷⁷, terminando com um apelo para que todos celebrem a data deslocando-se, em corpo ou em espírito, aos locais mais emblemáticos das comemorações.

Em 1937, o *Diário da Manhã* do dia 9 de Abril aproveita as comemorações para louvar a obra de constituição e robustecimento do exército português conduzida pelo Estado de Novo, em especial nesta hora em que se ouvem novamente as «trombetas» da guerra: “*Compreendemos agora o valor do exército e da nação armada. Já sentíramos mesmo a sua utilidade no 28 de Maio e ao longo destes dez anos de incruenta e pacífica Revolução nacional.*”³⁷⁸ O Exército, continua o texto, não teve apenas um papel «instrumental» na génese, preservação e avanço da «Revolução Nacional», mas tem sido igualmente fundamental na “(...) *formação moral do soldado.*”³⁷⁹ O exército é portanto apresentado sob uma tripla perspectiva: é o suporte do novo poder político, mas subordinado a ele, não acalentado qualquer ambição política; é o garante da independência nacional numa época onde a guerra já é uma realidade em Espanha e ameaça sê-lo no resto da Europa, e, finalmente é um reduto moral, uma instituição, juntamente com outras, como por exemplo, a escola, responsável pela formação da nova consciência política que se baseava fortemente na obediência.

Ainda neste ano, *A República* traz para a 1ª página as celebrações do 9 de Abril realçando em particular a romagem efectuada pelos Bombeiros portugueses ao túmulo do soldado desconhecido na Batalha, que constituiu “(...) *uma das mais significativas, grandiosas e comoventes comemorações feitas no dia de hoje.*”³⁸⁰ Todavia, o jornal não ignora a periclitante situação política que se vive na Europa atribuindo-lhe grande destaque na 1ª página. Com a eclosão da guerra civil em Espanha e o «fantasma» de um novo conflito europeu bem presentes, o jornalista alerta para o facto de que “(...) *quando cotejamos o actual panorama do mundo, comparando-o com o de 1914, temos de chegar à desoladora conclusão de que o presente é bem mais difícil e apresenta mais profundas arestas que o que deu à luz a convulsão medonha por um eufemismo exagerado chamada a «Grande Guerra».*”³⁸¹

Embora continue a merecer um tratamento destacado neste jornal, claramente a celebração do 9 de Abril vai perdendo terreno perante a perspectiva de um novo conflito europeu de grandes dimensões, que, no caso de vir a acontecer, seria, antes de mais, a constatação da inutilidade do esforço e do sacrifício feitos na Grande Guerra. Este jornal sempre afirmara que o sacrifício da vitória fora o preço que as nações civilizadas pagaram para defender a civilização

³⁷⁷ Idem, pág.1.

³⁷⁸ *Diário da Manhã* de 9 de Abril de 1937, pág.1.

³⁷⁹ Idem, pág.1.

³⁸⁰ *A República* de 10 de Abril de 1937, pág.1.

³⁸¹ Idem, pág.1.

contra a barbárie. Portugal, para além disso, lutara para manter a integralidade do seu território colonial. A ameaça da guerra civil espanhola, o expansionismo alemão, e as fragilidades patenteadas pelas democracias, nomeadamente a Inglaterra e a França, eram vistas, simultaneamente, como um mau presságio e uma última afronta à memória de todos aqueles que combateram e pereceram na 1ª Guerra Mundial. É muito interessante notar que, apesar da «fascização» do Estado Novo, particularmente sentida durante os anos finais da década de 30, da limitação das liberdades cívicas e da acção da onnipresente censura, um jornal como *A República* continue, ano após ano, a defender os ideais republicanos democráticos, bem como os valores democráticos da França e da Inglaterra contra a «maré» fascista que percorria a Europa.

Mas um ano depois, *A República*, (fruto de uma intervenção mais musculada da censura?) pela primeira vez não dedica espaço na 1ª página ao 9 de Abril, apesar de se celebrar o 20º aniversário da batalha, optando por relatar em grandes parangonas a crise ministerial que assolava por esta altura a República francesa.

Assim, apenas encontramos referências ao tema de La Lys na 2ª página onde numa extensa reportagem surgem as habituais referências celebrativas: o desfile dos combatentes em cortejo até ao seu talhão no cemitério do Alto de S. João; a cerimónia junto ao monumento aos combatentes da Grande Guerra e os dois minutos de silêncio que, gradualmente, pelo menos no relato do cronista, perdem a sua habitual «imponência» e «solenidade».

A República destaca ainda a iniciativa do jornal *O Século*, que organizara novamente a prova ciclística entre a Batalha e Lisboa e que contara com a participação dos maiores ciclistas portugueses como Nicolau, Trindade e Felipe de Melo, entre outros. Desta forma *O Século* procurava fugir à repetição ritualizada das cerimónias, conferindo-lhe simultaneamente um cunho menos formal e mais festivo.

No dia seguinte o grande destaque do jornal é dado ao plebiscito alemão sobre a anexação da Áustria, pelo que o 9 de Abril tem direito apenas a um pequeno artigo de 1ª página que descreve a inauguração em Bordéus do monumento de homenagem aos portugueses mortos na Grande Guerra e que contou com a participação de ex-combatentes e do Ministro de Portugal em França, o Sr. Comandante Gama Ôchoa.

Ainda em 1938, o *Diário da Manhã* aproveita a comemoração para recordar ao leitor as grandes lições que se devem retirar desta data. A participação na Guerra tomou de «brios» o exército que reagindo "(...) à humilhação das instituições militares infligidas pela demagogia dos

*partidos (...)*³⁸² resgatou a Pátria através da revolução nacional de 1926. Este artigo retoma uma questão já formulada em anos anteriores neste mesmo jornal, e que se pode sintetizar da seguinte forma: a intervenção portuguesa na guerra fora decidida pelos partidos políticos contra a vontade do exército (conhecedor da falta de preparação) e do povo (que nunca reconhecera a validade das razões que estiveram na origem da nossa intervenção). A conjugação destes dois factores fora a razão de todos os problemas experienciados pelo C.E.P. e, em última análise, da *debacle* de La Lys. A «desgraça» do C.E.P. tivera, contudo, um desfecho inesperado mas «frutuoso», uma vez que permitira ao exército reconquistar o poder político para a «Nação» retirando-o das mãos das ideologias «facciosas» e «radicais» da «plutocracia» partidária, a 28 de Maio de 1926.

Em 1939, o 9 de Abril regressa em «força» e ocupa toda a 1ª página d'*A República*, com um esboço da escultura de Armando Mesquita em exposição na Sociedade Nacional de Belas Artes³⁸³ e dois artigos do General Ferreira Martins e de Augusto Casimiro, intitulados respectivamente "*Justiça aos Portugueses*" e "*9 de Abril – La Couture*". Em ambos os textos não encontramos nenhum elemento inovador, tratando-se de escritos que se limitam a repetir a «vulgata» de La Lys: voltam a ser referidos, entre outros, a longa permanência das tropas na linha da frente; a falta de efectivos; a questão do *roulement*; a esmagadora concentração de tropas inimigas que superavam em muito as nossas e a bravura e coragem reveladas pelos nossos soldados que, contra todas as dificuldades, lutaram até ao limite das suas forças.

Em 1940, em plena 2ª guerra mundial, a capa d'*A República* é dedicada à invasão alemã da Dinamarca e Noruega, ficando o 9 de Abril relegado para as páginas interiores e com pouco destaque. O acontecimento é noticiado brevemente e apenas para relatar as tradicionais cerimónias (venda do capacete, homenagem no túmulo do soldado desconhecido, visita aos cemitérios, entre outras) que decorreram "(...) com o maior significado e brilhantismo."³⁸⁴

O *Diário da Manhã* do dia 10 de Abril também dedica larga cobertura à invasão da Dinamarca, mas ainda atribui espaço na primeira página às comemorações realizadas na véspera, destacando em particular a concentração dos ex-combatentes junto ao monumento dedicado aos mortos da Grande Guerra, e as celebrações na Batalha.

Ainda em 1940, o *Diário de Notícias* do dia 9 de Abril, dá destaque à guerra que decorre com particular violência nas águas do mar do norte, onde tropas inglesas e francesas procederam à minagem das águas territoriais norueguesas, de forma a impedirem os alemães

³⁸² *Diário da Manhã* de 9 de Abril de 1938, pág.1.

³⁸³ Consultar Anexos – Imagem XXI.

³⁸⁴ *A República* de 9 de Abril de 1940, pág.1.

de acederem ao minério de ferro sueco, crucial para o esforço de guerra nazi. Mas, não esquecendo a importância da data, o jornal dá grande relevo à chegada a Lisboa dos ciclistas franceses Archambaud e Louvriot, recebidos por “*numerosíssimas pessoas na estação do Rossio*”³⁸⁵ que para além de atletas famosos (vencedores de várias etapas do *Tour*), eram também ex-combatentes da Grande Guerra. Os dois ciclistas encontravam-se em Portugal para participarem na prova velocipédica «Chama da Pátria», que ligava a Batalha a Lisboa, organizada pelo jornal e que homenageava todos os combatentes que tombaram em La Lys e em África.

Mas claramente nota-se em todos os jornais analisados um progressivo declínio na cobertura jornalística das comemorações. Por um lado, factores internos, como a institucionalização do regime do Estado Novo, ganham progressiva importância noticiosa. Por outro lado, factores externos como a deflagração da guerra civil espanhola e os desenvolvimentos políticos e militares que estiveram na génese e desenvolvimento da 2ª Guerra Mundial, retiram espaço noticioso às cerimónias do 9 de Abril. Finalmente, a progressiva aposta do Estado Novo nas celebrações do 11 de Novembro, diminuiu a importância que o 9 de Abril tivera sobretudo durante os anos finais da I República e até mesmo nos anos da ditadura militar.

A análise de todos estes periódicos permite-nos concluir que a cobertura jornalística do evento durante os anos da ditadura militar e dos primeiros do Estado Novo, grosso modo, entre 1926 e 1940, privilegiou os seguintes aspectos:

a) A forma «honrada» como o exército português combatera em La Lys, numa situação muitíssimo adversa. Apesar da vantagem numérica esmagadora do lado alemão, as notícias destacam repetidamente a forma esforçada como os portugueses combateram, sacrificando-se de forma patriótica. Os jornais exaltam a heroicidade dos nossos soldados, equiparando a valentia revelada na Flandres a outros momentos heróicos da história nacional, tais como Aljubarrota ou Alcácer-Quibir. Esta comparação, iniciada ainda durante o período anterior, 1918-1926, torna-se axiomática, logo, irrefutável. Contrariar esta ideia equivaleria a traição;

b) As celebrações de homenagem aos mortos na Grande Guerra, em particular as romagens aos cemitérios, o tributo ao soldado desconhecido, a veneração junto dos monumentos celebrativos do conflito, ou ainda, a cerimónia dos «dois minutos», são sempre adjectivadas de «imponentes», «magníficas», «arrebadoras» ou «soleníssimas». Outro elemento constantemente destacado é a presença de grandes multidões nestas cerimónias, e que os jornais não atribuem a nenhum partido ou grupo em particular. Os jornais do dia 10 de

³⁸⁵ *Diário de Notícias* de 9 de Abril de 1940, pág.1.

Abril estão sempre cheios de referências aos «imponentes» e «magníficos» desfiles de tributo aos mortos da guerra, e, é particularmente destacado o respeito do público pelos dois minutos de silêncio;

c) A crescente ligação entre poder civil e a Igreja católica nas comemorações através da presença do clero nas celebrações, um processo iniciado ainda com Sidónio Pais, e que se acentuou após a consagração em 1921 do túmulo ao soldado desconhecido no Mosteiro da Batalha. Esta associação é conscientemente incentivada a partir de 1926 e acentua-se no período inicial do Estado Novo, com os jornais a atribuírem grande destaque às romagens dos ex-combatentes e das mães e viúvas ao Mosteiro da Batalha.

O enfoque comemorativo da data que começou por ser eminentemente laico durante os anos que se seguiram à batalha, ganha progressivamente um cunho religioso católico. Daí que se acentue a importância da realização de missas de tributo aos ex-combatentes, onde os membros do clero ocupam um lugar de destaque. O 9 de Abril, é, de resto, a data perfeita para o reaparecimento do clero no espaço público, pois sendo uma data que evoca o sacrifício redentor dos mortos, presta-se à reafirmação da religiosidade católica que continua a ser prevalecente no povo português. A morte dos soldados, é, desta forma, equiparada à de Cristo. A segunda, redimira os Homens, a primeira salvara a Pátria.

d) A menorização crescente de referências muito usuais durante a I República, nomeadamente as falhas na preparação do contingente português, as complicações no transporte até França, as dificuldades de adaptação do C.E.P. ao *front* ou ainda a escabrosa situação do *roulement*. Ou seja, desaparecem gradualmente da opinião pública todas as questões polémicas que dividiram a sociedade portuguesa no tempo da guerra e nos anos finais da República. Esquecer as divisões, criar o consenso, parece ser agora o lema.

Apenas dois jornais, *A República* e *A Batalha*, por motivos opostos, continuam a manter viva a questão da guerra. O primeiro, fiel à sua tradição de defensor dos ideais republicanos democráticos, sempre que tem oportunidade, não deixa de trazer para a opinião pública as questões do *roulement*, do abandono a que o C.E.P. fora votado no consulado de Sidónio Pais, ou ainda a importância que a intervenção portuguesa na guerra tivera na luta mais vasta contra a tirania alemã em defesa da liberdade e da civilização. Já *A Batalha*, enquanto lhe foi permitido existir (até 1927), continuará a criticar severamente todos os que defenderam a intervenção portuguesa na guerra e a apontar todas as consequências nefastas que esta produziu na sociedade portuguesa, nomeadamente o aumento da pobreza, da miséria e a crescente limitação das liberdades da classe operária. Para além destas consequências *A Batalha* notava ainda com enorme tristeza e preocupação a reaproximação entre a Igreja e a República.

Frontalmente antibelicista, anticlerical e antinacionalista, em momento algum este jornal alinhou no tom laudatório e patriótico que percorria toda a imprensa analisada durante as celebrações do 9 de Abril ou do 11 de Novembro.

e) A instrumentalização da data levada a cabo pelo Estado Novo é particularmente visível no *Diário da Manhã*. Este jornal vai utilizar as comemorações do 9 de Abril para destacar um facto que entende ser do maior significado: a importância readquirida dos militares na «nova» vida nacional. Este «ressurgimento», por assim dizer, é visível pela tomada de consciência política por parte dos militares iniciada ainda durante a Grande Guerra (com o sidonismo) e acelerada nos anos seguintes, que possibilita o seu reaparecimento como “(...) *instituição de referência e de legitimidade no meio do ambiente de instabilidade e de ausência de consenso entre partidos republicanos* (...)”³⁸⁶, e que os forçara a optar pela solução revolucionária. Os militares são retratados sob uma quadrupla perspectiva: são os fundadores do regime; são os responsáveis pelo resgate da decadência em que a Pátria tinha caído (e por isso são uma reserva moral da Nação); são os responsáveis pela manutenção do regime, mas ao contrário do que sucedera durante a I República, estão subordinados ao poder político e permanecem nos quartéis onde desempenham as suas tarefas «naturais», e não fazem «política».

Simultaneamente, o 9 de Abril é ainda utilizado pelo *Diário da Manhã* para publicitar o papel que o Estado Novo teve na importante tarefa de reequipamento e recuperação do prestígio das forças armadas, particularmente decisivo numa época em que a paz estava novamente ameaçada, primeiro pela guerra civil de Espanha e depois pela perspectiva de um novo conflito mundial.

f) Embora a comemoração da data continue a merecer uma ampla cobertura jornalística sobretudo nos dias que antecedem e sucedem o 9 de Abril, assistimos a uma diminuição gradual do espaço que lhe é dedicado, surgindo no seu lugar notícias da actualidade. Inevitavelmente, a passagem do tempo e a acção da Censura (nomeadamente fechando os jornais da oposição e calando dessa forma qualquer forma de dissonância pública) foram, pelo menos aparentemente, diluindo as querelas, apagando os rancores e a celebração foi-se «ritualizando» e «banalizando» em torno das cerimónias públicas mais emblemáticas. A repetição, a «banalização», o afastamento temporal, e a partir de meados da década de 30, a ameaça, e mais tarde confirmação de uma nova conflagração europeia ou até mundial, que certamente geraria um nível de destruição e morte muitíssimo maiores do que os da Grande Guerra, contribuiram certamente para a perda de destaque jornalístico destas cerimónias.

³⁸⁶ FERREIRA, José Medeiros, *O comportamento político dos militares, forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, pág.112.

g) Apesar de o Estado Novo atribuir, gradualmente preferência às cerimónias do «11 de Novembro» em detrimento das do «9 de Abril», por serem manifestamente menos polémicas, a verdade é que as segundas continuam a merecer uma cobertura mais ampla por parte de jornais como *A República*, o *Diário de Notícias* ou *O Século*. Apenas o *Diário da Manhã*, órgão oficial do Estado Novo, dedica mais atenção ao 11 de Novembro, o que se entende conhecendo a sua orientação ideológica.

O «11 de Novembro» sendo a data internacional criada para celebrar a vitória aliada na guerra possui uma matriz mais «castrense», não sendo, por isso, de estranhar a maior presença dos militares nas cerimónias oficiais, que se estende aos quartéis um pouco por todo o país e que conta sempre com a presença das altas chefias e do Presidente da República (ele próprio um militar), o que nem sempre sucedia a «9 de Abril».

Todavia, apesar de ser uma cerimónia autónoma, o «11 de Novembro» procura, em muitos aspectos mimetizar o «9 de Abril», uma vez que também aqui se observam os desfiles na Avenida da Liberdade até ao monumento aos mortos da Grande Guerra, a venda do «capacete», os «dois minutos» de silêncio ou as romagens aos cemitérios. Contudo, as semelhanças terminam por aqui, uma vez que o «11 de Novembro» nunca atingirá a imponente e a popularidade das celebrações do «9 de Abril», em particular as dos anos que se seguiram ao fim da guerra.

Uma última grande diferença separa estas cerimónias: o «11 de Novembro» é a data da consagração da vitória e do armistício. É, portanto, uma evocação da paz vivida em comunhão com os nossos ex-aliados. O «9 de Abril» é uma cerimónia portuguesa, particular, uma manifestação popular destinada a lembrar o esforço e o sacrifício dos soldados portugueses, tendo, por isso, uma natureza mais sóbria e pesadosa. Atrevo-me mesmo a dizer que é uma cerimónia mais «portuguesa», pois evoca a perda dos que partiram e a saudade dos que ficaram.

Finalmente, uma última análise permite-nos chegar a outro conjunto de conclusões. Ao longo do período estudado neste último capítulo, (1918 a 1940), que atravessa três regimes diferentes (I República, Ditadura Militar e Estado Novo), conseguimos distinguir continuidades e rupturas na narrativa de «La Lys».

No que toca às continuidades, destacamos duas: em primeiro lugar, os jornais analisados apregoam continuamente (com excepção da *A Batalha*, que é liminarmente antibelicista e, portanto, nunca se associa às comemorações da data) a coragem e o sacrifício revelados pelos militares portugueses no campo de batalha. La Lys é sempre retratada como o «momento mais alto» do C.E.P., que através do seu sacrifício redimira o desastre,

transformando-o numa data mítica. É exactamente neste ponto que a narrativa mítica de La Lys se distancia mais da verdade dos factos, mas como se trata de um elemento comum em todos os jornais e que acompanha a passagem do tempo e a mudança dos regimes, com a excepção acima referida, é o que vai ter um efeito mais duradouro na memória nacional. Independentemente de serem civis ou militares, religiosos ou laicos, republicanos ou monárquicos, todas as pessoas que escreveram sobre La Lys, usaram, de forma mais ou menos vigorosa, este argumento.

Em segundo lugar, atestamos a referência constante à presença de multidões e o enorme respeito que estas guardavam durante as celebrações, em particular durante os «dois minutos» de silêncio. Mesmo que o passar dos anos retire alguma importância à cobertura jornalística, os periódicos, e aqui também podemos incluir *A Batalha*, são unânimes em considerá-las como genuinamente populares.

Pelo contrário, como elementos de descontinuidade na narrativa de La Lys encontramos, sem surpresa, todos os episódios relacionados com as questões políticas da intervenção portuguesa na guerra (omnipresentes no período que se seguiu a La Lys até 1926), e que originaram violentos debates públicos na imprensa com a «culpa» da derrota de La Lys e da desgraçada situação do C.E.P. na Flandres a ser sucessivamente atribuída ora aos democráticos, ora aos sidonistas. Nas ocasiões em que surgem referências a estas questões polémicas, notamos sobretudo da parte do *Diário da Manhã*, o órgão oficial do Estado Novo, a uma tentativa de as relatar como o resultado inevitável da turbulência, do divisionismo, e do radicalismo jacobino que, para além de tornar o país ingovernável, influenciara de forma muito negativa o desempenho militar do C.E.P. Mas observamos através da análise destes periódicos que as questões da «culpa» da intervenção, ou da responsabilidade pelo que acontecera em La Lys, vão perdendo gradualmente importância durante o período da Ditadura Militar.

Durante esta última fase (1933-1940) vimos surgir na imprensa um elemento inovador na, até aí, bem estabelecida narrativa de La Lys e que defende a importância que a participação na guerra e, em particular, a derrota de 9 de Abril tiveram na tomada de consciência política dos militares. De acordo com este argumento, os militares foram forçados pelo poder ditatorial dos «radicais democráticos» a participarem na guerra europeia. A derrota «despertara-os» para os perigos do «radicalismo» e do facciosismo político, forçando-os a agir na defesa dos legítimos interesses da «Nação» no 28 de Maio de 1926. Desta forma, os males da guerra permitiram um desenlace positivo, uma vez que possibilitaram a edificação de um novo regime político liberto desses interesses «particulares», defensor da «Nação» e responsável pela «regeneração»

nacional. Esta linha de pensamento permitiu ao Estado Novo tornar o «9 de Abril» também numa data sua.

Com este último argumento, por um lado, e a secundarização para o «11 de Novembro», por outro, constatámos finalmente que as comemorações de La Lys perderam alguma importância na imprensa sobretudo nos anos finais da década de 30. Todavia, os jornais analisados continuaram a desempenhar o papel de perpetuadores do mito, transmitindo a narrativa do tema para o grande público. Esta transmissão foi naturalmente muito condicionada pela Censura que dificultou a interpretação política ou o relato temas polémicos. La Lys estava destinado a ser a «lenda», o mito inatacável, a prova da valentia, da «raça» e do sacrifício do soldado português, e foi necessário aguardar pelo fim do Estado Novo para assistirmos à sua reinterpretação que permitiu, finalmente, a descida do «pedestal» onde esteve durante quase seis décadas.

Conclusão

A Grande Guerra foi uma “(...) explosão que dilacerou irremediavelmente a comunidade de países europeus como nenhuma outra guerra havia feito antes. A inflação destruiu toda a classe de pequenos proprietários a ponto de não lhes deixar esperança de recuperação, o que nenhuma crise financeira havia feito antes de modo tão radical. O desemprego, quando veio, atingiu proporções fabulosas, sem se limitar às classes trabalhadoras, mas alcançando nações inteiras, com poucas exceções.”³⁸⁷ A este desemprego massivo podemos acrescentar uma enorme diminuição da produção industrial e agrícola, particularmente sentida na Alemanha e na França. Finalmente, os gastos colossais dos beligerantes europeus, conduziu a Europa, eterna credora do Mundo, à situação de devedora.

Politicamente, a guerra promoveu a maior revolução fronteiriça na Europa em cem anos, fazendo tombar regimes, (as dinastias seculares dos Hoenzollern, dos Romanov e dos Habsburgos e os respectivos impérios), e criando em seu lugar novos países construídos no princípio das nacionalidades.³⁸⁸

No meio deste «turbilhão» encontrava-se a jovem república portuguesa. Saída recentemente de uma revolução e encontrando-se numa fase de consolidação interna, «cercada» por monárquicos, católicos e por um povo, em grande medida indiferente ao novo regime político, a guerra ameaçava abrir uma nova «frente» de luta.

O que poderia Portugal fazer perante este choque de impérios? Era evidente que o nosso país só poderia entrar na guerra do lado inglês, o nosso aliado histórico, da França, outra república, mas também, e isto era bem mais difícil de explicar, da monarquia czarista. Mas o mais importante para os portugueses era saber se deveríamos ou não intervir no conflito.

Durante o mês de Agosto de 1914 chegou a formar-se no nosso país, em particular na capital, um «embrião» de genuíno apoio popular à causa dos aliados e que *O Mundo* de dia 6 noticiava na 1ª página como “(...) uma manifestação popular em frente das legações de Inglaterra e de França”.³⁸⁹ No dia seguinte e após a proclamação unânime e entusiástica do Congresso de apoio à causa inglesa, realizou-se nova manifestação com a participação de milhares de pessoas em Lisboa, onde seguiam à frente “(...) desfraldadas as bandeiras das nações amigas e aliadas, cantando a multidão a «Marselheza» e «A Portuguesa».”³⁹⁰

³⁸⁷ ARENDT, Hannah, *As origens do totalitarismo*, Dom Quixote, Lisboa, 2004, pág. 353.

³⁸⁸ Consultar Anexos, Mapas II (A Europa em 1914 – Beligerantes e Neutrais) e III (A Europa em 1920).

³⁸⁹ *O Mundo* de 6 de Agosto de 1914, pág.1.

³⁹⁰ *Diário de Notícias* de 8 de Agosto de 1914, pág.1.

A alegria que contagiava as populações dos restantes países beligerantes parecia ter atingido também os portugueses. Contudo devemos relativizar este estado de espírito: por esta altura em Portugal, tal como nas restantes nações europeias, todos esperavam um desfecho rápido do conflito. À medida que o conflito se foi eternizando e aumentando de intensidade, e, consequentemente, a probabilidade de recrutamento de uma força militar portuguesa para combater em França foi ganhando contornos reais – primeiro, logo em 1914, depois em 1916 –, a alegria e o entusiasmo esmoreceram significativamente, uma vez que a realidade brutal da guerra já era do conhecimento de todos. Aí, a ideia de unidade criada em Agosto de 1914 cedeu, dando lugar à divisão entre guerristas e antiguerristas colocando estas facções em campos opostos e irreconciliáveis.

Mas o mais espantoso, é que enfrentando tantas dificuldades, nomeadamente de ordem política e económica, possuindo uma legitimidade e uma implantação nacional frágil, e encontrando-se acossada por divisões até no seio da família republicana, ainda assim, o lado guerrista tenha conseguido colocar no topo da sua agenda política a questão da guerra. Entendiam eles, no máximo, que a entrada de Portugal na guerra europeia poderia funcionar como um factor de construção da «unidade nacional». No mínimo a guerra poderia permitir um «intervalo» nas hostilidades políticas e, dessa forma “(...) *garantir a manutenção do regime*.”³⁹¹. Os guerristas esperavam que a participação no conflito contribuísse para a criação de um clima de estabilidade política e social que permitisse ulteriormente a solidificação do regime.

Mas a guerra não possibilitou a construção de um clima de «unidade nacional» e de pacificação interna. Bem pelo contrário, o conflito exacerbou todas as divisões internas e isolou ainda mais a República, pois fora sempre um tema altamente impopular. Como os democráticos rapidamente perceberam, se o «povo» analfabeto e rural aceitara com resignação o envio dos seus filhos para África, teria mais dificuldades em aceitar que fossem para França. Para a grande massa dos portugueses a guerra europeia era um assunto que dizia respeito apenas às grandes potências, e nem toda a propaganda dos principais apoiantes da intervenção, particularmente visível na imprensa afecta aos partidos Democrático e Evolucionista, respectivamente *O Mundo* e a *República*, que se esforçou por afirmar que esta era uma guerra das nações «civilizadas» contra os bárbaros teutónicos, conseguiu vencer a indiferença sentida

³⁹¹ FRAGA, Luís Manuel Alves de, *Portugal e a primeira grande guerra – os objectivos políticos e o esboço da estratégia nacional*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1990, pág.337. A importância que a intervenção portuguesa na guerra poderia ter na «acalmção» das querelas políticas, na criação do clima de «unidade nacional» bem como na manutenção das colónias portuguesas é também analisado nos estudos de Nuno Severiano Teixeira, Fernando Rosas, Fernanda Rollo ou ainda Filipe Ribeiro de Meneses, citados vários vezes neste trabalho.

pela maioria dos portugueses que depois se estendeu aos políticos que apoiaram a intervenção portuguesa e que finalmente contaminou o próprio regime.

Para além destas condicionantes, a intervenção portuguesa na guerra agudizou ainda de sobremaneira a nossa já muito débil situação financeira, produzindo défices monstruosos (86,8% em 1917-1918 e 114,1% em 1918-1919) e aumentando muitíssimo a endémica instabilidade governativa da I República (só entre 1914 e 1918 existiram 10 governos).

Mas, apesar de todos os obstáculos, de todas as dificuldades e de todos os perigos, os guerristas conseguiram recrutar, treinar e enviar um contingente de quase 60.000 homens para a frente europeia. Na sua maioria analfabetos, oriundos do interior rural do país estes soldados fizeram o que podiam e sabiam para sobreviver no caos das trincheiras. Tudo lhes era estranho: o clima, a língua, a paisagem, a alimentação e a adaptação ao «mundo» das trincheiras. Mas se todos os militares tinham de suportar o inferno da guerra o C.E.P. enfrentara dificuldade suplementar uma vez que não podia contar com a solidariedade da «frente interna» que flutuava consoante os governos eram apoiantes ou opositores da intervenção. O C.E.P. suportara, por isso, um duplo abandono: um físico (a distância de casa) e um político e social.

Este último aspecto foi decisivo para o triste desfecho da nossa participação na guerra. Sem rendição adequada os soldados portugueses tiveram de suportar longas permanências na frente de guerra. Esta situação provocou no contingente enorme desânimo e desmotivação que teve como consequência última a diminuição da capacidade combativa do C.E.P. O ataque alemão de Abril de 1918 encontrou as tropas portuguesas num estado de grande desmoralização e exaustão, resultando no seu completamente desmembramento. Escrevendo pouco dias após a batalha, e dispondo ainda de pouca informação, João Chagas temia já o pior, *“Os portugueses continuam talvez a combater ao lado dos ingleses, mas o Corpo Expedicionário Português não existe já.”*³⁹²

No rescaldo da batalha o governo de Sidónio Pais foi o primeiro a adjectivar La Lys de «sacrifício», e a chamar a atenção do público para a demonstração de valentia e de coragem do Exército português. Pelo contrário, os oposicionistas, embora partilhando estas ideias, entendiam que o desfecho final da batalha se ficara a dever ao «abandono» a que o C.E.P. fora votado pelos dezembristas.

Finda a guerra, com as feridas políticas e humanas ainda bem abertas e uma situação económico-financeira desastrosa, a questão da guerra continuou a ser polémica. Mas lado a lado com a polémica continua a evoluir o processo de mitificação de La Lys e da participação

³⁹² CHAGAS, João, *Diário*, Vol. III 1918, Edições Rolim, Lisboa, pág. 64.

portuguesa na Guerra, que visava apaziguar e, em última instância, apagar as polémicas e as divergências do período da guerra. O mito de La Lys seria uma nova tentativa para construir um amplo consenso nacional em torno da República, desta vez baseado no sacrifício dos soldados portugueses. Falhada a aproximação política, verificada a impopularidade da guerra que impedia a consensualização, sobrava, a partir do acontecimento funesto de La Lys, a oportunidade de elaborar uma narrativa mítica em torno da intervenção portuguesa na guerra. O mito cumpriria assim um duplo objectivo: ajudaria a criar um consenso social e simultaneamente impediria a problematização, a crítica e a dissensão. Pôr em causa o heroísmo, a abnegação e o sacrifício dos soldados portugueses equivaleria a traição à Pátria; quem se atreveria a fazê-lo?

Mas nem a mitificação de La Lys anulou as velhas querelas e antagonismos, o que impossibilitou a adopção de uma memória colectiva da participação portuguesa na guerra. São estas divisões que explicam a evolução que as comemorações tiveram ao longo do período que medeia entre 1919 e 1940. Até 1926, com particular ênfase em 1921, ano da trasladação dos corpos dos soldados desconhecidos para o Mosteiro da Batalha, o 9 de Abril é claramente a principal jornada celebrativa. A partir de 1926 o 11 de Novembro ganha cada vez maior relevo com a presença cada vez mais assídua nas cerimónias dos mais altos representantes do Estado, nomeadamente o Presidente da República.

A forma como a imprensa abordou o tema ainda durante a República (primeiro no período sidonista e depois até 1926), posteriormente no período da Ditadura Militar e finalmente nos anos iniciais do Estado Novo, foi crucial para a construção do mito, que foi tão bem elaborado e implantou-se de tal forma nas consciências nacionais que atravessou incólume os três períodos.

O sacrifício, a coragem, a abnegação, a boa resposta dada pelas tropas portuguesas à superioridade do inimigo e o papel que eles tiveram na manutenção da frente de guerra, cruciais para as ulteriores reorganização militar e vitória aliada do verão/outono de 1918, são elementos centrais na narrativa de La Lys e repetidos incessantemente pela imprensa.

Ocupando também um espaço de relevo nos relatos jornalísticos estão os louvores tecidos ao desempenho dos militares e a ausência de quaisquer reparos ou críticas a potenciais falhas das chefias militares. As críticas, quando surgem, são sempre dirigidas às suas opções políticas e nunca à sua conduta militar. Nos anos analisados (entre 1918 e 1940) e nos jornais que serviram de base a esta investigação, não são feitos reparos ao dispositivo táctico nem se mencionam erros na respectiva estrutura. Encontrei muitas críticas ao estado de desmoralização que o C.E.P. atingiu, tanto de guerristas como de antigueristas, mas a «culpa» é invariavelmente atribuída aos políticos e não aos militares. Esta ausência de críticas no espaço

publicado é facilmente entendível uma vez que se tratava de um grupo politicamente muito interventivo, e que ninguém desejava hostilizar abertamente.

Mas além desta ausência de críticas, notei, na minha investigação um outro facto aparentemente paradoxal: apesar de a celebração ser um lembrete constante da maior derrota militar do C.E.P., a imprensa aproveita este acontecimento para recuperar publicamente o prestígio abalado dos militares. Como é que esse objectivo se alcançou? Sobretudo através da repetição incessante de três argumentos. Primeiramente, afirmando que o planeamento alemão da ofensiva fora muitíssimo bem feito e executado com uma enorme desproporção de meios a nosso desfavor. Desta forma, a rapidez e a surpresa tornaram impossível qualquer tipo de resistência organizada, tanto pelos portugueses como pelos nossos aliados. Em segundo lugar, dando grande destaque aos louvores que os aliados e até os alemães atribuíram ao desempenho e comportamento das tropas portuguesas durante a ofensiva. Em último lugar, recentrando a batalha de La Lys no contexto geral da guerra e atribuindo-lhe um valor estratégico fundamental (que manifestamente não teve) na fase final da guerra. Sim, os soldados portugueses retiraram nesse dia. Mas não sucedera o mesmo aos nossos aliados? Sim, muitos morreram e muitos outros foram feitos prisioneiros. Mas não é esse o preço que se paga quando se luta pela liberdade e pela civilização contra a tirania e a barbárie? No fundo, os militares portugueses eram retratados como aqueles que se tinham sacrificado por um bem maior, os heróis da República, os herdeiros das tradições guerreiras lusitanas.

Daí que La Lys nunca seja apresentado como uma derrota. Efectivamente o C.E.P. fora desbaratado e nem a campanha da imprensa poderia apagar o número de mortos e de prisioneiros. Todavia, os jornais transformaram-nos em heróis que se sacrificaram em nome da República, transformando a jornada de La Lys numa «epopeia».

De todos os jornais analisados apenas um, *A Batalha*, não adere à construção mitológica de La Lys. De facto, este diário sempre manifestou a sua completa oposição, em primeiro lugar, à guerra, depois à nossa participação. Sempre alertou os seus leitores para as consequências que daí advieram e nunca aderiu ao clima de exaltação patriótica que impregnava toda a imprensa. *A Batalha* questionou sempre as vantagens e a necessidade de celebrar o sacrifício dos combatentes, admitindo que este fora um desperdício inútil de vidas, optando, ao invés, por destacar a miséria e a pobreza que a guerra trouxera para o nosso país. Enquanto a restante imprensa louva os ex-combatentes (vivos e falecidos), *A Batalha* questiona o mal que se está a fazer aos portugueses, em particular aos mais pobres, alertando amiúde nos seus editoriais para a forma como as autoridades, que despendem tanta energia e tanto dinheiro nas comemorações

e na construção de monumentos em memória dos combatentes, não cuidam dos mutilados, das viúvas ou órfãos dos «heróis».

Verificámos, portanto, que a imprensa forneceu um contributo crucial para a edificação, solidificação e perpetuação do mito de La Lys. Naturalmente não o fez sozinha, mas contou com o contributo de outros elementos. Como vimos na introdução, o trabalho incessante da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, os frutos da política de edificação de monumentos de homenagem aos mortos da Grande Guerra um pouco por todo o país, lembretes públicos do sacrifício dos militares, a publicação de um vasto número de livros de memórias de ex-combatentes e a forma como foram elaborados os programas escolares de História, permitiram a elaboração de uma memória «mítica» de La Lys e da intervenção portuguesa na guerra. Se adicionarmos a todos estes elementos a duração invulgarmente longa da ditadura portuguesa, que acentuou a cristalização do mito, conseguimos entender os motivos que justificam a sua manutenção nos seus aspectos essenciais até 1974. Só após a instauração do regime democrático é que estavam reunidas as condições para a historiografia proceder a uma reapreciação do período da I República e da participação portuguesa na guerra.

Analizadas as controvérsias, assinaladas as discussões, informados da ampla cobertura jornalística que o tema mereceu durante várias décadas, notamos finalmente com tristeza o esquecimento a que estas datas são agora votadas. Quem se lembra do «9 de Abril» ou do «11 de Novembro», para além claro está da Liga dos Combatentes e dos académicos? Que órgão de comunicação social dedica tempo e espaço à Grande Guerra e à intervenção portuguesa? Que atenção merece dos nossos governantes? O que significa para o grande público? Numa época de paz, que valor tem a guerra para gerações de pessoas que não a experimentaram? O esquecimento também é uma forma de ingratidão.

Anexos

Quadro I – Evolução comparada das taxas de escolarização entre 1870 e 1930

Países	1870	1890	1910	1930
EUA	72%	97%	97%	93%
Áustria	40%	63%	70%	70%
Dinamarca	58%	61%	66%	77%
França	57%	83%	86%	80%
Alemanha	67%	74%	73%	79%
Irlanda	38%	50%	79%	87%
Holanda	60%	64%	70%	74%
Suíça	76%	76%	71%	70%
Grécia	20%	31%	40%	53%
Itália	30%	37%	45%	60%
Portugal	13%	22%	19%	27%
Espanha	42%	52%	35%	43%
Bulgária	Não há dados	19%	41%	47%
Hungria	40%	52%	53%	67%
Roménia	7%	15%	34%	59%

Fonte: BENAVIDES, Aaron, e RIDDLE, Phyllis, *Sociology of Education*, vol.61, nº3, «*The Expansion of primary education, 1870-1940, trends and issues*», American Sociological Association, July, 1998, pág.198.

Quadro II – Distribuição da população portuguesa por sectores de actividade em 1911

Distribuição da População portuguesa por sectores de actividade em 1911		
População total	5.950.056	Valor em %
Trabalhos agrícolas	3.440.076	57,82
Pesca e caça	48.230	0,81
Extracção de materiais minerais da superfície do solo	17.476	0,29
Indústria	1.231.439	20,70
Transportes	215.381	3,62
Comércio	378.725	6,37
Fôrça Pública	80.317	1,35
Administração Pública	57.416	0,96
Profissões Liberais	112.228	1,89
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	206.285	3,47
Trabalhos domésticos	50.079	0,84
Improdutivos	122.404	2,06
População total do distrito de Lisboa *	852.354	14,3
População total do distrito do Porto *	679.540	11,42
População total das duas cidades	1.531.894	25,75
População do distrito de Lisboa que trabalha na Indústria **	419.674	34,08
População do distrito do Porto que trabalha na Indústria**	238.351	19,36
* Os valores em % são em relação à população total		
** Os valores em % são em relação à população total que trabalha na indústria		

Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Parte V – População de facto, classificada segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo o sexo por grupos de idade, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

Quadro III – Distribuição da população portuguesa por distrito em Portugal continental em 1911.

Distribuição da população portuguesa por distrito em Portugal continental em 1911		
População total	5.950.056	Valor em %
Aveiro	336.243	5,65
Beja	192.499	3,24
Braga	382.276	6,42
Bragança	192.024	3,23
Castelo Branco	241.184	4,05
Coimbra	359.387	6,04
Évora	148.285	2,49
Faro	272.861	4,59
Guarda	271.818	4,57
Leiria	262.632	4,41
Lisboa*	852.354	14,33
Portalegre	141.481	2,38
Porto	679.540	11,42
Santarém	325.775	5,48
Viana do Castelo	227.540	3,82
Vila Real	245.547	4,13
* Lisboa englobava o que é hoje o distrito de Setúbal		

Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Parte VI – Censo das povoações – Fogos, população de facto classificada por distritos, freguesias e povoações., Lisboa, Imprensa Nacional, 1917, pág.4.

Quadro IV – Total de tropas mobilizadas de 1914 a 1918

	Oficiais	Sargentos	Praças	Praças indígenas	Total
C.E.P.	3.376	3.051	48.658		55.083
C.A.P.I.	70	120	1.138		1.328
Angola	387	403	11.640 (a)	6.000	18.430
Moçambique	1.128		19.295 (a)	10.278	30.701
Total	4.961				105.542

(a) Inclui sargentos

AFONSO, Aniceto e **GOMES**, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, QuidNovi, Lisboa, 1ª Edição, 2010, pág. 522.

(a) Inclui tropas coloniais

(b) Inclui incapazes

Quadro V – Baixas do C.E.P. em França em 1917 e 1918

Armas e Serviços	Mortos			Feridos			Desaparecidos			Prisioneiros			Total
	Oficiais	Praças	Soma	Oficiais	Praças	Soma	Oficiais	Praças	Soma	Oficiais	Praças	Soma	
<i>Infantaria</i>	50	1.607	1.657	247	4.358	4.605	3	198	201	229	5.571	5.800	12.263
<i>Artilharia</i>	10	222	232	45	453	498	0	12	12	25	558	583	1.325
<i>Cavalaria</i>	3	37	40	6	12	18	0	1	1	0	12	12	71
<i>Engenharia</i>	8	78	86	9	120	129	0	8	8	3	264	267	490
<i>Aviação</i>	1	0	1	3	0	3	0	0	0	0	0	0	4
<i>Serviços Auxiliares</i>	3	43	46	27	20	47	0	0	0	16	85	101	194
<i>Total</i>	75	1.987	2.062	337	4.963	5.300	3	219	222	273	6.490	6.763	14.347

Dados compilados a partir do Arquivo Histórico-Militar (A.H.M). 1ª Divisão, Secção 35ª, caixas 71-89 e 464.

Quadro VI - Números e percentagens de Mortos, feridos e prisioneiros do C.E.P. em França entre os anos de 1917 e 1918.

	<i>Mortos</i>			<i>Feridos</i>			<i>Prisioneiros</i>		
	Total de mobilizados	Nº mortos	Percentagem	Total de mobilizados	Nº de Feridos	Percentagem	Total de mobilizados	Nº de prisioneiros	Percentagem
<i>Infantaria</i>	35.631	1.657	4,7%	35.631	4.605	13%	35.631	5.800	16,3%
<i>Artilharia</i>	9.622	232	2,4%	9.622	498	5%	9.622	583	6,1%
<i>Cavalaria</i>	2.203	40	1,8%	2.203	18	1%	2.203	12	0,5%
<i>Engenharia</i>	4.099	86	2,1%	4.099	129	3%	4.099	267	6,5%

Dados compilados a partir de **AFONSO**, Aniceto e **GOMES**, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, e do Arquivo Histórico-Militar (A.H.M.), 1ª Divisão, Secção 35ª, caixas 71-89 e 464.

Quadro VII - Baixas do C.E.P. nos dias 8/9 de Abril de 1918 (Batalha de La Lys)

<i>Unidades</i>	<i>Baixas (Oficiais)</i>	<i>Baixas (Praças)</i>
1º;3º;4º e 5º Grupos de Metralhadoras	13	462
3ª Brigada de Infantaria		
9º B.I.		
12º B.I.	1	27
14º B.I.	2	19
15º B.I.	6	28
	15	98
4ª Brigada de Infantaria		
Q.G.	6	27
3º B.I.	25	410
8º B.I.	29	529
20º B.I.	26	538
29º B.I.	21	415
5ª Brigada de Infantaria		
Q.G.	5	20
4º B.I.	16	669
10º B.I.	23	728
13º B.I.	12	618
17º B.I.	24	637
6ª Brigada de Infantaria		
Q.G.	7	0
1º B.I.	12	372
2º B.I.	19	619
5º B.I.	1	254
11º B.I.	21	375
Total de Baixas	284	6845

B.I. = Batalhão de Infantaria

Q.G. = Quartel-General

O total de baixas compreende o número de mortos, feridos, desaparecidos e prisioneiros. Este relatório foi elaborado no dia 17 de Abril de 1918, cerca de uma semana após a batalha, pelo que se desconhecia a sorte dos desaparecidos, entretanto feitos na sua maioria prisioneiros pelo Exército alemão.

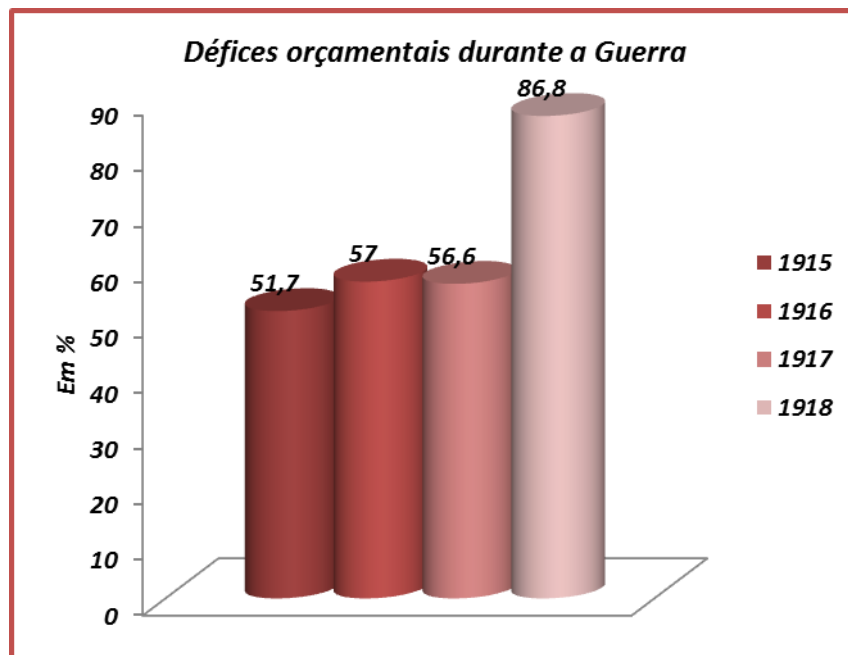
Dados compilados a partir do Relatório do 1º Exército Britânico datado de 17/4/1918, do Arquivo Histórico-Militar (A.H.M.), 1ª Divisão, 35ª Secção, caixa 71, número 1.

Quadro VIII – A Evolução da situação orçamental portuguesa durante os anos da 1ª Guerra Mundial

Orçamentos do Estado Português durante a Guerra				
Anos orçamentais	Receitas	Despesas	Despesas excepcionais resultantes da guerra	Saldo
1913-1914	75.906	73.361	0	2.545
1914-1915	82.623	78.003	34.272	-29.652
1915-1916	89.235	80.015	58.350	-49.130
1916-1917	96.829	80.787	66.031	-49.989
1917-1918	104.824	76.376	103.320	-74.872
1918-1919	133.372	107.539	164.884	-139.051

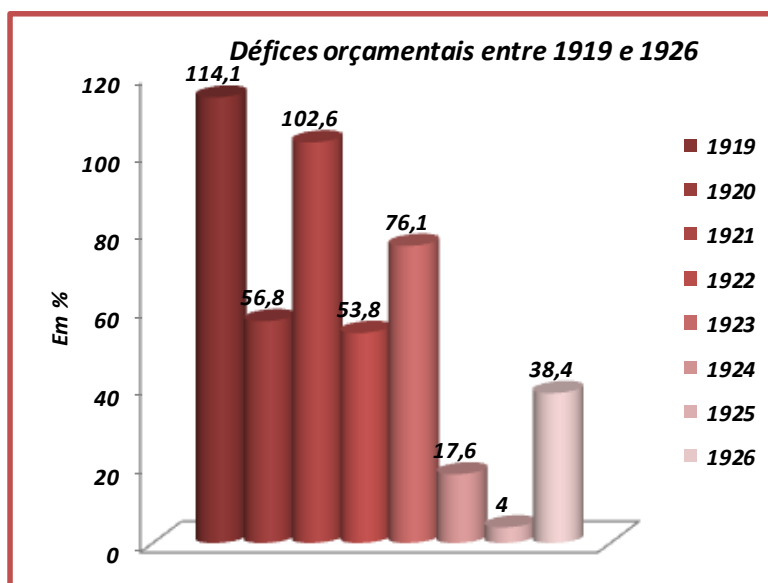
Dados compilados a partir de VALÉRIO, Nuno (Coord.), *Os Orçamentos do Estado Português, propostas governamentais, orçamentos aprovados e rectificados e contas de execução, 1837-2001*, Instituto Nacional de Estatística

Gráfico I



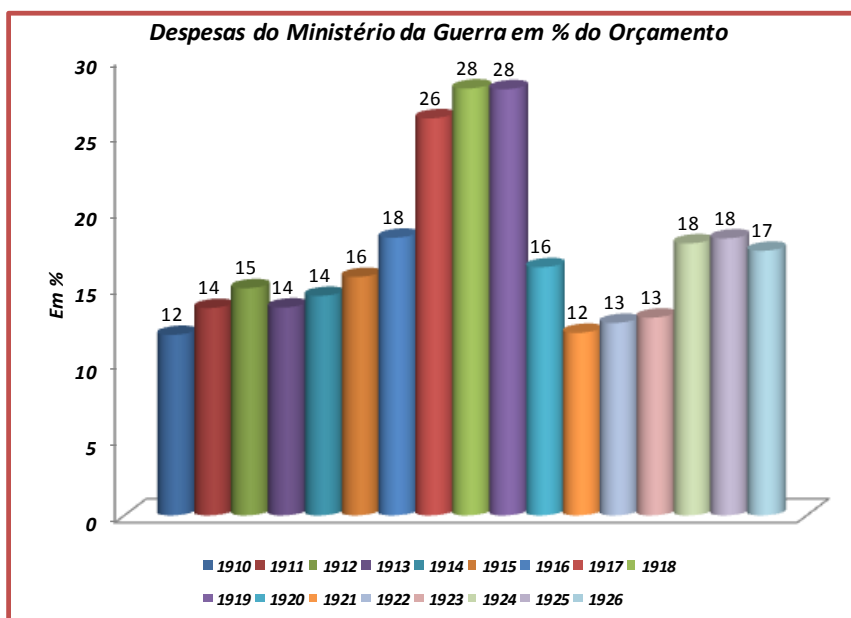
Dados Compilados a partir de **VALÉRIO**, Nuno (Coordenador), *Os orçamentos do Estado Português (propostas governamentais, orçamentos aprovados e rectificados e contas de execução), 1837-2001*, Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, s.d.

Gráfico II



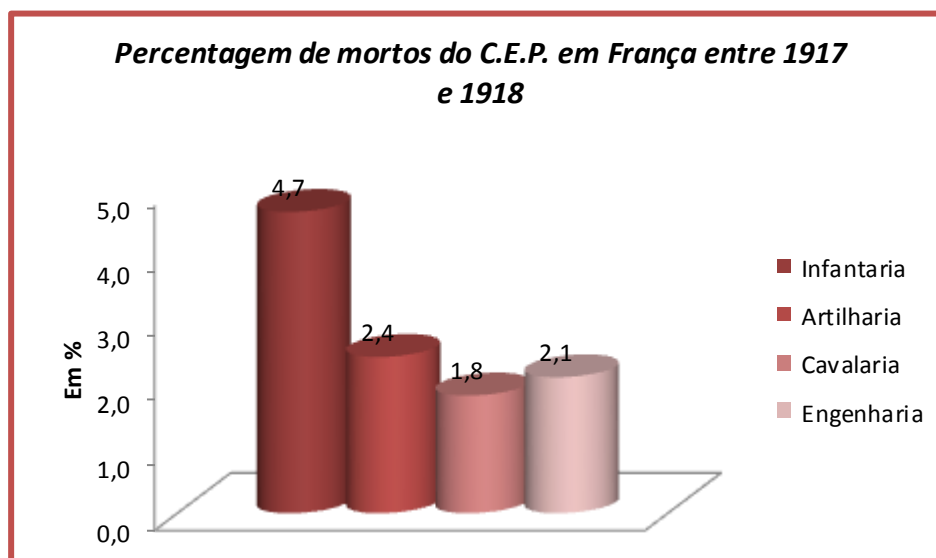
Dados Compilados a partir de **VALÉRIO**, Nuno (Coordenador), *Os orçamentos do Estado Português (propostas governamentais, orçamentos aprovados e rectificados e contas de execução), 1837-2001*, Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, s.d

Gráfico III



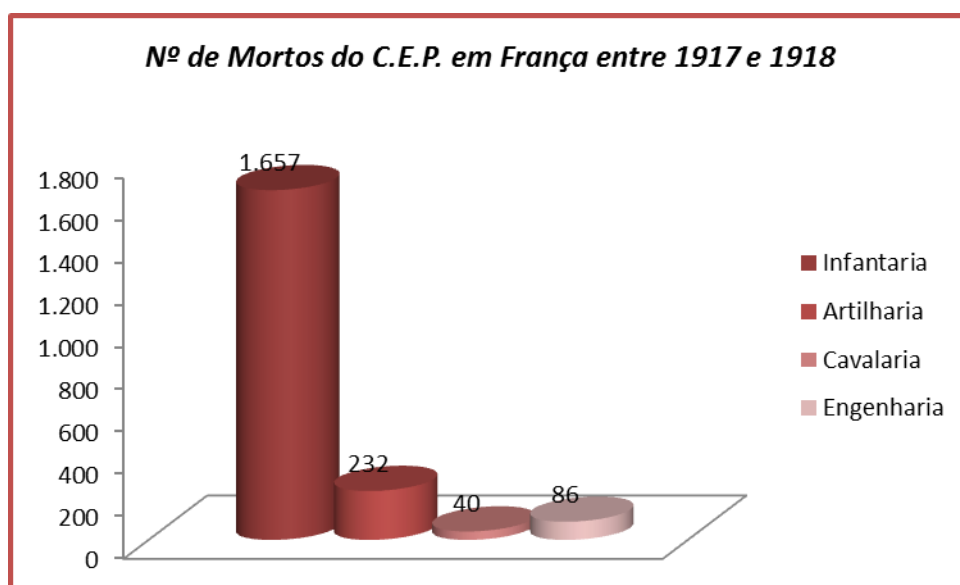
Dados Compilados a partir de **VALÉRIO**, Nuno (Coordenador), *Os orçamentos do Estado Português (propostas governamentais, orçamentos aprovados e rectificados e contas de execução), 1837-2001*, Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, s.d

Gráfico IV



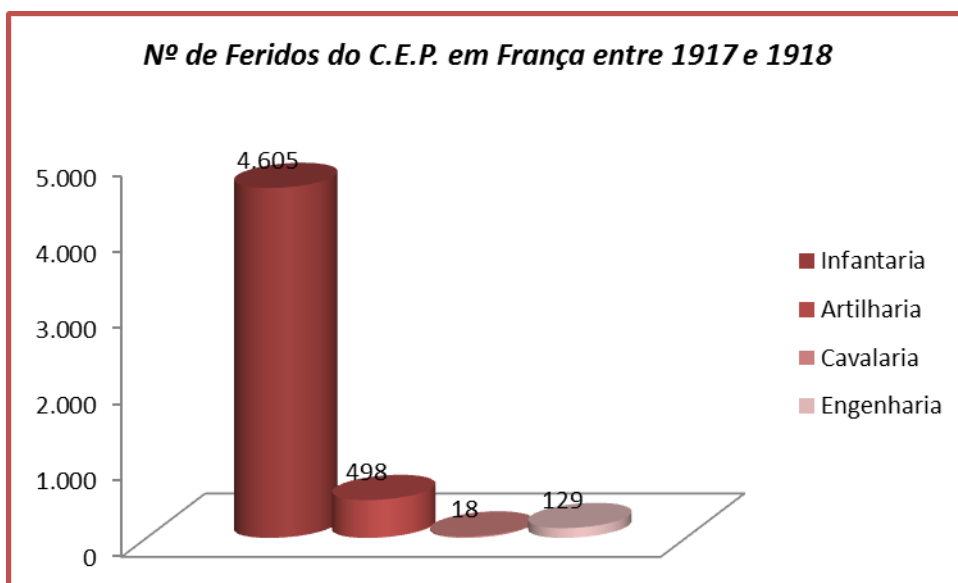
Dados compilados a partir de **AFONSO**, Aniceto e **GOMES**, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, e do A.H.M. 1ª Divisão, Secção 35ª caixas 71-89 e 464.

Gráfico V



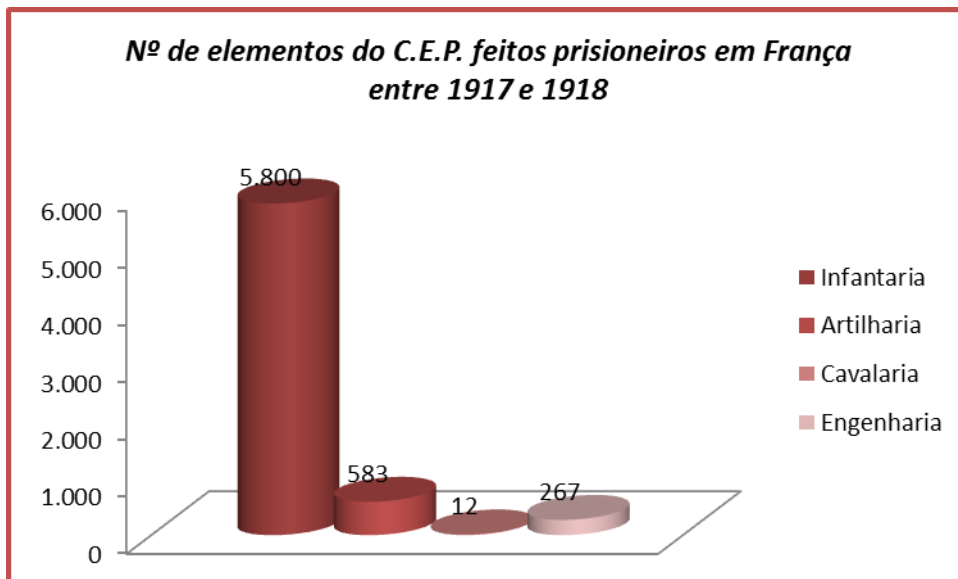
Dados compilados a partir de **AFONSO**, Aniceto e **GOMES**, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, e do A.H.M. 1ª Divisão, Secção 35ª caixas 71-89 e 464.

Gráfico VI



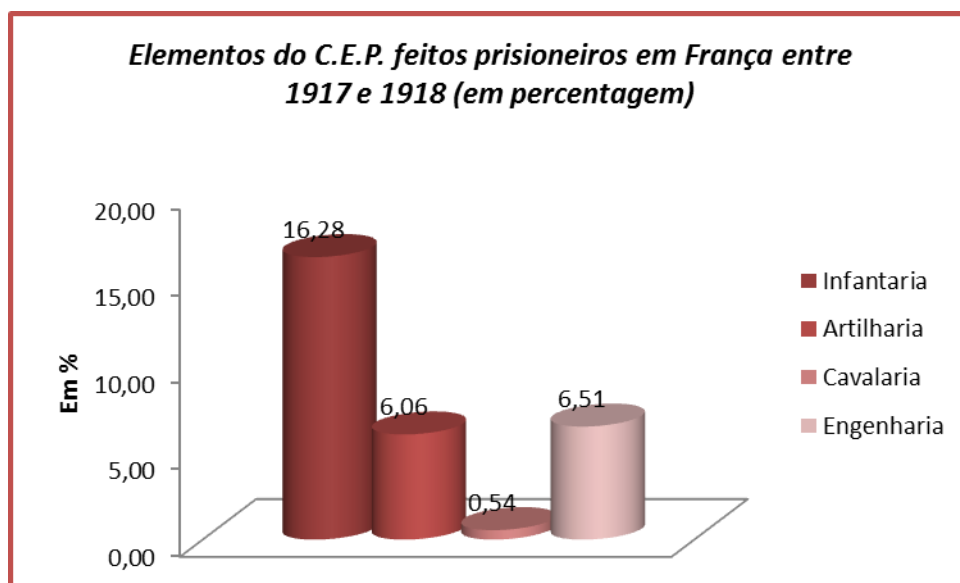
Dados compilados a partir de **AFONSO**, Aniceto e **GOMES**, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, e do A.H.M. 1ª Divisão, Secção 35ª caixas 71-89 e 464.

Gráfico VII



Dados compilados a partir de **AFONSO**, Aniceto e **GOMES**, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, e do A.H.M. 1ª Divisão, Secção 35ª caixas 71-89 e 464.

Gráfico VIII



Dados compilados a partir de **AFONSO**, Aniceto e **GOMES**, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, e do A.H.M. 1ª Divisão, Secção 35ª caixas 71-89 e 464.

Imagem I – Capa d'O Mundo de 9 de Abril de 1919



Imagem II – Capa d'O Século de 9 de Abril de 1921



Imagem III – Capa d' O Século de 9 de Abril de 1921



Imagem IV – Capa d' O Século de 9 de Abril de 1921



Imagem V – Capa d' O Século de 9 de Abril de 1921



Imagem VI – 1ª Página d' O Século de 11 de Abril de 1918 (chegada das tropas)



Imagem VII – 1ª Página d' O Século de 2 de Fevereiro de 1918.





Imagem IX – 1ª Página d' A Capital do dia 9 de Abril de 1919.



Imagem X – 1ª página da Batalha de 9 de Abril de 1925.



Imagem XI – 1ª Página da República de 9 de Abril de 1932.

ANO 31X
Lisboa - Sábado, 9 de Abril de 1932
N.º 551 (II Série)

República

Fundador
António José de Almeida

Director e proprietario Ribeiro de Carvalho

O jornal da tarde de maior circulação em todo o País

O esforço da raça

Serviço da Republica

Corpo Expedicionario Portuguez

— propaganda —

Soldados !

Ao assumir, em França, o Comando do Corpo Expedicionario Portuguez, com que o genero da Republica Portuguesa me honrou, saúdo-vos, cheio de entusiasmo, exprimindo-vos o meu desvançado orgulho por vos comandar !

Tenho a certeza de que, na luta em que vamos entrar para a defesa do Direito, da Liberdade, e da nossa propria Honra, pelos nossos inimigos ultrajados, sabereis revelar todo o conjunto de qualidades e sentimentos, que, em todas as epochas, distinguiram os soldados de Portugal !

Tenho a maior fé de que regressareis ás vossas terras, ao lado das vossas familias, com a consciencia do dever cumprido, depois de aqui terdes, ao lado dos valerosos guerreiros Britanico e Frances, vingado os nossos irmãos da afrenta recebida em terras d'Africa, e honrado a nossa querida Patria, em cuja bandeira se contemplam as imortedades vossas, até hoje cobertas de gloria em todas as partes do Mundo.

Ao enviar-vos a minha saudação, sei que direis de vossas penhas 'palotta', como no meu, 'o mesmo entusiasmo fervoroso pela victoria dos Aliados, que é a virtude da nossa propria Causa, e que comigo repetireis :

Vivam os Aliados !
Viva Portugal !
Viva o Exército Portuguez !

Fernando Tamagnini,
General.

A PRIMEIRA PROCLAMAÇÃO DO GENERAL TAMAGNINI ÀS TROPAS PORTUGUEZAS EM FRANÇA

VISTADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

NO AR

MONTEIRO TORRES

o heroico aviador que morreu travando
combate com cinco aparelhos inimigos



Um dos muitos heróis portugueses que na Flandres dormem o sono do eterno, foi o grande patriota e republicano indelével Oscar Monteiro Torres, capitão de cavalaria, piloto aviador.

Monteiro Torres, que é ora ajudante do fustre general Norton de Matos quando este sobracou a pasta da Guerra, tirou o «brevet» na escola inglesa Northall Aerodrome, Ruislip, em 1916, tendo apenas 26 anos.

Foi para França, durante o conflito mundial, na companhia dos aviadores Antonio Maia, Santos Felix e Furtado, para o «Ten Squadron» inglês e depois para o Corpo Expedicionário Português, aguardando aviões para seguir para as linhas.

Como esses aparelhos não chegassem, Monteiro Torres e os seus colegas foram treinar-se nas escolas de Aviação de Pau, onde foi um dos melhores classificados. Dali seguiu para a 5.ª Esquadrilha do Grupo de Combate n.º 13, francesa, do comando de Fecquani, que tinha o seu aerodromo em Nohlet, na Champagne, a 15 quilómetros ao norte de Chalons-sur-Marne.

Foi o primeiro aviador português a chegar ao «front» e a bater-se com o inimigo.

Em 19 de Novembro de 1917, Torres saiu em serviço de patrulha aérea, acompanhado de dois aviões franceses. Era a primeira patrulha.

No ar, appareceu-lhe um aparelho alemão de repulção de tiro. O heroico aviador português, desejoso de combater, alma cheia de sonho, valeroso republicano, patriota, preparava-se para o ataque. Não reparou que o avião inimigo

estava protegido por uma esquadilha de caça, composta de 5 aparelhos; não vê que os seus dois companheiros franceses, avaliando o perigo, se retiraram. Sgúnho, temerariamente, pretendo abater o avião alemão, quando os cinco aparelhos de caça o atacam simultaneamente.

Torres faz-lhes frente, pretende combater com eles, com grande espanto de todos quantos assistem, dos aliados e do lado inimigo.

O herói, com um desprezo absoluto pela vida, lembrando-se certamente e somente de que era um soldado de Portugal e que os portugueses sempre souberam morrer bem, faz evoluções com o seu aparelho, manobra-o agilmente, vicia as posições que os cinco avós inimigos vão tomando, põe a funcionar o unico instrumento de morte de que o seu avião está munido: uma arma que ao expelir os projécteis tem um gorgulhar sinistro.

—Bravo!—exclamam os milhares de bocas dos que se encontram nas linhas e nas posições de artilharia, emocionados pelo arrojo daquele audaz piloto.

Um contra cinco!

Entram em acção as rajadas mortíferas das metralhadoras. Num segundo, muitos milhares de balas cruzam o espaço, em direcção ao aparelho pilotado por Monteiro Torres. O bravo português é ferido e o motor do seu avião deixa de funcionar.

Apesar de ferido, Torres pretende aterrar, mas o estado de saúde não lhe permite fazê-lo em condições de segurança.

E a ave ferida vai cair, em pessimo terreno, á rearguardia das linhas inimigas.

Os camaradas, durante algum tempo, julgaram-no vivo. Aviadores franceses lançam mensagens sobre o territorio occupado pelas tropas alemãs, solicitando informes.

Tempo depois, já muito tarde, chega a noticia:

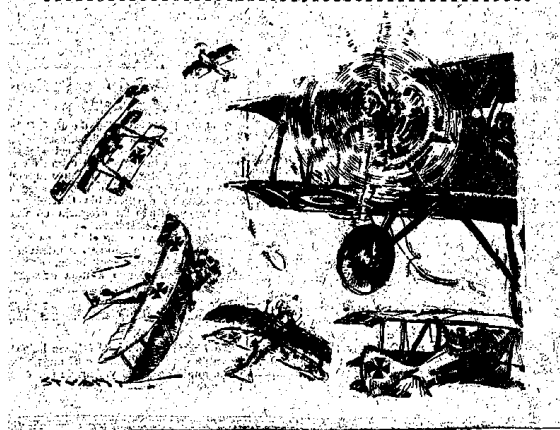
—Oscar Monteiro Torres morreu, horas depois do seu aparelho haver capitulado.

E os alemães, admirados da bravura indomita daquele rapaz de 27 anos, atleta do espaço, português de eleição, colocaram-lhe sobre a campã-raza uma legenda hypocrissima.

E quando o seu cadaver, esburacado pelas balas e esfropado pela queda, decau á terra, os soldados do Kaiser perfilaram-se, fazendo-lhe a confidencia: resignadamente.

Tratava-se de um inimigo. É certo, mas os heróis, os que se sabem bater com honra, são dignos da admiração de todos, até dos inimigos.

Recordando a memoria de Oscar Monteiro Torres, prestamos calorosa e sentida homenagem ao seu caracter, á sua bravura, ao seu patriotismo e á sua fe republicana.



REPÚBLICA

NO MAR

CARVALHO ARAUJO

o insigne marinheiro que morreu travando
combate com um submarino alemão

O episódio heroico da morte do grande português e extraordinário marinheiro da Portugal, Carvalho Araújo, ainda está na memória de todos.

O feto épico de tão nobre cidadão, que, para salvar duzentas vidas, travou combate temerário com um enorme submarino alemão, possuidor de artilharia de calibre superior à do fragil canhoneira «Mandovy», do comando do sr. José F. Monteiro, tendo feito a viagem sem incidentes até ao Funchal. Ali, feitas as nossas operações, seguímos para os Açores, percorrendo as ilhas da escala e recebendo um carregamento de tudo o que havia para a Madeira, o que se fez, voltando à Madeira a descarregar e novamente seguir para os Açores.

Saiu o «San Miguel» de Lisboa a 11 de Setembro de 1918, para a sua viagem à Madeira e Açores, comboiado pela canhoneira «Mandovy», do comando do sr. José F. Monteiro, tendo feito a viagem sem incidentes até ao Funchal. Ali, feitas as nossas operações, seguímos para os Açores, percorrendo as ilhas da escala e recebendo um carregamento de tudo o que havia para a Madeira, o que se fez, voltando à Madeira a descarregar e novamente seguir para os Açores.

Saltou do Funchal em 12 de Outubro para Santa Maria, primeiro porto de escala. Eramos comboiados outra vez pela «Mandovy», mas, como o tempo era pesado, a «W» da ilha fomos obrigados a arribar ao Funchal, e ali, como estava o «Augusto Castilho» de quarentena, por em Lisboa grossar qualquer epidemia, foi combinado pelo então capitão do porto, sr. Sales Henriques, que o «Augusto Castilho» nos fosse combater em lugar da «Mandovy», o que assim sucedeu. Saimos, com tempo melhor, navegando com a marcha regulada à do canhoneira. Na madrugada calma do 14 de Outubro, pelas 6 horas da manhã, fomos alarmados pela detonação de uma granada, ainda era noite. Percebe-se um vulto escuro pela alçada de R. B. e mais tiros sucessivos, vai ralando a triste madrugada, já se diz bem um grande submarino inimigo que nos ataca.

O «Augusto Castilho», que lá ao nosso lado, de R. B., dá a volta, e vai defrontar-se com o inimigo na nossa popa, abre fogo e principiamos a assistir à melhor página da nossa história moderna, e que, indubitavelmente, é a acção do comandante Carvalho Araújo, firme no seu posto, defrontando o perigo, combatendo com alma, embora os seus pequenos canhões fossem impotentes para vencer o monstro. O submarino emprega as suas duas grandes peças, uma no «San Miguel» que se afasta a toda a sua velocidade, como lhe complica, a fim de voltar o sacrifício de 200 vidas que transportava, a outra é empregada a deter o «Augusto Castilho» e a distancia.

Cerca de hora e meia dura esta fase



do combate, e a nossa fuga continua ao máximo da velocidade. E' nessa ocasião que Carvalho de Araújo vê a insistência do inimigo e decide invadir com o submarino. Ele deixa-nos, e combate agora com as suas duas peças contra o «Augusto Castilho». A bordo do «San Miguel», repletos da primeira impressão, passageiros e tripulantes assistem, na amurada, àquela luta tão desigual, e a tão heroica resistência do pequeno canhoneira, resistência ainda hoje apreciada pelo próprio inimigo.

Já estamos longe, pouco se vê do combate, o local perde-se de vista.

Seguimos direitos a Santa Maria, e ali, perto encontramos a canhoneira «Belra» do comando do sr. Correia da Silva, que de Ponta Delgada entra em nosso socorro; relata-lhe o sucedido, e ele comboia-nos até Ponta Delgada, onde chegamos na madrugada de 15.

Foi neste porto que subimos o resto daquele resto bem português do comandante Carvalho Araújo e dos seus companheiros naquela gloriosa madrugada de 14 de Outubro, em que para nos cobrir a retaguarda, se sacrificou e aos seus colaboradores no cumprimento sagrado dos seus deveres.

Eu, com a minha máxima gratidão e de todos os meus companheiros dessa trágica madrugada, que vão os nossos filhos agradecerem para o imortal comandante Carvalho Araújo, seus oficiais e tripulantes mortos, e de agradecimento aos vivos, que com grande tormento queram demandar Santa Maria e San Miguel, depois de dias de navegação extenuante.

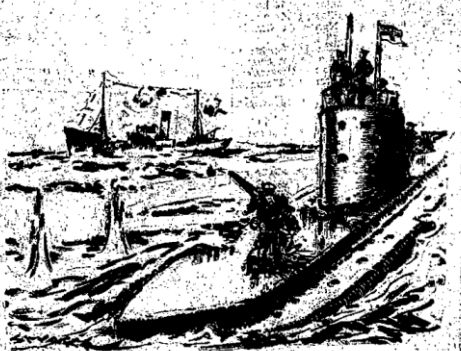


Imagem XV – 1ª página do Diário da Manhã do dia 10 de Abril de 1932.

ACTUALIDADES GRAFICAS



9 DE ABRIL — O sr. Presidente da Republica depondo flores no Monumento aos Mortos da Grande Guerra quando das comemorações de ontem

Imagem XVI – 1ª página do Diário da Manhã de 10 de Abril de 1933

ACTUALIDADES GRAFICAS



Os dois minutos de silencio, ontem, em frente ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra

Imagem XVII – 1ª Página do Diário da Manhã de 9 de Abril de 1934.

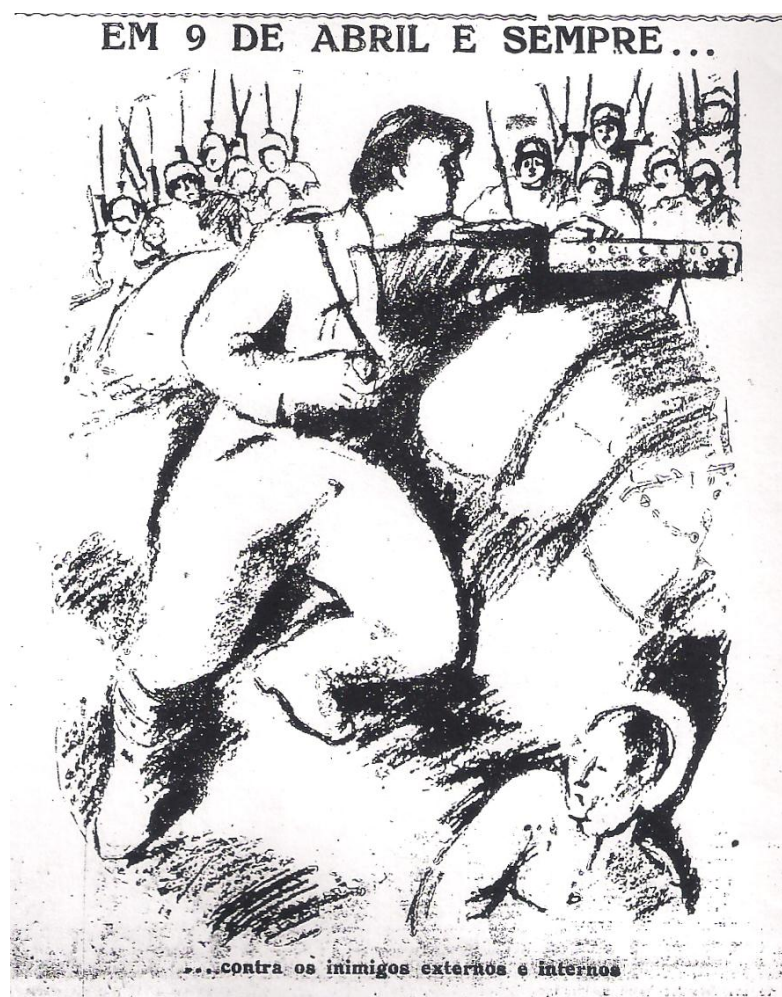


Imagem XVIII – 1ª página do Diário da Manhã de 10 de Abril de 1934.



Imagem XIX – 1ª página da República de 9 de Abril de 1935.



Imagem XX – 1ª página da República de 9 de Abril de 1936.





Mapa I – O ataque alemão de 9 de Abril de 1918



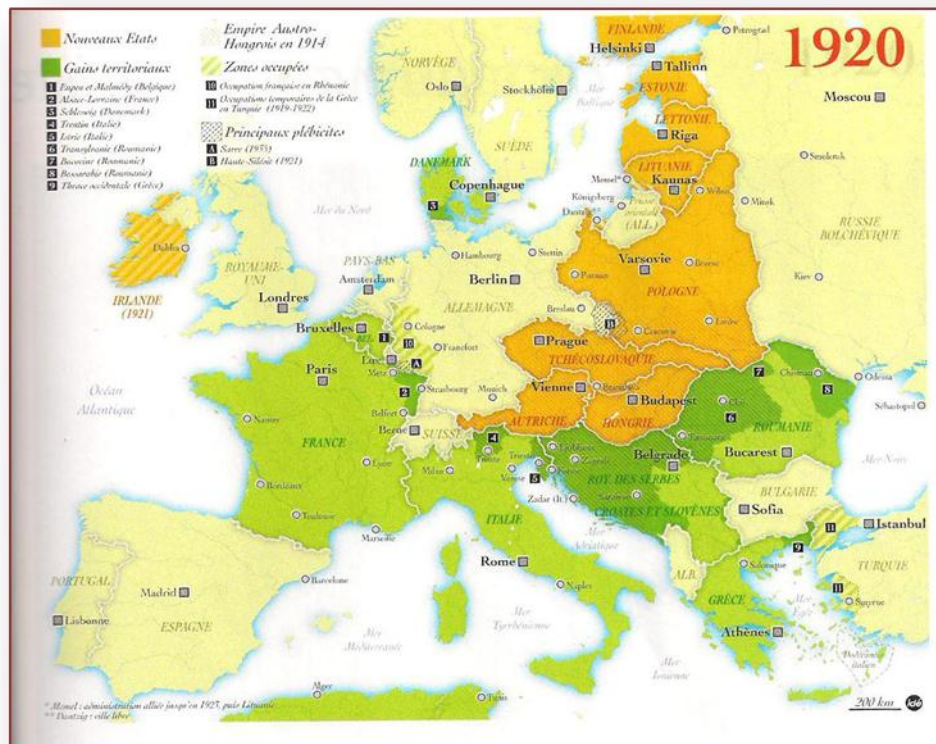
AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, QuidNovi, Lisboa, 1ª Edição, 2010, pág. 401.

Mapa II - A Europa em 1914 (Beligerantes e neutrais)



Fonte: *Le Figaro Hors-Série, La Grande Guerre*, 2008, pág.112.

Mapa III - A Europa em 1920



Fonte: Le Figaro Hors-Série, La Grande Guerre, 2008, pág.113.

Documento I - Bases para a Convenção

1ª – O serviço de transporte do pessoal, animal e todo o material pertencente à Divisão Auxiliar Portuguesa, que a devam acompanhar, ou que sejam de futuro destinados ao seu abastecimento, será confiado ao Governo de Sua Majestade Britânica, não só até ao pôrto de embarque, mas também até à zona em que a Divisão deve operar. Para o transporte marítimo haverá um entendimento entre o Almirantado Inglês e o adido naval português em Londres.

2ª – A escolta do comboio marítimo será constituída por navios de guerra da marinha inglesa e, pelo menos, por um navio português.

3ª – A Divisão Expedicionária, sendo uma divisão auxiliar ao exército de Sua Majestade Britânica, operará como uma unidade constituída em conformidade com as ordens do Estado Maior do exército inglês, de quem o quartel general da Divisão receberá todas as indicações necessárias para as operações que tiver de executar.

4ª – Quando, para o fim que o Comandante das forças inglesas deseje atingir, seja preciso agrupar a Divisão Auxiliar Portuguesa com outras unidades do exército inglês, o Comando desse agrupamento será sempre dado ao oficial mais graduado ou antigo das unidades então reunidas.

5ª – Pelo Governo Português serão mandados dois oficiais do S.E.M., um para o quartel general do exército inglês e outro para o respectivo serviço de *étapes*, como delegados do Comandante da Divisão Auxiliar, a fim de facilitarem as ligações.

6ª – Os vencimentos dos oficiais e praças, e as pensões de sangue que tiverem de ser concedidas ficarão a cargo do Governo Português.

7ª – Os abastecimentos de víveres e forragens ficarão ao cuidado do Governo Inglês; os abonos serão os estabelecidos para as forças britânicas em campanha.

O fornecimento de pessoal e solípedes necessários para manter os efectivos, o de material (com excepção dos medicamentos, instrumentos cirúrgicos e produtos farmacêuticos) e as reparações de material ficarão a cargo do Governo Português.

O quartel general inglês dará as ordens que forem necessárias para assegurar o estabelecimento dos depósitos que, pelo quartel general da Divisão, forem julgados indispensáveis.

8ª – Todos os transportes de reabastecimento da Divisão Portuguesa, no teatro de operações, ficam ao cuidado do exército inglês, que os regulará conforme o seu grau de urgência.

9ª – Todos os transportes de evacuação de pessoal, material e animal ficarão a cargo do Governo Inglês e serão realizados, os de material e animal, até os depósitos estabelecidos durante a campanha, e para o país, terminada ela.

10ª – Os doentes e feridos ficarão, em tudo, entregues ao cuidado do Governo Inglês, desde que estejam fora da zona do serviço divisionário, até estarem em condições de voltarem à Divisão a

que pertencem, ou até que a saúde dos mesmos permita o seu transporte para o país, quando, pela natureza da doença ou ferimento fiquem impossibilitados de voltar à campanha.

11ª – O Governo Português mandará ao teatro da guerra uma comissão de três oficiais do quartel general da Divisão Auxiliar, a fim de prepararem o desembarque da Divisão e proporem todas as medidas a tomar por qualquer dos governos, para garantirem os reabastecimentos e evacuações.

12ª – Terminada a campanha todos os transportes que forem necessários para o regresso ao país do pessoal, animal e material ficam ao cuidado do Governo Inglês.

Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Portugal no conflito europeu, 1ª Parte – Negociações até à declaração de guerra, Imprensa Nacional, Lisboa, 1920, págs. 54,55,56 e 57.

Documento II – Discurso pronunciado por João Chagas

Discours prononcé par M. Chagas, ministre du Portugal, à Bordeaux le 28 juin 1916 lors de la conférence de M. Paul Adam sous la présidence de M. Ch. Chaumet, député.

Le premier mot que les Portugais prononcèrent lorsque le tonnerre des premiers coups de canon se fit entendre au Portugal, fut celui-ci: Pas de neutralité; le 7 août 1915, le Gouvernement Portugais déclarait au Parlement, au milieu des applaudissements unanimes de deux Chambres réunies, que le Portugal entendait attacher son sort à celui des nations alliées, dans la guerre que venait de s'engager. Depuis lors, jusqu'au moment de la déclaration de guerre de l'Allemagne, le Portugal n'a cessé, sous les formes les plus éloquentes, d'affirmer son entière solidarité avec la cause des Alliés. Aussi le Gouvernement allemand a signalé un fait parfaitement exact, lorsqu'il écrivit dans sa note aggressive au Gouvernement portugais que le Portugal avait manqué à tous les devoirs de la neutralité. Jamais, en effet, un Etat n'a tenu moins que le Portugal à paraître neutre. Il ne le fut jamais. Il ne pourrait pas l'être. L'opinion publique nationale s'y opposerait formellement. Dans l'effort portugais, c'est le côté moral, il me semble, le plus intéressant pour le moment à retenir. Pourquoi le Portugal a-t-il subitement pris parti dans cette guerre, passionnante, en effet, mais en même temps redoutable? – Le caractère spontané du mouvement national qui l'a rangé aux côtés des Alliés ne laisse aucun doute sur la nature des sentiments auxquels il a obéi. Le Portugal latin a pris parti pour la latinité. Le Portugal libéral a pris parti pour la liberté. La guerre a réuni ces deux courants dans un même faisceau d'énergies unanimes et irrésistibles. L'Allemagne a voulu faire de cette guerre une guerre de race. Son pouvoir absolu dont elle joue le sort de tous les champs de bataille de l'Europe, lui impose le caractère d'une guerre de principe. En effet, une Europe féodale se bat à ce moment contre une Europe libérale. Dans sa folie de domination, l'orgueil allemand n'a point d'ailleurs, dissimulé ses intentions. La guerre qu'il a déchaînée visait à l'écrasement social et politique de la France. Or, l'écrasement de la France serait la fin du monde latin. C'est vers ce couchant sanglant que marchaient les hordes allemandes, à travers les plaines de La Champagne, dans les premiers jours de Septembre 1914. Le Portugal a saisi d'instinct la portée sociale et politique de cette guerre. Il a vu son existence en danger. Il a vu en danger les idées qui lui sont chères et, tout de suite, il a mis son sort dans la balance commune. Il est fier de l'avoir fait, quelle que soit sa part dans l'oeuvre de sacrifices, entreprise par les Alliés, et il espère qu'elle ne sera pas vaine. La noble race latine fortifiée par les luttes terribles qui l'ont mise à l'épreuve, assurera à nouveau sa

puissance civilisatrice; les idées de liberté auront définitivement raison du pouvoir des despotes sanguinaires, et les peuples quelle que soit leur taille, ou leur force, seront assurés du droit à l'existence, à l'abri des ambitions des états orgueilleux et des convoitises des races de rapine. Les réunions comme celle d'aujourd'hui, comme celle qui a eu lieu hier en l'honneur de la Serbie, comme celle qui aura lieu demain en l'honneur de la Belgique, constituent déjà le gage d'une solidarité plus étroite entre les grandes et petites nations. La France en prend de droit l'initiative généreuse. Elle est et sera pour toujours le trait d'union du genre humain. Pour ma part, je suis d'autant plus sensible à cette manifestation en l'honneur de mon pays, que le comité qui a bien voulu l'organiser, s'est inspiré en le faisant d'une pensée doublement amiable: il a prié M. Paul Adam de vouloir bien accepter le rôle du conférencier et il a choisi Bordeaux comme lieu de la conférence. Le fait d'avoir ajouté au nom du Portugal l'éclat du grand non littéraire de M. Paul Adam est pour nous tous, Portugais, infiniment flatteur. Le fait d'avoir tenu cette réunion à Bordeaux sera hautement apprécié par eux. Il leur rappellera que notre race a passé par cette ville historique, que de nombreuses familles bordelaises portent encore des noms portugais et que notre caractère méridional a des affinités qui rapprochent singulièrement l'Aquitaine de la Lusitanie.

Je remercie très chaleureusement le comité de l'«Effort de la France et de ses alliés» ainsi que son secrétaire général, M. Paul Labbé, d'avoir ajouté à l'initiative de cette conférence ces deux aimables pensées. M. le député Chaumet a bien voulu lui apporter l'autorité de son nom et de sa parole; quoique assuré personnellement de ses sentiments affectueux à l'égard du Portugal, je ne suis pas moins sensible à ce nouveau témoignage de sa sympathie.

Quant à vous, Maître, permettez-moi que je vous dise, au nom de mon pays ma vive admiration et ma reconnaissance émue. La magistrale conférence que vous venez de nous faire entendre est la première récompense que le Portugal recueille de son effort. Je puis vous dire en son nom qu'il en sera ravi. Le Portugal est un pays de vieux lettrés et s'il y a une gloire qui l'éblouisse, c'est celle des lettres.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

Portaria n.º 3:971

Constituindo um imperativo dever cívico a glorificação do esforço da raça;

Considerando que é uma alta lição educativa criar nas novas gerações o culto da abnegação e do sacrifício pela Pátria;

Sendo o dia 9 de Abril a data já consagrada para comemorar a participação de Portugal na Grande Guerra:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que em todos os estabelecimentos de ensino dependentes deste Ministério se realizem nesse dia conferências explicando o significado político e moral dessa participação.

Precederá essas conferências a chamada, nas escolas primárias gerais, de todos os mortos da Guerra pertencentes à respectiva freguesia, e, nas outras escolas, de todos os antigos alunos que morreram em defesa da nacionalidade nos campos de batalha da África e da França.

A chamada será individual, devendo cada nome ser seguido da menção: «morto pela Pátria».

Depois dessa chamada, e antes da conferência, os professores e alunos manter-se hão, durante dois minutos, em absoluto silêncio.

Paços do Governo da República, 31 de Março de 1924.—O Ministro da Instrução Pública, *Helder Armando dos Santos Ribeiro*.

Bibliografia

Fontes Primárias

Arquivo Histórico Militar (A.H.M) Divisão 1ª, Secção 35

Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917

Diário do Governo (de 1914 a 1940)

Diário da República (de 1930 a 1936)

Diário da Câmara dos Deputados (de 1914 a 1926)

Diário das Sessões do Congresso (de 1914 a 1919)

Imprensa

A Batalha (de 1919 a 1927)

A Capital (de 1918 a 1926)

O Diário da Manhã (de 1932 a 1940)

Diário de Notícias (de 1914 a 1940)

História (Nova Série), nº2, Novembro de 1994.

Ilustração Portuguesa (de 1914 a 1919)

Le Figaro (de 1914 a 1918)

Le Figaro. Hors-série, La Grande Guerre (1914-1918) de 2008

A Lucta (de 1918 a 1922)

O Mundo (de 1914 a 1926)

Política Internacional, Vol.1, nº6, 1993.

Portuguese Studies Review, Vol. 5, number 1, Spring-Summer 1996.

A República (de 1922 a 1940).

O Século (de 1918 a 1940)

Bibliografia específica

ADAM, Paul, *L'effort portugais*, publications du comité "L'effort de la France et de ses alliés", Bloud & Gay, Paris-Barcelone, 1916.

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*, ed. Quidonivi, Lisboa, 2010.

ALMEIDA, António José de, *Em Honra dos soldados desconhecidos*, Discursos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa, Dr. António José de Almeida, na sala e no átrio do Palácio do Congresso, em 7 de Abril de 1921, Imprensa Nacional, 1921.

AMARAL, Ferreira do, *A mentira da Flandres e..... o medo*, Editores J. Rodrigues e C^a., Lisboa, 1922.

ARENDT, Hannah, *As origens do totalitarismo*, Dom Quixote, Lisboa, 2004.

ARTHUR, Max, *Forgotten voices of the great war*, Ebury Press, London, 2003.

BAPTISTA, Jacinto e VALDEMAR, António, (Organização) *Repórteres e reportagens de primeira página*, Vols. I e II, s.e., s.d.

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar*, vols. I a V, ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 2003.

BARROS, Francisco José de, *Portugueses na grande guerra, narrativas dum trincheirista na Flandres, angústias do cativo*, Serviços Gráficos do Exército, Lisboa, 1925.

BARROS, Tomás de, *Sumário de História de Portugal*, Editora Educação Nacional, Porto, 1948.

BEÇA, Adriano (General), *Lições da Grande Guerra*, Tip. Da Empresa Diário de Notícias, Lisboa, 1922.

BEJA, Nuno, *Esbôço duma bibliografia portuguesa na Grande Guerra*, Tipografia Reis Gomes, Coimbra, 1922.

BENAVOT, Aaron e RIDDLE, Phyllis, *Sociology of Education*, Vol. 61, nº3, American Sociological Association, July, 1998.

BRANDÃO, Fernando de Castro, *A I República portuguesa uma cronologia*, Livros Horizonte, Lisboa, 1991.

BRUN, André, *A malta das trincheiras, migalhas da Grande Guerra 1917-1918*, Guimarães Editores, Lisboa, 1923.

- CABRAL, Manuel Vilaverde, *Portugal na alvorada do século XX*, Editorial Presença, Lisboa, 1988.
- CAMACHO, Manuel Brito, *Portugal na Grande Guerra*, Guimarães Editores, Lisboa, 1935.
- CAMACHO, Manuel Brito, *Rescaldo da Guerra*, Guimarães Editores, Lisboa, 1936.
- CÁMEIRA, José Martins, *Conferência sobre a batalha de “La Lys”, em 9 de Abril de 1922*, Tipografia Operária, Coimbra, 1922.
- CAMPOS, Agostinho de, *Latinos e Germanos: comentário leve da Grande Guerra*, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa, 1923.
- CANDEIAS, António (Direcção e Coordenação), PAZ, Ana Luísa e ROCHA, Melânia, *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX, os censos e as estatísticas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004.
- CARTER, Miranda, *Os três imperadores*, Texto, Lisboa, 2010.
- CASIMIRO, Augusto, *Sidónio Pais. Algumas notas sobre a intervenção de Portugal na Grande Guerra*, Livraria Chardron, Porto, 1919.
- CHAGAS, João, *Diário I,II,III e IV*, Edições Rolim, Lisboa, 1986.
- CHAGAS, João, *Portugal perante a guerra, subsídios para uma página da história nacional*, Typ. da Empresa Guedes, Porto, 1915.
- CLARK, Christopher, *The Sleepwalkers. How Europe went to war in 1914*, Allen Lane, London, 2012.
- Constituições Portuguesa, 1822, 1826, 1838, 1911, 1926*, Assembleia da República, Lisboa, 2004.
- CORREIA, Silvia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial 1918-1933. Entre a experiência e o mito*, Dissertação de Doutoramento em História Política e Institucional Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.
- COSTA, Gomes da, *A grande batalha do C.E.P. (a batalha do Lys)*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, s.d.
- CORTESÃO, Jaime, *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, Reprint from the collections of the University of California Libraries, Lexington, 2012.
- Dicionário Ilustrado de História de Portugal* (2 vols.), Publicações Alfa, Lisboa, 1993.
- Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Portugal no conflito europeu, 1ª parte, negociações até à declaração de guerra*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1920.
- DUBY, Georges, (dirig.), *Atlas Historique*, Larousse, Paris, 1992.

DUROSELLE, A *Europa de 1815 até aos nossos dias*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1992.

EM HONRA DOS SOLDADOS DESCONHECIDOS, *Discursos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa, António José de Almeida na sala e no átrio do Palácio do Congresso, em 7 de Abril de 1921*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1921.

ELIAS, Norbert, *Os Alemães, a luta e o poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997.

ENGLUND, Peter, *The beauty and the sorrow, an intimate history of the first world war*, Profile Books, Suffolk, 2011.

FERGUSON, Nial, *A Guerra do Mundo*, Civilização Editora, Lisboa, 2006.

FERREIRA, José Medeiros, *O comportamento político dos militares*, Ed. Estampa, Lisboa, 1992.

FERREIRA, José Medeiros, *Portugal na conferência de paz Paris 1919*, Quetzal Editores, Lisboa, 1992.

FERREIRA, José Medeiros, “Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU”, in *Política Internacional*, Vol.1, nº6, 1993.

FERRO, Marc, *História da primeira guerra mundial (1914-1918)*, Edições 70, Lisboa, s.d.

FRAGA, Luís Manuel Alves de, *Os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

FRAGA, Luís Manuel Alves de, *O fim da ambiguidade, a estratégia nacional portuguesa de 1914-1916*, Universitária Editora, Lisboa, 1ª edição, 2001.

FRAGA, Luís Manuel Alves de, *La Lys – a última batalha do exército português*, Separata das actas do IV colóquio A História Militar de Portugal no século XIX, s.l., 1993.

FRAGA, Luís Manuel Alves de, *Portugal e a primeira grande guerra: os objectivos políticos e o esboço da estratégia nacional: 1914-1916*, Tese de Mestrado em Estratégia da Universidade Técnica de Lisboa, 1990.

FRAGA, Luís Manuel Alves de, *Portugal na Grande Guerra, as deserções e os furtos no Corpo Expedicionário Português*, Separata da Revista Militar, Lisboa, 1985.

FRAGA, Luís Manuel Alves de, *Portugal na Grande Guerra. O recrutamento, a mobilização e o roulement nas frentes de combate. Factos e números*, Separata das Actas do VII colóquio «Recrutamento militar em Portugal», 1996.

FRAGA, Luís Manuel Alves de, *Portugal na Grande Guerra, razões económicas de beligerância*, Separata da Revista Militar, Lisboa, 1985.

FRANCO, Graça, *A censura à imprensa (1820-1974)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1993.

GILBERT, Martin, *A Primeira Guerra Mundial*, ed. Esfera dos Livros, Lisboa, 2009.

GODINHO, Vitorino (Organização), *Correspondência da Grande Guerra, Coronel Manuel Maia Magalhães*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2010.

GODINHO, Vitorino, “A I Grande Guerra e a república portuguesa” in *História*, ano XII (Nova série), 2000.

GONÇALVES, H. de Assis, *Infantaria 12 nos redutos «Le Marais»*, Companhia Portuguesa Editora, Porto, 1933.

GONÇALVES, José António Sequeira, *Sidónio Pais e a participação portuguesa na guerra de 1914-1918 (II Vols.)*, Tese de Mestrado em História Contemporânea de Portugal, Universidade de Lisboa, 1989.

GUIMARÃIS, Alberto Laplaine, AYALA, Bernardo Dinis de, MACHADO, Manuel Pinto e ANTÓNIO, Miguel Félix, *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*, Caixa Geral de Depósitos/Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2000.

HASTINGS, Max, *Catastrophe: Europe Goes to War 1914*, William Collins, London, 2013.

HENIG, Ruth, *The origins of the first world war*, Routledge, London, 1989.

HOBBSBAWM, E.J., *A era dos extremos, História breve do século XX 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 1996.

HOBBSBAWM, E.J., *A era do império, 1857-1914*, Editorial Presença, Lisboa, 1990.

JORNAIS REPUBLICANOS 1848-1926, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 2011.

JÜNGER, Ernst, *A guerra como experiência interior*, Ulisseia, Lisboa, 2005.

KEEGAN, John, *Uma História da Guerra*, Tinta-da-China, Lisboa, 2006.

KISSINGER, Henry, *Diplomacy*, Simon & Schuster, London, 1995.

LUDENDORFF, Erich, *A Guerra Total*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1937.

MACMILLAN, Margaret, *The war that ended peace – how Europe abandoned peace for the First world war*, Profile Books, London, 2013.

MARQUES, A.H. de Oliveira, Afonso Costa, Arcádia, Lisboa, 1972.

MARQUES, A.H. de Oliveira, *A primeira república portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1980.

MARQUES, A.H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Palas Editores, Lisboa, 1986.

MARQUES, A.H. de Oliveira, (Dirigido por), *História da 1ª República portuguesa, as estruturas de base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.

MARQUES, A.H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (Coord.), *Nova História de Portugal*, Vol. XI e Vol. XII, ed. Presença, Lisboa, 1991.

MARQUES, A.H. (Coordenador), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Edições Afrontamento, Porto, 2000.

MARQUES, Isabel Pestana, *Os portugueses nas trincheiras – um quotidiano de guerra*, Dissertação de Mestrado em História dos séculos XIX-XX, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1995.

MARQUES, Isabel Pestana, *Das Trincheiras com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na primeira guerra mundial*, ed. A Esfera dos Livros, Lisboa, 2008.

MARTÍNEZ, Soares, *A República portuguesa e as relações internacionais (1910-1926)*, Editorial Verbo, Lisboa, 2001.

MARTINS, Dorbalino dos Santos, Major, (Coordenação), *Estudo de pesquisa sobre a intervenção portuguesa na 1ª guerra mundial (1914-1918) na Flandres*, Estado-maior do Exército, Direcção de Documentação e História Militar, Lisboa, 1995.

MARTINS, Ferreira, *História do Exército Português*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1945.

MARTINS, Ferreira, *Portugal na Grande Guerra (2 vols.)*, Editorial Ática, Lisboa, 1934.

MARTINS, Ferreira, *A Cooperação Anglo-Portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918*, Serviços de Informação e Imprensa da Embaixada Britânica, Lisboa, 1942.

MATOS, Sérgio Campos e FREITAS, Joana Gaspar de, *Correspondência política de Manuel de Arriaga*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004.

MATTOSO, António, *Compêndio de História de Portugal aprovado oficialmente como texto único para o 6º ano dos liceus*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1948.

MATTOSO, José, (Dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Círculo de Leitores, 1ª ed. Lisboa, 1994.

MEDINA, João, (Apresentação), *Guerristas e Antiguerristas: Portugal na Grande Guerra: Estudos e Documentos*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1986.

MEDINA, João (Coord.) *História contemporânea de Portugal*, vols I a VII, ed. Multilar, Lisboa, 1990.

MEMÓRIAS DE UM SÉCULO, *A PRIMEIRA GRANDE GUERRA 1914-1918*, Selecções do Reader's Digest, Mem Martins, 1ª edição, 1998.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e Sidonismo, Portugal em Guerra (1916-18)*, Edições Cosmos, Lisboa, 2000.

MENESES, Filipe Ribeiro de, "The Abandoned Army: the Portuguese Expeditionary Corps in France, 1917-1918" in *The Portuguese Studies Review*, volume 5, number 1, Spring-Summer 1996.

MIRA, Ana, *Actas das sessões secretas da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a participação de Portugal na I Grande Guerra*, Edições Afrontamento, Assembleia da República, Lisboa, 2002.

MONIZ, Jorge Botelho, *O 18 de Abril (elementos para a história de uma revolução vencida)*, Casa Ventura Abrantes, Lisboa, 1926.

MOURA, Carneiro de, *Portugal e o tratado de paz*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1918.

MOURA, Maria Lúcia de Brito, *Nas trincheiras da Flandres, com Deus ou sem Deus, eis a questão*, Edições Colibri, Lisboa, 2010.

NOVAIS, Noémia da Encarnação Padilha Malva, *João Chagas, guerra e paz, a problemática da participação de Portugal 1914-1919*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

OLIVEIRA, Ramires de, General (Coordenação), *História do Exército Português (1910-1945)*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1993.

Palavras claras – Razões da intervenção militar de Portugal na guerra Europeia, Relatório publicado no Diário do Governo nº9, 1ª Série, de 17 de Janeiro de 1917. Lisboa, Imprensa Nacional, 1917.

PASCHALL, Rod, *The Defeat of Imperial Germany (1917-1918)*, Da Capo Press, New York, 1994.

PEREIRA, Miriam Halpern, *Política y economía. Portugal en los siglos XIX e XX*, Editorial Ariel, Barcelona, 1984.

PERES, Damião, *História de Portugal*, vol. VII e 1º e 2º suplementos, Portucalense Editora, Porto.

PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial, a República e a economia de guerra*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2011.

Portugal em Guerra, nºs 1 a 11, Lisboa, Imprensa Nacional, de 1916 a 1920.

Portugal e o conflito europeu, nºs 2 e 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1918-1919.

Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tomos I e II, ed. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1997.

PROST, Antoine e WINTER, Jay, *Penser la Grande Guerre, un essai d'historiographie*, Éditions du Seuil, 2004.

RAMOS, Rui, (Coord.), *História de Portugal*, Esfera dos Livros, 3ª ed., Lisboa, 2010.

REIS, António (Direcção), *Portugal Contemporâneo*, Vol. III (1910-1926), Publicações Alfa, Lisboa, 1990.

RENN, Ludwig, *Guerra*, Figueirinhas, Porto, 1930.

RODRIGUES, António Simões (Coord.), *História de Portugal em datas*, Temas e Debates, Lisboa, 1996.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coordenadora), *História da População Portuguesa*, Edições Afrontamento, Santa Maria da Feira, 2008.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1986.

- ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Tinta-da-China, Lisboa, 2012.
- ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda, (Coordenação), *História da primeira república portuguesa*, Tinta-da-china, Lisboa, 2010.
- SAMARA, Maria Alice, *Fotobiografias do século XX. Sidónio Pais*, ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 2002.
- SAMARA, Maria Alice, *Verdes e Vermelhos, Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002.
- SANTOS, Eduardo (Brigadeiro), *Estudos de História Militar sobre a Primeira Grande Guerra (1914-1918)*, Lisboa, 1957.
- SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, ed. Figueirinha, Porto, 1990.
- SERRÃO, José; PINHEIRO, Magda de Avelar e FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (Organizadores), *Desenvolvimento económico e mudança social, Portugal nos últimos dois séculos*, Imprensa de Ciências Sociais, Viseu, 2009.
- SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e Sidonismo: História e mito*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade do Minho, 1999.
- SOARES, João, *A idade moderna e contemporânea, compêndio para a V classe dos liceus*, Coimbra Editora, Coimbra, 1922.
- SOUSA, Jorge Pais de, *O Fascismo Catedrático de Salazar*, Imprensa Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.
- STEVENSON, David, *1914-1918, The History of the First World War*, Penguin Books, London, 2004.
- TAYLOR, A.J.P., *The first world war*, Penguin Books, London, s.d.
- TAYLOR, A.J.P., *Bismarck, o homem e o estadista*, Edições 70, Lisboa, 2009.
- TOMASELLI, Phil, *The Battle of the Lys 1918 – Givenchy and the river Lawe*, Pen & Sword Military, South Yorkshire, 2011.
- TELO, António José, *Decadência e queda da I República Portuguesa, II vols.*, A regra do jogo, Lisboa, 1980.
- TELO, António José António José, *Primeira República I – do sonho à realidade*, Editorial Presença, Lisboa, 2010.
- TELO, António José *Primeira República II – como cai um regime*, Editorial Presença, Lisboa, 2011.
- TELO, António José *O Sidonismo e o movimento operário português, luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Biblioteca Ulmeiro, Lisboa, 1977.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Portugal e a Guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (séculos XIX e XX)*, ed. Colibri/Instituto de História Contemporânea da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, “coleção: cursos de verão – IHC/UNL”, nº92, Lisboa, 1998, Cap. III – A Grande Guerra. 1914-1916.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra*, ed. Estampa, Lisboa, 1996.

TEIXEIRA, Nuno Severiano e PINTO, António Costa, *A primeira república portuguesa, entre o liberalismo e o autoritarismo*, Edições Colibri, Lisboa, 2000.

TRINDADE, Luís, *Primeiras páginas: o século XX nos jornais portugueses*, Tinta-da-China, Lisboa, 2006.

VALÉRIO, Nuno (Coordenador), *Os orçamentos do Estado Português (propostas governamentais, orçamentos aprovados e rectificados e contas de execução), 1837-2001*, Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, s.d.

VALLARDI, I.G., *Storia fotografica della Prima Guerra Mondiale*, Stampa Vallardi, 1999.

WHEELER, Douglas L., *História Política de Portugal (1910-1926)*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2010.

Obras de ficção

REMARQUE, Erich Maria, *A oeste nada de novo*, Publicações Europa-América, Mem Martins, s.d.

RENN, Ludwig, *Guerra*, Editora Figueirinhas, Porto, 1930.

ZWEIG, Stefan, *O mundo de ontem – recordações de um europeu*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2005.

ÍNDICE

Introdução	1
A construção do «mito»	4
Objectivos e estrutura da dissertação.....	11
Estado da Arte	15
Capítulo I – Portugal e a Guerra	23
Capítulo II - O desempenho do C.E.P. na Flandres até «La Lys»	42
Dificuldades iniciais	42
A instrução preparatória antes da entrada nas trincheiras	44
O Sector «português»	46
A ocupação da frente e as razões da falta de rotatividade das tropas portuguesas até La Lys	48
La Lys e o «fim» do C.E.P.	50
Capítulo III – A «mitificação» da batalha de La Lys na imprensa escrita (entre 1918 e 1940)	54
O «mito» começa a construir-se no rescaldo da batalha.....	59
A celebração do «9 de Abril» nos anos finais da República (1919-1926).....	65
O mito de La Lys nos anos da Ditadura Militar e nos anos iniciais do Estado Novo até 1940	92
Conclusão	113
Anexos	119
Quadro I – Evolução comparada das taxas de escolarização entre 1870 e 1930.....	119
Quadro II – Distribuição da população portuguesa por sectores de actividade em 1911	120
Quadro III – Distribuição da população portuguesa por distrito em Portugal continental em 1911	121
Quadro IV – Total de tropas mobilizadas de 1914 a 1918.....	122
Quadro V – Baixas do C.E.P. em França em 1917 e 1918.....	123
Quadro VI - Números e percentagens de Mortos, feridos e prisioneiros do C.E.P. em França entre os anos de 1917 e 1918.....	124
Quadro VII - Baixas do C.E.P. nos dias 8/9 de Abril de 1918 (Batalha de La Lys).....	125
Quadro VIII – A Evolução da situação orçamental portuguesa durante os anos da 1ª Guerra Mundial	126
Gráfico I	127
Gráfico II	128
Gráfico II	128
Gráfico III	128
Gráfico IV.....	129
Gráfico V.....	129
Gráfico VI.....	130
Gráfico VII.....	130

Gráfico VIII.....	131
Imagem I – Capa d’O Mundo de 9 de Abril de 1919	132
Imagem II – Capa d’O Século de 9 de Abril de 1921	133
Imagem III – Capa d’ O Século de 9 de Abril de 1921	133
Imagem IV – Capa d’ O Século de 9 de Abril de 1921.....	134
Imagem V – Capa d’ O Século de 9 de Abril de 1921.....	134
Imagem VI – 1ª Página d’ O Século de 11de Abril de 1918 (chegada das tropas).....	135
Imagem VII – 1ª Página d’ O Século de 2 de Fevereiro de 1918.....	135
Imagem VIII – Capa d’ O Século de 25 de Novembro de 1918	136
Imagem IX – 1ª Página d’ A Capital do dia 9 de Abril de 1919.	137
Imagem X – 1ª página da Batalha de 9 de Abril de 1925.	138
Imagem XI – 1ª Página da República de 9 de Abril de 1932.....	139
Imagem XII – 3ª página da República de 9 de Abril de 1932	140
Imagem XIII – 8ª página da República de 9 de Abril de 1932.....	141
Imagem XIV – 9ª página da República de 9 de Abril de 1932.....	142
Imagem XV – 1ª página do Diário da Manhã do dia 10 de Abril de 1932.	143
Imagem XVI – 1ª página do Diário da Manhã de 10 de Abril de 1933	143
Imagem XVII – 1ª Página do Diário da Manhã de 9 de Abril de 1934.....	144
Imagem XVIII – 1ª página do Diário da Manhã de 10 de Abril de 1934.	144
Imagem XIX – 1ª página da República de 9 de Abril de 1935.	145
Imagem XX – 1ª página da República de 9 de Abril de 1936.....	146
Imagem XXI – 1ª página da República de 9 de Abril de 1939.	147
Mapa I – O ataque alemão de 9 de Abril de 1918.....	148
Mapa II - A Europa em 1914 (Beligerantes e neutrais).....	149
Mapa III - A Europa em 1920.....	150
Documento I - Bases para a Convenção.....	151
Documento II – Discurso pronunciado por João Chagas	153
Documento III – Portaria que define as cerimónias escolares no dia 9 de Abril..	155
Bibliografia.....	156